

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Tese

**Densidade da filiação partidária e expansão territorial dos partidos políticos
brasileiros (2012-2022)**

Tito Lívio Cabral Renovato Silva Maciel

Pelotas, 2025

TITO LÍVIO CABRAL RENOVATO SILVA MACIEL

**Densidade da filiação partidária e expansão territorial dos partidos políticos
brasileiros (2012-2022)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto

Linha de pesquisa: Instituições e processos políticos

Pelotas, 2025

Ficha catalográfica

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M152d Maciel, Tito Livio Cabral Renovato Silva

Densidade da filiação partidária e expansão territorial dos partidos políticos brasileiros (2012-2022) [recurso eletrônico] / Tito Livio Cabral Renovato Silva Maciel ; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador – Pelotas, 2025.
226 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Filiação partidária. 2. Partidos Políticos. 3. Órgãos partidários. 4. Brasil. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. III. Título.

CDD : 320

TITO LÍVIO CABRAL RENOVATO SILVA MACIEL

**Densidade da filiação partidária e expansão territorial dos partidos políticos
brasileiros (2012-2022)**

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28 de abril de 2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)

Doutor em História – Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Bianca de Freitas Linhares (PPGCPol-UFPel)

Doutora em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Rosangela Marione Schulz (PPGCPol-UFPel)

Doutora em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza (PPGS-UFPel)

Doutor em Sociologia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Aos meus pais, pela compreensão e apoio ao longo da minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, por me apresentar aos paradigmas e objetos da Ciência Política e por sua estoica paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em especial, aos profs. Carlos Augusto Gallo, Rosângela Schulz, Luciana Ballestrin e Etiene Marroni.

Aos meus colegas de doutorado, pelo compartilhamento das experiências de pesquisa.

Resumo

MACIEL, Tito Lívio Cabral Renovato Silva. **Densidade da filiação partidária e expansão territorial dos partidos políticos brasileiros (2012-2022)**. Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2025. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

O objeto desta tese é a densidade da filiação partidária no Brasil, ou seja, o percentual de eleitores filiados a partidos políticos no país entre 2012 e 2022. O objetivo principal é verificar a relação entre a variação da densidade da filiação partidária e a expansão territorial dos partidos brasileiros nesse período, dimensionada pela criação de órgãos locais. A hipótese central é que a criação de diretórios e comissões provisórias pelos partidos nos municípios impacta positivamente na densidade da sua filiação local. No Brasil, apesar da disponibilidade de dados detalhados sobre filiação partidária, há poucos estudos que exploraram o tema, embora não tenham relacionado esse fenômeno à expansão territorial dos partidos políticos. Com base na teoria organizativa dos partidos políticos, esta tese busca não somente preencher essa lacuna na literatura especializada, mas ampliar a compreensão dos partidos políticos como organizações, sua atuação no mercado eleitoral local e consequente aprimoramento do regime democrático no Brasil. Portanto, foram selecionados 22 partidos políticos que possuíam registro no TSE no ano de 2009 devido à disponibilidade e confiabilidade dos dados sobre esses órgãos partidários disponíveis no sítio eletrônico do TSE, excluindo os partidos que foram criados, extintos, incorporados ou fundidos a outros partidos entre 2009 e 2022. Os dados referentes ao número de membros partidários e ao total do eleitorado de cada município foram agrupados por meio da linguagem de programação R e organizados em planilhas específicas no Excel para cada um dos partidos selecionados, possibilitando o cálculo da densidade da filiação local. A esses dados foram agrupados o número de órgãos partidários criados em cada município ao longo do período. Por fim, esses dados foram transportados para o SPSS, onde foram realizados testes de regressão linear.

Palavras-chave: Filiação partidária; Partidos Políticos; Órgãos Partidários; Brasil.

Abstract

MACIEL, Tito Lívio Cabral Renovato Silva. **Party Membership Density and the Territorial Expansion of Brazilian Political Parties (2012–2022)**. Advisor: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2025. 226 f. Thesis (Ph.D. in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

The object of this thesis is the density of party membership in Brazil, that is, the percentage of voters affiliated with political parties in the country between 2012 and 2022. The main objective is to examine the relationship between the variation in party membership density and the territorial expansion of Brazilian parties during this period, measured by the creation of local party units. The central hypothesis is that the establishment of party directories and provisional commissions in municipalities has a positive impact on the density of local party membership. In Brazil, despite the availability of detailed data on party membership, few studies have explored this topic, and even fewer have linked this phenomenon to the territorial expansion of political parties. Based on the organizational theory of political parties, this thesis aims not only to fill this gap in the specialized literature but also to broaden the understanding of political parties as organizations, their performance in the local electoral market, and their consequent contribution to the improvement of Brazil's democratic system. Therefore, 22 political parties that were registered with the Superior Electoral Court (TSE) in 2009 were selected, due to the availability and reliability of data on these party organizations on the TSE's official website. Parties that were created, dissolved, incorporated, or merged with other parties between 2009 and 2022 were excluded. The data regarding the number of party members and the total electorate of each municipality were grouped using the R programming language and organized into specific Excel spreadsheets for each of the selected parties, enabling the calculation of local membership density. These were then combined with data on the number of party units created in each municipality throughout the period. Finally, these data were transferred to SPSS, where we conducted linear regression tests.

Keywords: Party Membership; Political Parties; Party Branches; Brazil.

Lista de Figuras

Figura 1	Os círculos de Duverger	28
Figura 2	Banco de dados dos órgãos partidários do PT	71
Gráfico 1	Densidade da filiação partidária no Brasil (2012-2022)	74
Mapa 1	Média da densidade da filiação partidária por município (2012-2022)	82

Lista de Quadros

Quadro 1	Partidos políticos com registro no TSE (1981-2009) selecionados para análise na tese (1981-2009).....	64
Quadro 2	Variáveis do banco de dados da tese	67
Quadro 3	Variáveis da tese	69
Quadro 4	Modelo de regressão linear do PCB	100
Quadro 5	Modelo de regressão linear do PCdoB	105
Quadro 6	Modelo de regressão linear do PDT	110
Quadro 7	Modelo de regressão linear do PL/PR	115
Quadro 8	Modelo de regressão linear do PMDB/MDB	120
Quadro 9	Modelo de regressão linear do PMN	125
Quadro 10	Modelo de regressão linear do PP/Progressistas	130
Quadro 11	Modelo de regressão linear do PPS/Cidadania	135
Quadro 12	Modelo de regressão linear do PRB/REPUBLICANOS	140
Quadro 13	Modelo de regressão linear do PRTB	145
Quadro 14	Modelo de regressão linear do PSB	150
Quadro 15	Modelo de regressão linear do PSC	155
Quadro 16	Modelo de regressão linear do PSDB	160
Quadro 17	Modelo de regressão linear do PSDC/DC	165
Quadro 18	Modelo de regressão linear do PSOL	170
Quadro 19	Modelo de regressão linear do PSTU	175
Quadro 20	Modelo de regressão linear do PT	180
Quadro 21	Modelo de regressão linear do PTB	185
Quadro 22	Modelo de regressão linear do PTC/AGIR	190
Quadro 23	Modelo de regressão linear do PTdoB/AVANTE	195
Quadro 24	Modelo de regressão linear do PTN/PODEMOS	200
Quadro 25	Modelo de regressão linear do PV	205

Lista de Tabelas

Tabela 1	Evolução da densidade da filiação partidária no Brasil (2012-2022)	73
Tabela 2	Densidade da filiação partidária por estado (2012-2022)	76
Tabela 3	Densidade da filiação partidária por tamanho dos municípios (2012-2022)	78
Tabela 4	Densidade da filiação por partido (2012-2022)	83
Tabela 5	Número de órgãos partidários locais (2012-2022)	87
Tabela 6	Percentual de comissões provisórias e diretórios (2012-2022)	90
Tabela 7	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PCB, 2012-2022)	97
Tabela 8	Densidade da filiação nos municípios por estado (PCB, 2012-2022)	99
Tabela 9	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PCdoB, 2012-2022)	102
Tabela 10	Densidade da filiação nos municípios por estado (PCdoB, 2012-2022)	104
Tabela 11	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PDT, 2012-2022)	107
Tabela 12	Densidade da filiação nos municípios por estado (PDT, 2012-2022)	109
Tabela 13	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PL/PR, 2012-2022)	112
Tabela 14	Densidade da filiação nos municípios por estado (PL/PR, 2012-2022)	114
Tabela 15	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PMDB/MDB, 2012-2022)	117
Tabela 16	Densidade da filiação nos municípios por estado (PMDB/MDB, 2012-2022)	119
Tabela 17	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PMN/MOBILIZA, 2012-2022)	122

Tabela 18	Densidade da filiação nos municípios por estado (PMN/MOBILIZA, 2012-2022)	124
Tabela 19	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PP/Progressistas, 2012-2022)	127
Tabela 20	Densidade da filiação nos municípios por estado (PP/Progressistas, 2012-2022)	129
Tabela 21	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PPS/CIDADANIA, 2012-2022)	132
Tabela 22	Densidade da filiação nos municípios por estado (PPS/CIDADANIA, 2012-2022)	134
Tabela 23	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PRB/REPUBLICANOS, 2012-2022)	137
Tabela 24	Densidade da filiação nos municípios por estado (PRB/REPUBLICANOS, 2012-2022)	139
Tabela 25	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PRTB, 2012-2022)	142
Tabela 26	Densidade da filiação nos municípios por estado (PRTB, 2012-2022)	144
Tabela 27	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSB, 2012-2022)	147
Tabela 28	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSB, 2012-2022)	149
Tabela 29	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSC, 2012-2022)	152
Tabela 30	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSC, 2012-2022)	154
Tabela 31	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSDB, 2012-2022)	157
Tabela 32	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSDB, 2012-2022)	159
Tabela 33	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSDC/DC, 2012-2022)	162

Tabela 34	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSDC/DC, 2012-2022)	164
Tabela 35	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSOL, 2012-2022)	167
Tabela 36	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSOL, 2012-2022)	169
Tabela 37	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSTU, 2012-2022)	172
Tabela 38	Densidade da filiação nos municípios por estado (PSTU, 2012-2022)	174
Tabela 39	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PT, 2012-2022)	177
Tabela 40	Densidade da filiação nos municípios por estado (PT, 2012-2022)	179
Tabela 41	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTB, 2012-2022)	182
Tabela 42	Densidade da filiação nos municípios por estado (PTB, 2012-2022)	184
Tabela 43	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTC/AGIR, 2012-2022)	187
Tabela 44	Densidade da filiação nos municípios por estado (PTC/AGIR, 2012-2022)	189
Tabela 45	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTdoB/AVANTE, 2012-2022)	192
Tabela 46	Densidade da filiação nos municípios por estado (PTdoB/AVANTE, 2012-2022)	194
Tabela 47	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTN/PODEMOS, 2012-2022)	197
Tabela 48	Densidade da filiação nos municípios por estado (PTN/PODEMOS, 2012-2022)	199
Tabela 49	Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PV, 2012-2022)	202

Tabela 50	Densidade da filiação nos municípios por estado (PV, 2012-2022)	204
-----------	---	-----

Lista de abreviaturas e siglas

AC	Ato Complementar
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
LPP	Lei dos Partidos Políticos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista

PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SGIP	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
SPD	Partido Social Democrata da Alemanha
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

1	Introdução	16
2	Abordagens teóricas sobre a organização dos partidos políticos e a filiação partidária	24
2.1	Conceitos	24
2.1.1	Definição de partido político	24
2.1.2	Definição de filiação partidária	27
2.2	A organização interna dos partidos políticos	32
2.2.1	Evolução das principais teorias sobre a organização interna dos partidos políticos e mudança partidária (<i>party change</i>)	33
2.2.2	Declínio da filiação partidária na Europa e o fenômeno da filiação na América Latina	45
2.2.3	Causas da filiação partidária: a extensão da rede organizacional dos partidos	49
2.4	Considerações parciais	55
3	Filiação partidária e estrutura organizacional dos partidos no Brasil (2012-2022)	57
3.1	Contexto institucional da filiação partidária no Brasil	57
3.2	Coleta e tratamento dos dados	63
3.3	Distribuição territorial da filiação partidária e das unidades locais dos partidos no Brasil (2012-2022)	72
3.3.1	Distribuição territorial da filiação partidária (2012-2022)	72
3.3.2	Órgãos partidários no Brasil (2012-2022)	85
3.4	Considerações parciais	91
4	Distribuição territorial dos filiados no Brasil e o impacto da expansão territorial dos órgãos partidários (2012-2022)	94
4.1	Coleta e tratamento dos dados	94
4.2	Distribuição territorial dos filiados por partido (2012-2022)	95
4.2.1	PCB	95
4.2.2	PCdoB	101
4.2.3	PDT	106

4.2.4	PL/PR	111
4.2.5	PMDB/MDB	116
4.2.6	PMN/MOBILIZA	121
4.2.7	PP/PROGRESSISTAS	126
4.2.8	PPS/CIDADANIA	131
4.2.9	PRB/REPUBLICANOS	136
4.2.10	PRTB	141
4.2.11	PSB	146
4.2.12	PSC	151
4.2.13	PSDB	156
4.2.14	PSDC/DC	161
4.2.15	PSOL	166
4.2.16	PSTU	171
4.2.17	PT	176
4.2.18	PTB	181
4.2.19	PTC/AGIR	186
4.2.20	PTdoB/AVANTE	191
4.2.21	PTN/PODEMOS	196
4.2.22	PV	201
4.3	Considerações parciais	206
5	Considerações finais	208
6	Referências	212

1 Introdução

Filiar-se a um partido político, em regimes democráticos, é corolário do direito fundamental à liberdade de associação. A legislação ordinária brasileira reconhece esse instituto, ainda que de forma implícita, desde a edição do Decreto-Lei nº 7.586/1945 – que regulamentou o processo de alistamento eleitoral para as eleições gerais daquele ano – e, de forma expressa, pela Lei nº 4.740/1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), publicada dois anos após o golpe civil-militar. Porém, a filiação partidária adquiriu *status* constitucional apenas com a promulgação da Constituição de 1988. A atual Carta Magna estabelece a filiação como uma das condições de elegibilidade (art. 14, § 3º), ou seja, os cidadãos que desejam disputar cargos públicos, além de outros requisitos, devem comprovar um vínculo formal a algum partido político com registro no TSE.

A filiação partidária, como subcampo da área de pesquisa sobre organizações partidárias (GAUJA; KOSIARA-PEDERSEN, 2021), foi negligenciada da agenda de estudos sobre os partidos políticos até meados dos anos 1980, quando o trabalho pioneiro de Bartolini (1983) aferiu os números de filiados dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental entre 1889 e 1978. Então, uma série de problemas passou a preocupar os estudiosos, como por exemplo, a queda do número de filiados na Dinamarca (SUNDBERG, 1987), quais eram os motivos determinantes da filiação aos partidos políticos noruegueses (SELLE; SVÅSAND, 1983), ou qual era o efeito do número de membros sobre o sucesso eleitoral dos partidos na Finlândia (SUNDBERG, 1985). Nesses trabalhos, a estrutura organizacional dos partidos é considerada um dos fatores relevantes para a compreensão do fenômeno da filiação partidária, tanto como variável dependente quanto independente.

A relevância da aferição do número de membros de um partido já havia sido alertada anos antes por Duverger (1970)¹ como uma forma de observar a evolução e a composição social das organizações partidárias, apesar da dificuldade de se obter dados confiáveis junto aos partidos. Desde então, uma série de esforços foram empreendidos para observar a evolução do número de eleitores filiados a partidos políticos na Europa, constatando uma redução nesse quantitativo entre os anos 1980 e 2010 (KATZ *et. al.*, 1992; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; VAN BIEZEN; MAIR,

¹ O livro foi publicado originalmente em 1951.

POGUNTKE, 2012), embora poucos tenham apresentado as causas desse fenômeno, como por exemplo, mudanças nas estratégias eleitorais dos partidos (SCARROW, 1996).

Apesar desses esforços, os estudos europeus sempre enfrentaram dois problemas que limitavam a quantidade das investigações e, principalmente, a validade dos resultados por eles alcançados. O primeiro é a disponibilidade de dados, visto que as informações sobre filiação eram propriedade dos partidos, os quais nem sempre estavam dispostos a fornecê-las aos pesquisadores. O segundo é a confiabilidade dos dados, pois cada partido tem um modo particular de considerar a filiação, o que afeta principalmente as possibilidades de comparação entre diferentes partidos e, conseqüentemente, também entre os países.

Ao contrário do contexto europeu, o sítio eletrônico do TSE brasileiro dispõe de uma série histórica do quantitativo mensal de eleitores filiados a partidos políticos, uma vez que a legislação eleitoral brasileira exige que os partidos enviem à Justiça Eleitoral a relação de seus filiados para fins de registro de candidatura a cargos eletivos. Em outubro de 2002, quando teve início a série histórica do TSE, o Brasil contava 9,7% do eleitorado nacional filiado a algum partido político; em outubro de 2024, a proporção era de 10,3% do eleitorado².

Desse modo, essa obrigação institucional possibilita o acesso a dados oficiais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de estudos sobre o fenômeno da filiação partidária em âmbito nacional. A diferença entre o cenário europeu e o brasileiro é que, no primeiro, os números de filiados por partido não estão disponíveis em bases de dados públicas, ficando a cargo dos partidos a cessão dessas informações aos pesquisadores. Ainda assim, esses dados, quando cedidos, podem estar fragmentados (KATZ *et al.*, 1992) ou inflacionados pelos próprios partidos (MAIR; VAN BIEZEN, 2001). Logo, os estudos europeus podem ter menos validade empírica sobre o fenômeno da filiação partidária do que estudos feitos com base nos dados brasileiros.

Embora essa vantagem estratégica relevante para o desenvolvimento de pesquisas, a filiação partidária, enquanto objeto de análise, foi negligenciada pela literatura especializada em partidos políticos no Brasil, contando apenas com poucos

² De acordo com os dados do TSE, em outubro de 2002, 11.131.135 eleitores estavam filiados a algum partido no Brasil. Já em outubro de 2024, os partidos contavam com 16.344.977 eleitores em seus quadros.

estudos exploratórios recentes (SPECK, 2013; MINGARDI, 2019; FAETI, 2019; RIBEIRO; AMARAL, 2019; CERVI; TERRON; SOARES, 2020).

O estudo de Speck (2013) foi o primeiro a explorar a série histórica do TSE acima mencionada. Esse autor observou que, a cada quatro anos, há um pico no número de eleitores filiados nos meses anteriores às eleições municipais, o que evidencia que a dinâmica da filiação está atrelada aos pleitos locais em função da quantidade de cargos em disputa (prefeito, vice-prefeito e vereador). Como, à época do trabalho, a legislação eleitoral estabelecia o prazo mínimo de 01 (um) ano de filiação antes da data da eleição para o registro da candidatura, Speck (2013) concluiu que o aumento do número de filiações está relacionado a dois objetivos: disputar eleições ou apoiar a nomeação de um candidato no processo interno de seleção de candidaturas.

Em seguida, há os trabalhos exploratórios de Mingardi (2019), que, baseado nos achados de Speck (2013), construiu o conceito de “ciclo” da filiação partidária”; e de Cervi, Terron e Soares (2020), que constataram a relação estatística em que municípios menores, fora das regiões metropolitanas, com economia primária baseada na agricultura e com menor acesso à informação digital (3G) tendem a ter mais eleitores filiados a partidos políticos.

Entretanto, nenhum desses trabalhos utilizou os partidos políticos como unidade de análise, de modo que se desconhece a dimensão dos partidos no que tange ao número de eleitores filiados em seus quadros. Quando não focam nas dimensões espacial e temporal da filiação partidária, outros estudos têm como enfoque teórico a literatura especializada em comportamento político, como por exemplo, os trabalhos de Faeti (2019), que investigou o comportamento dos filiados do Partido dos Trabalhadores (PT), e o de Ribeiro e Amaral (2019), que observou a participação política de alta-intensidade dos filiados do estado de São Paulo. Todavia, a literatura especializada nacional ainda não dispõe de investigações que busquem explicar as variações no número de eleitores filiados ao longo dos anos, utilizando os partidos políticos como unidade de análise.

De acordo com Katz e Mair (1993), uma das faces do partido, *party on the ground*, é constituída por seus membros, sobretudo naqueles partidos que adotam a filiação formal, como é o caso do Brasil. Dessa maneira, a filiação partidária só pode ser compreendida quando se leva em consideração a organização partidária. Sendo assim, na tentativa de preencher essas lacunas presentes na literatura especializada

em partidos políticos no Brasil, essa tese foca na filiação partidária como uma das facetas da organização dos partidos brasileiros, motivo pelo qual utiliza os partidos como unidade de análise, considerando sua natureza organizacional.

O principal objetivo da teoria organizativa dos partidos é, segundo Gauja (2023), como o poder é exercido no interior das organizações partidárias, como é possível ver nos trabalhos clássicos de Ostrogorski (1902), Weber (1999) e, sobretudo, Michels (1982), com sua “Lei de Ferro” das oligarquias.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o final do século XX, a teoria organizativa dos partidos observou o desenvolvimento das sociedades industriais europeias e como essas transformações estruturais condicionariam mudanças nas estruturas partidárias – e consequentemente, na distribuição de poder interno –, servindo de base para a elaboração de modelos de partidos, como por exemplo, os partidos de massa (DUVERGER, 1970), de integração social (NEUMANN, 1956), *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012) e cartel (KATZ; MAIR, 1995) etc.

Um conjunto dessas mudanças estruturais e institucionais, como o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a criação de subsídios estatais aos partidos, levariam os partidos a necessitarem cada vez menos de membros, cujas principais funções, com base no tipo ideal de partido de massas de Duverger (1970), era mobilizar o eleitorado nas campanhas eleitorais e contribuir financeiramente para o partido. Assim, alguns autores esperavam observar o declínio no número de eleitores filiados (KATZ, 1990), o que levaria boa parte da literatura a anunciar o declínio dos partidos políticos (MAIR, 2003).

Segundo Scarrow (2000), medir o número de filiados é uma maneira de verificar a natureza dos vínculos organizacionais entre os partidos e seus membros. Por isso, alguns estudos envidaram esforços para reunir dados sobre filiação partidária desde entre os anos 1980 e a primeira década do século XXI, identificando uma redução no número absoluto de membros partidários nos países da Europa Ocidental, mas um crescimento nos países do Sul da Europa e do Leste Europeu (BARTOLINI, 1983; KATZ *et al.*, 1992; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). No mesmo caminho dos países pós-comunistas, os países latino-americanos também surpreenderam com os altos índices de filiação partidária registrados já no século XXI (DOŠEK, 2016)

Na literatura encontram-se algumas hipóteses que pretendem explicar a filiação partidária, tanto pelo lado dos filiados – por que os indivíduos se filiam? – quanto pelo

lado dos partidos – por que os partidos querem membros? (SCARROW, 1994; SCARROW, 2000). Dentre as inúmeras hipóteses formuladas sob a ótica dos partidos, Došek (2016) argumenta que países que adotam o sistema federativo e a descentralização administrativa, como é o caso do Brasil, possuem altos níveis de filiação partidária, uma vez que os partidos precisam se estabelecer nos territórios onde pretendem disputar eleições.

A distribuição geográfica de unidades locais dos partidos pode ser encontrada na literatura tanto em modelos teóricos (ELIASSEN; SVÅSAND, 1975; PANEBIANCO, 2005), quanto em trabalhos empíricos (SELLE; SVÅSAND, 1983; SUNDBERG, 1985; TAVITS, 2013). Porém, no caso do Brasil, não se dispõe de iniciativas para explicar o fenômeno da filiação partidária por meio da expansão da rede organizativa dos partidos, como bem lembram Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012).

Por isso, o objetivo geral desta tese é investigar a relação entre a expansão territorial de dos órgãos partidários locais, mensurada por meio do número de diretórios e comissões provisórias instalados nos municípios brasileiros, e as variações da densidade da filiação dos partidos políticos, que é a categoria analítica-chave para esta tese. A densidade da filiação partidária consiste na razão entre o número de eleitores filiados a um partido político em um dado município e o total do eleitorado da mesma localidade (KATZ *et al.*, 1992; MAIR; VAN BIEZEN, 2001). Questiona-se: a criação de órgãos partidários locais impacta na variação do percentual de eleitores filiados aos partidos? A hipótese da tese é que o número de órgãos (diretórios e comissões provisórias) criados e mantidos pelos partidos nos municípios brasileiros impacta positivamente na densidade da filiação local. Logo, quanto mais órgãos municipais os partidos possuírem, mais elevada será a densidade da sua filiação local.

Para tanto, foram selecionados 22 partidos políticos que possuíam registro no TSE no ano de 2009: PCdoB, PCB, PDT, PMDB/MDB, PMN, PP, PPS/CIDADANIA, PR/PL, PRB/REPUBLICANOS, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSDC/DC, PSOL, PSTU, PT, PTB, PTC/AGIR, PTdoB/AVANTE, PTN/PODEMOS e PV. A escolha desse ano se deu por critérios de disponibilidade e confiabilidade dos dados disponíveis no sítio eletrônico do TSE. Nesse mesmo ano, o TSE publicou a Resolução nº 23.093/2009, que implantou o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) em todo o âmbito da Justiça Eleitoral. Essa resolução estabeleceu um sistema informatizado que, por meio do Módulo Externo, permite aos dirigentes partidários a

remessa à Justiça Eleitoral de dados referentes à constituição, início e fim de vigência dos órgãos de direção partidária nas esferas local, estadual e nacional³.

Foram excluídos desta tese os partidos que foram criados, extintos, incorporados ou fundidos a outros partidos entre 2009 e 2022, ano da última eleição geral: PAN, PEN/PATRIOTA, PFL/DEM, PGT, PHS, PMB, PPL, PRONA, PROS, PRP, PSD, PSD (criado em 2011), PSL, PST, REDE e SOLIDARIEDADE⁴. O PCO foi excluído da análise por dispor de dados insuficientes referentes aos seus órgãos partidários. Como um dos objetivos da tese é comparar a evolução da densidade da filiação partidária em relação à criação de unidades locais dos partidos que já haviam sido criados até o ano de implementação do SGIP/TSE, a inserção, na análise, de partidos criados após essa data traria prejuízos para a compreensão da relação causal que se pretende verificar.

Os dados referentes ao quantitativo de eleitores filiados mensalmente aos partidos e ao total do eleitorado dos municípios brasileiros, para cada mês de outubro entre os anos de 2012 e 2022, foram extraídos do Sistema de Estatísticas Eleitorais do TSE. Esses dados foram relacionados em função do partido, do município e da unidade federativa por meio da linguagem de programação R, permitindo o posterior cálculo da densidade da filiação de cada partido em cada um dos municípios analisados no período. O mês de outubro foi escolhido por ser aquele em que ocorrem os pleitos eleitorais. Por outro lado, o ano de 2012 foi escolhido como início do marco temporal desta tese por apresentar dados mais consolidados referentes à constituição de órgãos partidários do banco extraído do Portal de Dados Abertos do TSE.

³ Em 21 de fevereiro de 2008, o TSE editou a Instrução Normativa nº 3/2008, que, em seu art. 1º, determina: “os documentos concernentes ao registro, alteração e extinção das agremiações partidárias em âmbito nacional, em especial as alterações estatutárias, nomes de representantes nacionais e composições de órgãos de direção nacional, deverão ser encaminhados à unidade gestora do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), para o devido processamento”. No entanto, a Portaria nº 101/2008 determinava a obrigatoriedade do uso desse sistema apenas no TSE, mas facultativo nos Tribunais Regionais Eleitorais. A obrigatoriedade em toda a Justiça Eleitoral foi determinada por meio da Resolução nº 23.093/2009, que, em seu art. 9º, estabelece: “o órgão de direção partidária comunicará à Justiça Eleitoral, imediatamente, por meio do Módulo Externo (SGIPex), os dados referentes à constituição de seu órgão de direção, seu início e fim de vigência, os nomes, números de inscrição no CPF e do título de eleitor dos respectivos integrantes, bem como as alterações promovidas”. A Resolução nº 23.093/2009 foi revogada pela Resolução nº 23.697/2022, que fez alterações na regulamentação do referido sistema.

⁴ PSD (Partido Social Democrático) existiu entre 1987 e 2002 e não deve ser confundido com o atual PSD, cujo registro data de 2011. O antigo PSD, assim como o PAN, foi incorporado ao PTB. PGT, PRONA e PST foram incorporados ao PL. PHS foi incorporado ao PODEMOS. PPL foi incorporado ao PCdoB. PRP foi incorporado ao PATRIOTA. PFL/DEM e PSL se fundiram em 2022 e deram origem ao UNIÃO BRASIL.

Apresentados esses elementos, a seguir é descrita a estrutura da tese, a qual se desdobra em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, oferece-se uma visão geral sobre as principais contribuições à teoria organizativa dos partidos políticos desde o início do século passado até hoje, enfatizando sua natureza organizacional. Primeiro, apresentam-se as principais definições de “partido político” e de “filiação partidária”, formuladas sob a ótica de distintas abordagens presentes na literatura especializada. Em seguida, são descritas as principais obras que compõem a teoria organizativa dos partidos políticos e as principais tipologias de partidos formuladas ao longo do século XX (DUVERGER, 1970; NEUMANN, 1956; KIRCHHEIMER, 2012; KATZ; MAIR, 1995) como produto do desenvolvimento das sociedades industriais europeias. Ao final, é apresentado um breve debate sobre o declínio da filiação partidária na Europa e seu contraste em relação ao contexto latino-americano e as principais hipóteses formuladas pela literatura para explicar o fenômeno da filiação partidária, com foco na expansão territorial dos partidos políticos (TAVITS, 2013; DOŠEK, 2016)

Antes de adentrar na análise dos dados, o segundo capítulo se preocupou, inicialmente, em compreender o contexto institucional da filiação partidária no Brasil, fazendo um balanço das leis que a regulamentaram, incluindo os requisitos legais e os prazos estipulados e as formas de cancelamento do vínculo, uma vez que Gauja (2015) sugeriu compreender a filiação também pela perspectiva do Estado. Em seguida, inicia-se a análise do fenômeno, descrevendo os critérios para seleção dos partidos analisados e o processo de coleta, tratamento dos dados e mensuração das variáveis relativos à filiação partidária e aos órgãos partidários locais. O tratamento dos dados incluiu cálculos de variação percentual, médias de densidade de filiação e segmentações por recorte geográfico e populacional dos municípios. Na última seção do capítulo, é apresentada a evolução da densidade da filiação partidária e dos órgãos locais dos 22 partidos políticos selecionados para este estudo, por meio de tabelas e mapas. Esses elementos permitiram uma análise detalhada na qual se busca identificar padrões e tendências de forma agregada e entre os partidos.

No último capítulo, investiga-se a relação entre a densidade da filiação partidária (variável dependente) e a expansão territorial dos órgãos locais dos 22 partidos brasileiros selecionados (variável independente). Na primeira seção, descreve-se a metodologia de análise dos dados empreendida e, em seguida, analisa-se a evolução da distribuição territorial do percentual de eleitores filiados de cada

partido, segmentada pela faixa populacional dos municípios e por estados. Para cada partido realizam-se testes de regressão linear para verificar a correlação entre as variáveis dependente e independente, o efeito da criação de órgãos locais na variação da densidade da filiação e o impacto da presença de um órgão partidário local no percentual de eleitores filiados a cada partido. Como fechamento do capítulo são apresentadas as considerações parciais.

Ao final, são expostas as considerações finais sobre os resultados da pesquisa, esperando contribuir para o debate sobre o papel da organização partidária para a dinâmica da filiação partidária e, conseqüentemente, para a dinâmica política brasileira.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

O objetivo principal deste capítulo é trazer uma visão geral das principais contribuições à teoria organizativa dos partidos políticos desde o início do século passado até hoje, enfatizando sua natureza organizacional. Primeiro, apresentam-se as principais definições de “partido político” e de “filiação partidária”, formuladas sob a ótica de distintas abordagens presentes na literatura especializada. Em seguida, discutem-se as principais obras que compõem a teoria organizativa dos partidos políticos e as principais tipologias de partidos formuladas ao longo do século XX (DUVERGER, 1970; NEUMANN, 1956; KIRCHHEIMER, 2012; KATZ; MAIR, 1995) como produto do desenvolvimento das sociedades industriais europeias. Ao final, apresenta-se um breve debate sobre o declínio da filiação partidária na Europa, seu contraste em relação ao contexto latino-americano e as principais hipóteses formuladas pela literatura para explicar o fenômeno da filiação partidária, com foco na expansão territorial dos partidos políticos e sua aplicabilidade ao caso brasileiro.

2.1 Conceitos

Esta seção tem como objetivo principal apresentar as principais definições de partidos políticos e de filiação partidária encontradas na Ciência Política e na Sociologia Política, para, ao final, explicitar as razões que levaram a adotar a definição adequadas aos objetivos desta tese.

2.1.1 Definição de partido político

A literatura sobre partidos políticos é uma das mais fecundas na Ciência Política, assim como os esforços teóricos para defini-los, dadas as inúmeras atividades que desempenham em distintas arenas (CROTTY, 1970). O intuito aqui não é o de esgotar todas as possibilidades de definições encontradas na Ciência Política, mas ressaltar a natureza organizacional dos partidos políticos e a necessidade de distingui-los de outros tipos de organizações presentes na sociedade.

Até a primeira metade do século XX, uma das primeiras definições de partidos políticos encontradas na Sociologia Política é aquela atribuída por Max Weber (1999,

p. 544)⁵. Weber (1999, p. 544) os define como “organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato” e que têm como objetivo “a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos”.

Duas décadas depois, nos EUA, Schattschneider (1942, p. 35) distinguiu dois tipos de organizações políticas: os partidos políticos e os grupos de pressão⁶. A diferença entre os dois reside no fato de que os partidos são uma “tentativa organizada de se chegar ao poder”. O poder, nesse caso, consiste no controle do governo que, além de ser uma fonte de recursos almejados, também é capaz de pôr em prática uma série de políticas pretendidas pelos partidos. Porém, ainda que o autor indique a finalidade dos partidos, ele omite o meio pelo qual o fim desejado será atingido. Mas é possível deduzir que o meio adequado seria a disputa eleitoral, uma forma legítima e desejável de se alcançar o poder em países democráticos.

A partir da obra de Duverger (1970), que não ousou em formular uma definição objetiva de partido político, há um esforço conceitual para distinguir os partidos em relação a outras organizações, sendo este o ponto de partida principal para especificar aquilo que não é um partido, como bem observa Sartori (1982). Para isso, alguns autores atribuem aos partidos o objetivo de disputar eleições para alcançar, com êxito, o governo. Isso é perceptível nas definições formuladas, dentre tantas outras que podem ser destacadas na Ciência Política e com base em abordagens distintas, por Downs (2013), Sartori (1982) e La Palombara (1982).

Partindo de uma abordagem econômica da escolha racional, Downs (2013, p. 46) definiu os partidos como “uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato de governo através de meios legais”, concepção adotada também por Schlesinger (1984)⁷.

Por sua vez, a partir de um enfoque institucionalista, Sartori (1982, p. 86) apontou os partidos como “qualquer grupo político que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições, candidatos a cargos públicos”.

⁵ A definição pode ser encontrada na obra weberiana *Economia e Sociedade*, publicada postumamente em 1922.

⁶ Schattschneider (1942) ainda citou, como organização política, o partido minoritário, no contexto bipartidário norte-americano.

⁷ Schlesinger (1984) reconheceu que a definição de Downs (2013) não esclarece como os partidos se organizam internamente e que é preciso conceber uma teoria que reconheça o partido como organização, mas que se possa deduzir sobre as motivações e os processos decisórios dos atores no interior dos partidos.

Com o objetivo de comparar sistemas de partido único, La Palombara (1982, p. 472) acaba omitindo o elemento “competição eleitoral” de sua definição de partido, deixando-a implícita. Com isso, a partir de uma abordagem desenvolvimentista, ele definiu partido como “uma organização formal cujo propósito primário e consciente é colocar e manter no exercício de cargo público pessoas que controlarão, sozinhas ou em coalizão, a maquinaria do governo”. A ênfase no caráter formal da organização é o que torna sua definição mais atrativa. O autor salientou que a formalização da organização permite distinguir os partidos de outros movimentos de massas que buscam atrair a opinião pública, como por exemplo, protestos estudantis ou outras manifestações políticas.

Em sentido oposto, na esteira da teoria organizativa dos partidos, Panebianco (2005) dispensou atribuir objetivos a um partido como um elemento necessário à sua definição⁸. Afirmar que um partido busca uma vitória nas eleições para alcançar o governo não permite, na visão dele, explicar determinadas situações em que um partido parece evitar ações que o conduzam ao êxito eleitoral, como por exemplo, alguns partidos comunistas europeus e, mais especificamente, o Partido Comunista Francês, que parecia evitar escolhas que poderiam conduzi-lo à vitória ou, simplesmente, contentou-se em manter-se na oposição.

Desse modo, Panebianco (2005, p. 10-11) define um partido como qualquer outra organização que se distingue pelo *ambiente* específico no qual desenvolve uma *atividade específica*” (grifo do autor desta tese). Logo, a arena eleitoral é um dos ambientes no qual os partidos competem por votos, atividade que não compartilha com nenhum outro tipo de organização (PANEBIANCO, 2005). Essa é a definição adotada nesta tese.

Por fim, o que se pode extrair dessas observações é que os partidos políticos são grupos de indivíduos que se organizam de maneira formal e, de forma racional, integram a arena eleitoral e calculam um meio para se atingir um fim pretendido: disputar votos e, sozinhos ou por meio de alianças, alcançar o governo. A seguir, descrevem-se as primeiras contribuições teóricas sobre as organizações partidárias apresentadas pela literatura ao longo do século XX.

⁸ Panebianco (2005) denomina de “preconceito teleológico” atribuir objetivos aos partidos quando, na verdade, esses objetivos devem ser demonstrados por meio de pesquisas empíricas. Ou seja, inserir um tipo de objetivo na definição de um partido permite que todas as ações dos partidos devam ser explicadas com base no objetivo predeterminado.

2.1.2 Definição de filiação partidária

Há todo um debate na literatura especializada em partidos políticos acerca da validade geral de uma definição conceitual de “filiação partidária”, tema dessa subseção. De um lado, há autores que enxergam dificuldade em atribuir uma definição operacional (DUVERGER, 1970), dada a variação e a flexibilidade das estruturas partidárias (VON BEYME, 1986); de outro, autores que apresentam definições operacionais semelhantes, com base em vínculos formais de natureza organizacional (SCARROW, 1996; HEIDAR, 2006). Por fim, há aqueles que apresentam soluções metodológicas para compreender o significado da filiação partidária com base nas perspectivas dos cidadãos, nas imposições institucionais e nas oportunidades de filiação criadas pelas organizações partidárias a partir das perspectivas anteriores (GAUJA, 2015).

Assim como não atribuiu uma definição de partido político, Duverger (1970) tampouco apresentou uma definição para o conceito de “membro” partidário, pois considera que esse conceito varia em função da estrutura interna de cada partido, ou seja, que cada partido possui sua própria concepção de filiação. Segundo Duverger (1970, p. 98), a noção de “membro” (*member*) de um partido pode ser confundida na Europa com a noção de “adepto” (*adherent*), conceito que é produto da transformação dos “partidos de quadros” em “partidos de massas”. Aqui, Duverger (1970) introduziu a sua clássica tipologia de partidos, tão discutida e criticada na literatura desde então. Conforme o autor, a diferença entre esses dois tipos de partidos reside em suas estruturas⁹. Seguindo esse raciocínio, pode-se inferir que o conceito de “membro” de um partido varia conforme as transformações lineares nas estruturas partidárias, na medida em que os “partidos de quadros” se abriram às “massas” beneficiárias da extensão do sufrágio nos países europeus ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX.

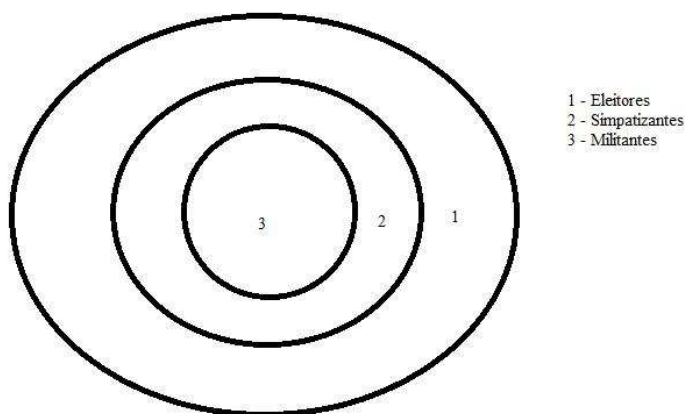
Duverger (1970) elencou características antagônicas entre os respectivos tipos de partidos em função dos critérios adotados por ambos para a adesão de membros e suas atribuições na organização partidária. Em relação aos critérios de adesão, o autor informou que o ingresso nos partidos de quadros é informal, reunindo cidadãos ilustres com capacidades técnicas para coordenar as campanhas eleitorais e

⁹ As diferenças entre estes dois tipos de partidos com base no arcabouço partidário serão apresentadas na seção 2.2.2.

emprestar prestígio aos candidatos. Esses membros contribuem com donativos para financiar as campanhas dos partidos, sem habitualidade. Por sua vez, os partidos de massas são os únicos que adotam procedimentos formais de adesão, como por exemplo, o preenchimento de um formulário de ingresso, a assinatura de um termo de compromisso e o pagamento de uma quota anual de contribuição, espécie de “financiamento democrático” para a manutenção da organização partidária (DUVERGER, 1970)¹⁰.

Assim, percebe-se que os objetivos dos partidos de quadros e de massas em relação aos seus membros são diferentes, embora seja possível ver um elemento em comum: o caráter financeiro da filiação partidária. Os partidos de quadros buscam trazer para sua estrutura interna indivíduos com experiência político-eleitoral e que dispõem de tempo e de capital livres que possam ser despendidos nesse tipo de atividade – uma espécie de partido da “burguesia”, de acordo com a terminologia marxista¹¹. Por outro lado, os partidos de massas pretendem reunir a classe trabalhadora em torno de uma direção em comum e, para isso, constroem uma organização interna capaz de “preparar” os trabalhadores e representá-los no Parlamento por meio da vitória em eleições competitivas.

Figura 1 – Os círculos de Duverger



Fonte: Elaboração própria, baseada em Duverger (1970)

¹⁰ Uma das estratégias dos partidos de massas é a educação política da classe trabalhadora, necessária para a formação de uma elite partidária capaz de administrar o Governo, uma vez alcançado o poder (DUVERGER, 1970). Essa estratégia foi empreendida, por exemplo, pelo Partido Socialista francês.

¹¹ Inclusive, Duverger (1970, p. 101) parte da metáfora marxista para esclarecer que “a distinção entre os partidos de quadros e os partidos de massas reside numa *infraestrutura* social e política (grifo do autor desta tese).”

Para aqueles partidos que não adotam o mecanismo de filiação formal, Duverger (1970) formulou uma distinção entre “militantes”, “simpatizantes” e “eleitores”, representada por círculos concêntricos com base no grau de participação de cada um destes, conforme a Figura 1 busca sistematizar.

O círculo maior agrega os “eleitores”, ou seja, aqueles cidadãos que votam habitualmente nos candidatos apresentados por um mesmo partido nas eleições locais ou nacionais. Trata-se da categoria mais facilmente mensurável, tendo em vista a possibilidade de acesso às estatísticas dos resultados eleitorais.

Os “simpatizantes”, que estão inseridos no segundo círculo, são mais do que eleitores e menos do que os militantes, pois não chegam a criar laços oficiais com o partido por razões pessoais ou profissionais. Além de votarem habitualmente no mesmo partido, os “simpatizantes” manifestam sua decisão. Duverger (1970) afirma que é possível observar empiricamente a formação de uma comunidade de simpatizantes, ainda que dispersa; o mesmo não pode ser observado em relação aos eleitores.

Por fim, o círculo interno cabe aos “militantes”, considerados como os adeptos ativos, mas que não podem ser confundidos com os dirigentes partidários, pois aqueles compõem os núcleos de base do partido, órgãos em que se desenvolvem as principais atividades partidárias.

Vale ressaltar que nos partidos que adotam a filiação formal, Duverger (1970) acrescenta um quarto círculo, onde inseriu os “adeptos”. Este círculo é maior do que o dos militantes e menor do que o dos simpatizantes. As relações entre os círculos permitem revelar, segundo Duverger (1970), a natureza dos partidos e o perfil democrático de suas estruturas.

Em suma, Duverger (1970) considerou inútil a tentativa de adoção de uma definição de “adepto” que valesse para todos os tipos de partidos, sobretudo quando se leva em consideração, como no caso dos partidos de massas, os procedimentos formais de filiação e de contribuição financeira. O autor afirmou que a adoção de critérios formais para a definição dos adeptos pode gerar imprecisões, exemplificando os casos dos partidos socialistas e comunistas, cujas formalidades adotadas para a filiação são semelhantes, mas as formas de participação de seus adeptos são distintas¹².

¹² Duverger (1970) não aponta objetivamente quais são as diferenças reais entre os adeptos dos partidos socialistas e comunistas.

Apesar de não apresentar uma definição de “membro” partidário, Duverger (1970) foi o primeiro a atribuir um caráter organizacional à filiação partidária (*party membership*). Melhor dizendo, ele indica um caminho para encontrar o significado da filiação partidária por meio da observação das estruturas internas dos partidos, não se restringindo apenas aos aspectos formais.

Von Beyme (1986, p. 211) também constatou a dificuldade de se atribuir uma definição para o conceito de “membro” de um partido em relação a outras organizações por duas razões. Em primeiro lugar, as “fronteiras” das estruturas partidárias são mais flexíveis do que a dos sindicatos – que são caracterizados por uma forte burocracia –, dada a dificuldade de cumprir seu objetivo, a saber, mobilizar os cidadãos para as eleições exclusivamente com o trabalho e a contribuição financeira dos membros. Em segundo lugar, os estatutos dos partidos definem os membros partidários e aqueles que não o são apenas de maneira formal. Von Beyme (1986) observou que, do ponto de vista metodológico, os critérios formais estabelecidos pelos partidos não são suficientes para formular uma definição geral válida para todos os partidos, posição semelhante à de Duverger (1970).

Em sua tentativa de construir uma teoria que integre a mudança partidária e objetivos dos partidos, Harmel e Janda (1994, p. 274) consideram, dentre os cinco tipos de atores organizacionais descritos¹³, os membros partidários como “aqueles que ocasionalmente auxiliam o partido com votos, fundos ou atividades”.

Considerando uma maneira mais adequada para distinguir os filiados dos cidadãos comuns, Scarrow (1996, p. 16) recomendou definir os membros como “aqueles cuja relação com seu partido envolve tanto obrigações quanto privilégios”. Na mesma serra, Heidar (2006, p. 301) definiu a filiação partidária como “uma afiliação organizacional de um indivíduo a um partido político, atribuindo obrigações e privilégios a esse indivíduo”. Ambas as definições apresentam um elemento em comum: a natureza organizacional da filiação partidária. Logo, o ato de filiação a um partido constrói um vínculo entre este e o filiado, o que implica a garantia de direitos e deveres de natureza organizacional para o membro partidário.

¹³ Os demais tipos de atores organizacionais descritos por Harmel e Janda (1994, p. 274) são: a) principais líderes (*top leaders*): quem constitui os principais tomadores de decisão nacionais do partido; b) líderes de nível médio (*middle-levels leaders*): quem lidera suas divisões; c) ativistas (*activists*): que realizam as atividades partidárias regularmente; e d) apoiadores (*supporters*): que pelo menos votam no partido nas eleições.

Em outra direção, Gauja (2015) critica tanto aqueles estudos que consideram o significado da filiação partidária apenas com base nos aspectos formais, quanto aqueles que se baseiam em tipos organizacionais específicos, como é o caso de Duverger (1970). A autora ressaltou que a filiação partidária varia ao longo do tempo, possuindo diversos significados, que são causados por fatores de natureza institucional, individual e organizacional (GAUJA, 2015).

Ao invés de apresentar uma definição de filiação partidária, Gauja (2015) propôs compreendê-la como um conceito associativo, construído a partir de três perspectivas: a) as leis e demais conjuntos normativos que regem a atividade dos partidos políticos (perspectiva do Estado); b) as demandas dos indivíduos por participação política (perspectiva individual); c) as modalidades de filiação formal conformadas na estrutura organizacional dos partidos políticos (perspectiva dos partidos).

Conforme Gauja (2015), aos partidos resta, como organizações, o maior desafio: adaptar, com sua capacidade de agência, as formas de engajamento individuais com as restrições normativas impostas pelo Estado, que cada vez mais regula os partidos políticos (*party law*). Assim, a variedade de formas de filiação sofre influência das estruturas organizacionais dos partidos, que condicionam as formas de participação política dos indivíduos por meio das modalidades de filiação que oferecem aos cidadãos. Nessa seara, as estratégias organizacionais dos partidos são influenciadas também por fatores de natureza institucional (leis) e cultural (atitudes dos cidadãos).

Ao final, percebe-se que todo esse debate em torno de uma definição do conceito de “filiação partidária” tem como foco a realidade dos partidos políticos das democracias ocidentais europeias e anglófonas (Austrália, Canadá e Nova Zelândia). Assim sendo, adota-se uma definição que envolve tanto fatores de natureza organizacional quanto aquelas impostas pela legislação eleitoral brasileira. Portanto, entende-se a filiação partidária como um vínculo formal entre um cidadão (eleitor ou alguém na plenitude dos direitos políticos) e um partido político, que conforma uma relação baseada em direitos e deveres de ordem interna.

Partindo da premissa de que a filiação partidária varia conforme a organização interna dos partidos, faz-se necessário revisitar a teoria organizativa dos partidos políticos literatura e compreender a evolução das organizações partidárias ao longo

do tempo e sua influência sobre a filiação partidária, ainda que as principais contribuições partam do contexto partidário europeu.

Antes disso, no entanto, é preciso ressaltar que, no caso específico do Brasil, foco desta tese, e seguindo a dimensão da “perspectiva do Estado” evocada por Gauja (2015), este vínculo formal que configura a filiação não é meramente uma relação entre atores de âmbito privado (um indivíduo e uma organização), mas sim um tipo bastante particular e padronizado, regulamentado em lei, e que forma uma “superestrutura” a partir da qual a “filiação partidária” existe (e que será explorada mais detalhadamente no próximo capítulo).

Logo, ainda que não se possa ignorar como elemento analítico a “demanda individual” proposta pela mesma autora e que diz respeito às demandas do indivíduo por participação política, a qual se efetiva por meio da vinculação formal a um partido, na mesma medida não se pode esquecer que, sejam quais forem essas demandas individuais, elas precisam adequar-se às exigências legais, estabelecidas pelo Estado, para que a filiação possa existir no campo jurídico.

Da mesma forma, os partidos têm margem para estabelecerem regras próprias para efetivar a filiação à sua organização e objetivarem vantagens próprias ao buscar filiações, no que tange à “perspectiva do partido”. No entanto, também essas formas próprias são os espaços permitidos pela legislação.

Enfim, ao contrário do universo dos partidos analisado por Duverger (1970) e outros autores, no qual a filiação é uma parte organizacional dos partidos e, portanto, sujeitas a inúmeras variações, a filiação partidária no Brasil obedece a um modelo-formal básico, ao qual todos os partidos e indivíduos se submetem. E, desse modo, a “filiação” assume um padrão geral único, o que, para efeitos analíticos, propõe o tema em outras bases epistemológicas. Contudo, a base única não significa uniformidade do fenômeno, e sim que todos os atores estão subordinados às mesmas regras gerais.

2.2 A organização interna dos partidos políticos

Esta seção está dividida da seguinte maneira. Na primeira subseção, apresentam-se os “clássicos” trabalhos que compõem a teoria organizativa dos partidos políticos e as principais tipologias de partidos formuladas ao longo do século XX (DUVERGER, 1970; NEUMANN, 1956; KIRCHHEIMER, 2012; KATZ; MAIR, 1995) como produto do desenvolvimento organizacional dos partidos. Na segunda

subseção, expõe-se um breve debate sobre o declínio da filiação partidária na Europa e seu contraste em relação ao contexto latino-americano. Na última subseção, são mobilizadas as principais hipóteses formuladas pela literatura para explicar o fenômeno da filiação partidária, com foco na expansão territorial dos partidos políticos.

2.2.1 Evolução das principais teorias sobre a organização interna dos partidos políticos e mudança partidária (*party change*)

Em um dos primeiros estudos da literatura norte-americana sobre governo partidário na década de 1940, Schattschneider (1942) advogou que os partidos políticos modernos criaram a democracia representativa. O autor vai mais além, quando indaga a possibilidade de a democracia moderna ser um subproduto da competição interpartidária. Nessa seara, Key Jr. (1964, p. 9) considerou os partidos políticos como “um elemento básico do aparato institucional democrático”, elencando algumas das suas principais funções num regime democrático, como, por exemplo, a de fornecer meios para a sucessão legítima de poder, agregar interesses de parcela dos cidadãos e formular políticas públicas etc.

Ao contrário dos dois, Epstein (1980) não enalteceu tanto os partidos políticos, evitando adotar uma avaliação normativa. O autor norte-americano buscou um meio-termo, considerando a relevância dos partidos para a democracia, mas sem superestimá-los. Epstein (1980) observou que os partidos políticos são menos uma condição suficiente do que uma condição necessária para a democracia, pois não existem democracias modernas sem a presença deles.

Apesar das divergências, esses autores consideram a relevância do gênero “partido político” para o funcionamento dos regimes democráticos, mesmo que a espécie norte-americana seja considerada pela literatura europeia menos organizada e mais fluída ideologicamente do que os partidos europeus, considerados superiores (EPSTEIN, 1980). Mas essa avaliação positiva dos partidos políticos não gozou de unanimidade desde sempre.

Schattschneider (1942) lembra que a história política dos EUA é o retrato de um “casamento infeliz” entre os partidos políticos e a Constituição de 1787, uma vez que os constituintes não perceberam que os partidos políticos poderiam ser usados como instrumentos em prol de um governo popular, objetivo principal do próprio texto constitucional. Por essas razões, a filosofia política norte-americana negligenciou os

partidos entre o final do século XVIII e boa parte do século XIX (SCHATTSCHNEIDER, 1942).

Em relação ao contexto europeu, Daalder (1983) observa que o reconhecimento dos partidos variou entre os países em função tanto do estágio de evolução do governo representativo quanto de raízes de pensamento político pluralistas. Em países onde o Estado foi imposto à sociedade como uma manifestação da soberania absoluta e indivisível, Daalder (1983, p. 4) constata que o pensamento político local tardou no reconhecimento dos partidos políticos.

Essas avaliações críticas e, em boa parte pessimistas, quanto ao papel dos partidos políticos numa democracia também estão presentes nos estudos de Moisei Ostrogorski (1902), Robert Michels (1982) e Max Weber (1999), realizados nas primeiras décadas do século XX.

O bielorrusso Moisei Ostrogorski é o responsável pelo primeiro trabalho descritivo sobre o surgimento e sobre a organização interna dos primeiros partidos britânicos e norte-americanos. Em sua obra *Democracy and organization of political parties*, dividida em dois volumes, Ostrogorski (1902) buscou conhecer as origens e o desenvolvimento dos governos democráticos no Reino Unido e nos EUA, tarefa que só pode ser empreendida, de início, por meio da observação da organização dos partidos políticos fora do Parlamento, pois estas organizações concentram a ação das forças políticas de um determinado país¹⁴. Porém, Von Beyme (1986) observa que Ostrogorski é favorável à livre associação de indivíduos para concorrer ao governo com responsabilidade, desde que não estejam submetidos às regras burocráticas inerentes à organização dos partidos políticos modernos. Em suma, na opinião de Von Beyme (1986), Ostrogorski (1902) enxerga nos partidos modernos uma ameaça à democracia representativa.

Ao contrário de Ostrogorski, Weber (1999) considera que os partidos são “produto da democracia” (WEBER, 1999, p. 550). Logo, Weber (1999) constata que os partidos modernos surgiram da necessidade de organização das massas que, por meio da extensão do sufrágio universal, foram integradas à ordem política do Estado.

¹⁴ Ostrogorski (1893) descreve o surgimento das primeiras organizações locais dos partidos Liberal e Conservador, que tinham como objetivo o recenseamento de parcelas da população masculina britânica que se tornaram cidadãos por meio da extensão do sufrágio, produto das reformas legislativas de 1832 e 1867. Já nos EUA, Ostrogorski (1889) investigou a origem dos partidos norte-americanos em torno do *caucus*, termo que significava o encontro de homens livres que discutiam assuntos políticos no período colonial e que, após a Revolução Americana de 1776, passou a designar a reunião de grupos parlamentares no Congresso que selecionavam os candidatos que disputariam cargos públicos.

A integração das massas – que agora têm nos partidos uma direção – vai resultar em mudanças na estrutura interna das organizações partidárias, pois a crescente racionalização das técnicas de campanhas eleitorais para conquistar cada vez mais votos acarretará uma maior burocratização interna do partido. Nessa seara, uma das críticas feitas por Weber (1999) é que, ainda que um partido adote regras organizacionais bastante democráticas, os “associados” terão uma participação meramente formal – ou até inexistente – na formulação do programa partidário e no processo de seleção de candidatos.

Sob influência da teoria weberiana, bem como dos “pais” da teoria das elites, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto (RIBEIRO, 2012), Robert Michels (1982), em sua *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada originariamente em 1911, preocupou-se em investigar as causas mecânicas e psicológicas da oligarquização dos partidos de sua época. Tanto Weber (1999) quanto Michels (1982) constatarem que a racionalização das estratégias das campanhas eleitorais demanda um processo de diferenciação das funções no interior do partido, que concorre para a burocratização da organização partidária e a necessidade de funcionários especializados com remuneração fixa.

Entretanto, Michels (1982) vai mais além ao formular a famosa “Lei de Ferro” das oligarquias, termo este que o autor não define com clareza (BRAGA, 2012; RIBEIRO, 2012). Para desenvolver sua teoria a partir de um estudo de caso do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD)¹⁵, ele recorre à sociologia da burocracia de Weber e à psicologia social de Gustave Le Bon (BRAGA, 2012; RIBEIRO, 2012)¹⁶. Lançando mão desses recursos teóricos, Michels (1982) advoga que o processo de oligarquização se dá por fatores de ordem técnica e psicológica.

O fator de ordem técnica está relacionado ao tamanho do partido, ou dimensão organizativa, conforme Panebianco (2005). Na medida em que o partido cresce em termos de número de membros, há um aumento da divisão do trabalho interno, que demanda especialização das funções. O processo decisório também não pode mais ser tomado em assembleias e só pode ser viabilizado por meio da criação de um sistema de representantes (delegados). Como consequência, há uma centralização

¹⁵ Michels foi filiado ao SPD até 1907 (RIBEIRO, 2012). Anos mais tarde, quando se mudou para Itália, filiou-se ao Partido Fascista, em 1924.

¹⁶ Segundo Neumann (1956, p. 408), Gustave Le Bon, ao observar as revoltas nas capitais europeias durante o século XIX, visualizou características emocionais e instáveis nas multidões, destituindo a ação das massas de autocontrole individual.

do processo decisório. Tudo isso permite uma crescente burocratização da administração partidária e o declínio da democracia intrapartidária (PANEBIANCO, 2005; BRAGA, 2012; RIBEIRO, 2012).

Os fatores de ordem psicológica dizem respeito aos dirigentes e aos demais membros do partido. Uma vez que os membros do partido são politicamente apáticos e, reunidos em massa, tornam-se incapazes de decidir sobre questões de interesse da coletividade, entregam o exercício do poder a uma líder dotado de atributos carismáticos (RIBEIRO, 2012). Por sua vez, estas lideranças, num processo de aburguesamento, ascendem socialmente por meio dos cargos que ocupam, distanciando-os dos interesses dos demais membros partidários e formando uma classe de políticos profissionais que dominam o conhecimento do aparato burocrático do partido (BRAGA, 2012; RIBEIRO, 2012). Como a posição de comando do partido é a única maneira de se manterem nessa posição privilegiada, as classes dirigentes, no afã de conservar o exercício do poder, transformam a organização num fim em si mesmo (PANEBIANCO, 2005; RIBEIRO, 2012)¹⁷. Desse modo, Michels (1982) conclui que “quem diz organização, diz oligarquia”.

Apesar dos fatores de ordem psicológica, a teoria de Michels (1982) aponta apenas uma causa predominante para o processo de oligarquização dos partidos políticos: o aumento da dimensão organizativa (PANEBIANCO, 2005). Nesse sentido, ele se distancia de Weber (1999), que via a interação com o ambiente um fator que poderia influenciar a organização partidária (PANEBIANCO, 2005). De todo modo, a obra de Michels (1982) abriu um debate na literatura sobre a dimensão organizativa como variável independente capaz de explicar mudanças nas relações de poder no interior dos partidos (PANEBIANCO, 2005; BRAGA, 2012).

A despeito das inúmeras críticas à obra de Michels (1982), o que se pode extrair tanto de sua teoria quanto das concepções de Weber (1999) é o caráter passivo da massa de membros das organizações partidárias. Embora Weber (1999) considere que o livre recrutamento de membros – e sua constante renovação – seja uma das características que distinguem os partidos políticos das demais organizações reconhecidas legalmente pelo Estado, ele enxerga o total afastamento dos filiados das principais atribuições internas do partido, como é o caso do processo de seleção de

¹⁷ Panebianco (2005) reformula a premissa de Michels, admitindo que o objetivo principal dos líderes partidários é a sobrevivência da organização.

candidatos às disputas eleitorais. Essas são as conclusões que a literatura europeia faz chegar, pelo menos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Somente em 1951, anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a publicação de “*Os partidos políticos*”, de Maurice Duverger, encerra o hiato nos estudos sobre partidos políticos na Europa desde os trabalhos de Ostrogorski (1902), Weber (1999) e Michels (1982). Ao elaborar uma teoria geral dos partidos políticos que partisse de um estudo comparativo da fisionomia das organizações partidárias, Duverger (1970) apresenta distintos tipos sociológicos de partidos com base na origem, na estrutura interna e nas funções dos membros partidários.

Para Duverger (1970), a originalidade dos partidos modernos reside em sua estrutura. A própria origem do partido é uma variável que influencia na formação das estruturas partidárias. Por isso, Duverger (1970) ensina que os primeiros partidos têm sua formação a partir da constituição dos primeiros grupos parlamentares, ou seja, são partidos de origem interna. Em seguida, a extensão do sufrágio força a criação dos comitês eleitorais, responsáveis por recensear os novos eleitores e coordenar as campanhas eleitorais. Assim são construídos os primeiros vínculos entre os grupos parlamentares e os comitês eleitorais, que são difundidos por outras circunscrições eleitorais onde esses grupos almejam disputar eleições, embora ainda não constituam presença fixa. Trata-se do tipo de partido de quadros que Duverger (1970) observa, e que foi descrita na seção 2.2. Os partidos de quadros correspondem ao tipo de partido “burguês” do século XIX surgido no Reino Unido e que, segundo o autor, ainda perdurava nos EUA à época, ressalvadas as características peculiares dos partidos norte-americanos¹⁸.

Por outro lado, os partidos de massas são aqueles que se formaram fora dos parlamentos, com base em outros tipos de associações, como os sindicatos e as igrejas por exemplo, na medida em que as massas se integram à sociedade política por meio da extensão do direito de sufrágio. Os partidos socialistas e os partidos de matriz cristã são exemplos desse tipo (DUVERGER, 1970).

Enquanto os partidos burgueses mantiveram seus comitês como “elementos de base” durante a primeira metade do século XX, os partidos socialistas europeus, a

¹⁸ Epstein (1980) discorda em parte, ao considerar que os protótipos das organizações de filiação em massa (*mass-membership organizations*) surgiram no Reino Unido bem antes dos partidos socialistas adotarem essa estratégia. Um exemplo típico seria o do Partido Liberal, a partir do estabelecimento do *caucus* de Birmingham, em 1868. Isso leva a crer que a origem das organizações partidárias de massa se explica por objetivos voltados apenas à obtenção de votos nas eleições.

partir da década de 1890, começam a substituir os velhos comitês eleitorais, fechados, descentralizados e pouco articulados, pelas seções, estruturas mais abertas, caracterizadas, dentre outras coisas: pelo empenho em atrair o maior número de partidários; por uma divisão do trabalho mais definida; pelo caráter permanente de reuniões; pela educação política e, por fim; pelo eleição direta dos seus líderes (DUVERGER, 1970)¹⁹. A posição geográfica das seções varia conforme a divisão administrativa de cada país. Por isso, o desenvolvimento de uma extensa rede organizacional pelo território nacional é a estratégia-chave dos partidos socialistas, visando um melhor desempenho nas urnas por intermédio da filiação em massa da classe trabalhadora. Essa estratégia é fundamental para o recolhimento das quotas de contribuição anual destinadas ao financiamento eleitoral e à manutenção das atividades partidárias permanentes (BARTOLINI, 1983).

Duverger (1970) ainda lembra que, uma vez que os partidos socialistas não conquistavam todos os votos da massa de trabalhadores, muitos partidos burgueses substituíram os comitês pelas seções como elemento de base para competir com os partidos socialistas, visando atrair essa parcela do eleitorado. Logo, a tendência preconizada por Duverger (1970) é a de que os partidos burgueses também adotariam o modelo de estrutura partidária dos partidos de massas, o que se convencionou chamar na literatura de “contágio pela esquerda” (EPSTEIN, 1980).

No entanto, nos EUA, Epstein (1980) mostra-se reticente quanto a esse “contágio pela esquerda” nos partidos norte-americanos não socialistas. Nesse caso, na visão desse autor, se os partidos norte-americanos disputaram eleições de forma bem-sucedida sem a presença de um partido socialista baseado em seções, a tese de Duverger pode ser aplicada aos países europeus – e até Austrália e Nova Zelândia –, mas não ao contexto norte-americano.

Desde que Duverger (1970) propôs a categoria de partido de massas, os estudos voltados às mudanças partidárias nas democracias ocidentais têm apresentado inúmeras tipologias de partidos que teriam sucedido o modelo ideal de

¹⁹ Os “elementos de base” são, de acordo com a analogia biológica pensada por Duverger (1970, p. 52), “as células componentes do organismo partidário”. Nesse caso, os partidos são conjuntos de pequenas comunidades disseminadas no território de um país, ligadas por um organismo coordenador (DUVERGER, 1970). Assim, cada tipo sociológico de partido listado por Duverger (1970) se distingue em função das suas estruturas de base: os partidos conservadores e liberais, por seus comitês; os partidos socialistas ou social-democratas, por suas seções; os partidos comunistas, por suas células; e os partidos fascistas, por suas milícias. Para mais detalhes acerca das características de cada tipo de elemento de base, ver Duverger (1970, p. 54-76).

massas, como é o caso dos partidos do tipo *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012) e do partido cartel (KATZ; MAIR, 1995). Mas uma transição entre dois tipos de partidos, semelhante àquela proposta por Duverger (1970), foi descrita poucos anos depois por Sigmund Neumann (1956)²⁰.

Neumann (1956) observou, como resposta a uma nova ordem social, o surgimento de um tipo de partido de integração social, em detrimento do tipo de partido de representação individual.

O partido de representação individual é produto de uma sociedade com um grau limitado de participação popular (NEUMANN, 1956). Esse tipo de partido surgiu com a conquista de direitos políticos por uma classe média que se libertava de um sistema feudal e buscava se integrar à nova estrutura social. Como a principal função desse tipo de partido era a seleção de candidatos, o partido filiava cidadãos apenas com propósitos eleitorais e a organização partidária permanecia inerte durante o interstício eleitoral (NEUMANN, 1956).

Por sua vez, o desenvolvimento industrial ocasionou um processo de urbanização desenfreado, propiciando processos migratórios cada vez maiores. O fim de duas guerras mundiais e a nova ordem social que se construía sob seus escombros proporcionou o surgimento do tipo de partido de integração social (NEUMANN, 1956). Esse tipo de partido almeja mais dos seus membros do que o tipo de partido anterior, exigindo não só o pagamento de quotas de filiação permanentes, mas também abrangendo todas as dimensões da vida social dos filiados. Entretanto, Neumann (1956) ressalta que o partido de integração social é mais expressivo em países que passaram por maiores crises e revoluções, ao contrário dos países escandinavos e anglófonos.

Ambos os tipos de partidos descritos por Neumann (1956) guardam semelhanças, respectivamente, com os tipos de partidos de quadros e de massas descritos por Duverger (1970), inclusive quanto aos exemplos apresentados pelo primeiro, que enxerga nos partidos socialistas do continente europeu o tipo de partido de integração social.

Na seara dos estudos sobre mudanças partidárias e os tipos de partidos daí decorrentes, um exemplo clássico é o tipo de partido *catch-all* apresentado por

²⁰ Neumann (1956) editou a obra *Modern Political Parties: approaches to comparative politics*, que contém trabalhos sobre a gênese e a estrutura de diversos partidos em países anglófonos, da Europa Ocidental e o Japão, além de regimes totalitários, como os da URSS e dos países do Leste Europeu.

Kirchheimer (2012)²¹. De acordo com este autor, o período pós-Segunda Guerra Mundial traz uma mudança na *performance* dos partidos políticos europeus. O tipo de partido de integração de massas – produto do contexto estrutural do período pré-guerra na Europa Ocidental, marcado por clivagens de ordem social bem definidas – converteu-se em um partido do tipo *catch-all*, em função de mudanças estruturais proporcionadas pela melhoria das condições materiais dos cidadãos, devido ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social²² (KIRCHHEIMER, 2012). A transição para uma sociedade pós-industrial, marcada pela mobilidade social, pluralismo nos estilos de vida e maior urbanização caracteriza o período de *desideologização* que marca o pós-Segunda Guerra Mundial (KIRCHHEIMER, 2012; WIESENDAHL, 2020). Esse período incentiva a redução da forte marca ideológica dos partidos pré-guerra, reconfigurando os sistemas partidários da Europa Ocidental²³.

Para Kirchheimer (2012), uma das metas principais dos partidos do tipo *catch-all* diante das novas configurações dos sistemas partidários europeus é ampliar sua mensagem para um maior número de eleitores, o que é permitido com o advento de novos tipos de veículos de comunicação de massa, como por exemplo, a televisão. Essa estratégia será repetida pelos demais partidos que almejam competir por votos na mesma intensidade. Logo, as atividades de campanha desenvolvidas pelos filiados perdem relevância diante das novas técnicas de campanha proporcionadas pelas inovações tecnológicas, avaliação semelhante à de Epstein (1980) em relação aos partidos norte-americanos²⁴.

²¹ O trabalho de Kirchheimer (2012), *The transformation of the Western European party systems* (no original, em inglês), foi publicado pela primeira vez em 1966 como capítulo da obra *Political parties and political development*, organizada por Joseph La Palombara e Myron Weiner. Alguns autores traduzem o termo *catch-all* como “pega-tudo”. Aqui mantém-se o termo em inglês como fez o tradutor da versão para a língua portuguesa.

²² Scarrow (2000) argumenta que foi Sigmund Neumann, em sua obra *Modern political parties*, de 1956, que lançou a ideia de que os partidos políticos são “veículos para a integração das massas”. Neumann preocupava-se com a sobrevivência dos regimes democráticos depois do colapso da República de Weimar, o que o levou a defender que uma das condições de sobrevivência dos partidos era a integração organizacional das massas não promovida pelos partidos rivais.

²³ Wolinetz (1979) ressalta que o trabalho de Kirchheimer (2012) foi influenciado pela literatura predominante na década de 1960 sobre o “fim” das ideologias.

²⁴ Epstein (1980) constata uma redução no número de membros partidários na Alemanha e no Reino Unido a partir dos anos 1960, justamente em países onde as organizações de filiação de massas se desenvolveram. Então, o autor questiona se a redução do número de membros não significaria a redução das atividades organizacionais dos partidos europeus, associada ao desenvolvimento de fatores tecnológicos, como é o caso do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Essa redução seria um indicador de tendências contra organizacionais, o que resultaria, na ótica do autor, na adaptação do modelo de partido de quadros norte-americanos pelos partidos europeus. Esse fenômeno seria denominado por Epstein (1980) de “contágio pela direita”, bem distinto do “contágio pela esquerda” previsto por Duverger (1970).

Diante dos novos objetivos eleitorais, os partidos do tipo *catch-all* abandonam as funções anteriores de expressão e agregação de interesses, privilegiando o processo de seleção de candidatos (KIRCHHEIMER, 2012; WOLINETZ, 1979), o mesmo tipo de função predominante no tipo de partido de representação individual descrito por Neumann (1956)²⁵.

Para tornar-se uma máquina de captação de votos, os partidos do *tipo catch-all* se esforçam por padronizar suas lideranças, transformando-as numa espécie de marca de artigo de consumo de massa, desde que haja um equilíbrio: atribuir-lhe características minimamente reconhecíveis e distintas das demais marcas, mas sem exageros que possam afastar o pretense consumidor (KIRCHHEIMER, 2012)²⁶. Assim, todos os esforços de caráter ideológico, antes voltados para o recrutamento de membros de uma classe específica (*classe gardée*), são destinados ao estabelecimento de novas metas políticas que atendam aos anseios de boa parte do eleitorado (KIRCHHEIMER, 2012). Isso torna a estratégia de filiação em massa, típica dos antigos partidos de massa classistas, obsoleta, enfraquecendo ainda mais os antigos vínculos partidários (KIRCHHEIMER, 2012; WOLINETZ, 1979).

Essas mudanças nas condições materiais das sociedades europeias e sua consequente modernização, bem como a maior aproximação entre os partidos e o Estado podem, segundo Katz (1990), romper os vínculos sociológicos entre as organizações partidárias e os cidadãos, e enfraquecer os laços psicológicos entre estes e os partidos. Katz (1990) observou que o equilíbrio de custos e benefícios da

²⁵ Além de Dittich (1983), Wolinetz (1979) empreendeu uma das poucas tentativas de verificar empiricamente os argumentos de Kirchheimer (2012) sobre a reconfiguração dos sistemas partidários da Europa Ocidental durante a década de 1970, embora reconheça que a multiplicidade de inter-relações entre as hipóteses elencadas pelo autor alemão dificulta a operacionalização do conceito de partido do tipo *catch-all*. Wolinetz (1979) partiu da premissa de que esse tipo de partido tem uma capacidade superior de competição, podendo conquistar os votos dos partidos que não se adaptem às suas estratégias. Logo, espera-se que os sistemas partidários se tornem menos fragmentados. Ao observar a evolução dos sistemas partidários de 13 democracias entre 1945 e 1975, Wolinetz (1979) constatou o contrário do que era esperado. O autor atribui esse achado ao enfraquecimento dos vínculos partidários e ao surgimento de novas pautas e preocupações na sociedade que são mais bem mobilizadas pelos partidos minoritários, que cumprem sua função expressiva.

²⁶ Contudo, Kirchheimer (2012), lembra que a estratégia dos partidos do tipo *catch-all* encontra dois tipos de limites. Primeiro, o partido não pode ir tão longe no seu objetivo de ampliar o número de votantes no dia das eleições que não cause conflitos internos. Kirchheimer (2012) cita o exemplo dos partidos cristãos, que não podem avançar em determinados programas para atrair os eleitores “não-cristãos” a ponto de perder a sua própria clientela eleitoral. Em seguida surgem as limitações geográficas. Kirchheimer (2012) afirma, embora não deixe bem claro, que grandes partidos de democracias pequenas, como é o caso da Noruega e Suécia, não encontram incentivos para ampliar seu apelo social e mudar suas estratégias de recrutamento de filiados, ao contrário de grandes partidos de democracias maiores, como a União Democrata-Cristã, na Alemanha.

filiação partidária, tanto para o partido quanto para os cidadãos, estava mudando no início dos anos 1990, reduzindo a atratividade para ambos.

Até os partidos de massas, que outrora buscaram tanto satisfazer as demandas dos seus membros e, ao mesmo tempo, conquistar votos entre o eleitorado para alcançar o poder do Estado, estavam, sob a ótica de Katz (1990), tornando-se o próprio Estado. Esses fatores levariam os partidos a abandonarem sua função de ser um vínculo entre os cidadãos e o Estado (*linkage function*). Por isso, era de se esperar que o número de eleitores filiados viesse a diminuir (KATZ, 1990).

Em poucos anos, Katz e Mair (1995) constataram que os objetivos dos tipos de partidos de massas e *catch-all* eram – ressaltadas suas particularidades – alcançar o Estado para a realização de políticas públicas. A diferença entre estes dois tipos de partidos residia nas relações com a sociedade civil. Enquanto o partido de massas nascia desta, o partido *catch-all* era apenas um intermediário entre a sociedade civil e o Estado, agregando demandas e levando-as à burocracia estatal na medida em que, como agentes de governo, convertiam contingentemente essas demandas em políticas públicas.

Entretanto, Katz e Mair (1995) acrescentam que os custos das atividades organizativas dos partidos cresceram rapidamente e não foram acompanhados pela dimensão dos membros partidários e pela intensidade de sua participação interna. Logo, os partidos, como agentes do Estado, passaram a provisionar e regulamentar subvenções estatais como forma de ajudar a si próprios. Estas subvenções permitiram a sobrevivência coletiva dos partidos estabelecidos e criaram barreiras para a formação de novos partidos. Essa prática leva Katz e Mair (1995) a anunciar o surgimento de um novo tipo de partido, o partido do tipo cartel (*cartel party*)²⁷. A cooperação e anuência entre os partidos concorrentes fornecem as condições para a formação de uma espécie de cartel – por isso a utilização do termo. Trata-se de um processo em estágio ainda inicial nos anos 1990, que pode ser observado, de acordo com Katz e Mair (1995, p. 17) em países como Áustria, Dinamarca, Alemanha,

²⁷ Katz e Mair (1995, p. 6) enxergam o desenvolvimento dos partidos nas democracias ocidentais como um processo dialético, no qual o surgimento de um novo tipo de partido produz uma reação que estimula outros tipos de reações e, conseqüentemente, maior desenvolvimento partidário. A perspectiva dialética destes autores vai de encontro à noção de desenvolvimento linear a partir do tipo de partido de massas de Duverger (1970), cujas etapas subseqüentes indicam apenas estabilidade partidária ou a decadência dos partidos.

Finlândia, Noruega e Suécia, devido à tradição de cooperação interpartidária e do apoio do Estado aos partidos.

De acordo com Katz e Mair (1995), uma das principais características do partido cartel é a profissionalização e centralização das campanhas eleitorais. Nesse contexto, na competição por votos, os partidos concorrentes podem compartilhar o acesso aos meios de comunicação de massa.

No partido do tipo cartel, o papel dos filiados é menor em relação à realidade do partido *catch-all*, pois os membros podem se filiar junto ao escritório central do partido, uma vez que não há mais tanta necessidade da criação de organizações locais voltadas ao recrutamento e mobilização de filiados (KATZ; MAIR, 1995). A principal função dos membros é a participação direta na escolha das lideranças partidárias e no processo de seleção de candidatos por meio de votação por via postal, sem a necessidade de realização de congressos partidários intermediados por delegados (KATZ; MAIR, 1995).

A liderança partidária adquire legitimação tanto interna, por meio da escolha direta dos filiados, quanto externa, pelo resultado das urnas. Isso gera o incentivo para o fortalecimento apenas formal da filiação partidária (KATZ; MAIR, 1995).

Por fim, Katz e Mair (1995) concluem que, embora os partidos possuam menos poder do que antes, quando se observa quedas nas taxas de identificação e de filiação partidárias, eles estão mais fortalecidos à época no que diz respeito ao acesso aos recursos estatais. Apesar de não ser o modelo de partido mais recente, encerra-se essa discussão sobre mudança partidária com o partido do tipo cartel por se tratar de uma das tipologias mais influentes na literatura, segundo Gauja (2023).

O debate apresentado até aqui concentrou-se na evolução das principais contribuições presentes na teoria organizativa dos partidos ao longo do século XX sobre a estrutura interna dos partidos políticos e suas mudanças ao longo do tempo. Desde Weber (1999) e Michels (1982) até Kirchheimer (2012), boa parte desses estudos sobre mudança partidária (*party change*) buscam relacionar aspectos das mudanças sociais proporcionadas pela modernização com as mudanças organizacionais e funcionais dos partidos políticos (WIESENDAHL, 2020)²⁸. A única

²⁸ Wiesendahl (2020, p. 166) argumenta que há “um problema de conexão entre a pesquisa sobre partidos com o presente em constante mutação, quando a própria teoria da modernização já não consegue acompanhar a acelerada mudança social”. Logo, o autor entende que é preciso rever as teorias da modernização para que esta permita uma avaliação imparcial das mudanças partidárias.

exceção é Katz e Mair (1995), que enfatizam o papel das variáveis institucionais como condicionantes do surgimento do partido do tipo cartel. Porém, o que mais interessa aqui é a relação que é posta nesses trabalhos entre as mudanças organizativas dos partidos e as mudanças nas funções dos filiados.

Em resumo, a necessidade de integrar as massas ao sistema político – concomitante à industrialização e à urbanização das sociedades europeias – e o desenvolvimento dos parlamentos permitiu, de acordo com o que foi exposto, o surgimento das primeiras organizações partidárias baseadas na filiação em massa (NEUMANN, 1956). Fatores como a expansão territorial das organizações locais dos partidos e a racionalização expressa na divisão do trabalho interno e a consequente especialização das funções promoveram uma maior burocratização da máquina partidária, que se dedicou a alcançar o sucesso eleitoral e a manutenção do poder de suas oligarquias (WEBER, 1999; MICHELS, 1982). Esses esforços organizativos demandaram recursos pessoais e financeiros dos membros partidários, somente obtidos por meio da filiação em massa.

No entanto, na passagem das sociedades industriais às sociedades pós-industriais, mudanças na estrutura socioeconômica condicionaram mudanças na organização interna dos partidos, produzindo alterações no papel da filiação, do ponto de vista individual e organizacional. Os indivíduos não dispõem dos mesmos incentivos para se filiarem aos partidos e não enxergam na filiação partidária um recurso organizacional valioso, reduzindo os antigos vínculos partidários (WOLINETZ, 1979). Com isso, os partidos mudam o foco das atenções para outros tipos de estratégias que maximizem a captação de votos. Todavia, mesmo diante da redução da taxa de filiação, os partidos concedem aos seus membros o direito de sufragar suas lideranças internas e de escolher os pretensos candidatos.

Além da redução dos números de membros partidários, essas transformações estruturais são apresentadas como causas de uma série de indicadores que, de acordo com Wiesendahl (2020, p. 174) conduzem à interpretação de “declínio partidário”, como por exemplo:

- a) afrouxamento e desaparecimento dos laços partidários; b) queda do comparecimento às urnas; c) aumento da volatilidade eleitoral; d) crescente

perda de identificação com os partidos; e) queda na confiança nos partidos; f) crescente fragmentação de sistemas partidários.

Com isso, boa parte da literatura constata a deterioração dos laços sociológicos que uniam as organizações partidárias aos cidadãos, bem como a perda de sua função de ligação (*linkage function*) entre estes e o Estado (KATZ, 1990).

Também foi possível constatar que os exemplos dos partidos socialistas ou social-democratas de integração de massas vislumbrados por Duverger (1970) e Neumann (1956) se tornam o tipo organizacional ideal de partido político moderno, servindo de parâmetro na literatura para o surgimento de novas tipologias de partidos (como é o caso dos partidos dos tipos *catch-all* e cartel), como apontam alguns estudiosos (VON BEYME, 1986; KATZ; MAIR, 1994; SCARROW, 2000)²⁹. Logo, quaisquer alterações nas características dos partidos contemporâneos que destoem das propriedades típicas dos partidos de massas são vistas como um indício de declínio das organizações partidárias, embora autores como Katz e Mair (1995) prefiram ver o surgimento de novos tipos de partidos como formas de adaptação e mudança, e não de declínio.

Dentre os indicadores apontados pela literatura sobre mudanças partidárias está a taxa de filiação partidária (ou densidade da filiação partidária), interessa à tese discorrer sobre as taxas de filiação partidária observadas na Europa e na América Latina, contexto no qual se insere o Brasil. Dessa maneira, a próxima seção tratará dos principais trabalhos que se preocuparam em mensurar o número de filiados dos partidos políticos europeus e latino-americanos entre o final dos anos 1990 e início do século XXI.

2.2.2 Declínio da filiação partidária na Europa e o fenômeno da filiação na América Latina

A relevância da aferição do número de membros dos partidos já havia sido arguida por Duverger (1970) como forma de observar a evolução e a composição social das organizações partidárias, a despeito da dificuldade de se obter dados confiáveis junto aos partidos. Duverger (1970) lembra que apenas os partidos socialistas, comunistas e fascistas realizavam o recenseamento dos seus membros

²⁹ O termo “partido de integração de massas” é utilizado por Kirchhmeimer (2012).

antes da Segunda Guerra Mundial, devido ao sistema interno de controle do pagamento das quotas individuais de filiação.

Embora Duverger (1970) reúna números dos membros de partidos socialistas de nove países europeus entre 1918 e 1950³⁰, passaram-se quase 30 anos para que Bartolini (1983) apresentasse o primeiro trabalho sistemático que comparasse a evolução da taxa de filiação dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental entre 1889 e 1978³¹.

Como observou Bartolini (1983), esses partidos registraram crescimento do número absoluto de filiados tanto no período anterior à Primeira Guerra Mundial (ou seja, até 1914) e no período entreguerras (1918-1939), devido em parte às novas formas de participação política promovidas pela extensão do direito de sufrágio. Entretanto, esses números, quando calculados como proporção do eleitorado nacional, mantiveram-se estáveis no período pós-Segunda Guerra. As exceções são os partidos socialistas da Dinamarca e da Noruega, que registraram queda do número absoluto de membros nesse período. Ainda assim, esses países registraram, ao lado de Suécia, Áustria, Bélgica e Finlândia, os mais elevados percentuais de filiados socialistas sobre o total do eleitorado nacional até os anos 1970 (BARTOLINI, 1983). Esses primeiros indícios de queda no número bruto de filiação partidária aumentará a ênfase dada na literatura ao “declínio partidário”.

Porém, a ausência de dados sistemáticos acerca dos principais indicadores das organizações partidárias – incluindo a filiação partidária de forma geral – para avaliar o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos ao longo dos anos prejudicou, na visão de Katz *et al.* (1992), a conclusão geral que diagnosticou o “declínio” dos partidos. Por isso, Katz *et al.* (1992) reuniram dados sobre a filiação partidária em 11 países europeus entre os anos 1960 e 1990³² para avaliar a evolução da filiação partidária nesse intervalo temporal, período em que a literatura atestou o “declínio

³⁰ Duverger (1970) apresenta a evolução da taxa de adesão em números absolutos dos partidos socialistas da Alemanha, Áustria, Dinamarca, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça.

³¹ Bartolini (1983, p. 1) informa alguns problemas de ordem metodológica de seu trabalho. Em primeiro lugar, a dificuldade para distinguir entre os números de filiações individuais ou coletivas. Em segundo lugar, o de incluir ou não os membros das organizações auxiliares dos partidos, como as organizações de mulheres e jovens, por exemplo. E, por fim, problemas relacionados às mudanças nos métodos de contabilização de filiados adotados pelos partidos ao longo dos anos.

³² As democracias europeias sobre as quais Katz *et al.* (1992) extraíram dados são: Áustria, Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Suécia.

partidário”³³. Mais duas rodadas dessa pesquisa foram realizadas posteriormente: uma, ao final dos anos 1990 (MAIR; VAN BIEZEN, 2001)³⁴ e a outra, ao final da primeira década do século XXI (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012)³⁵.

A dificuldade para a obtenção de dados foi semelhante nos trabalhos de Katz *et al.* (1992) e Van Biezen, Mair e Poguntke (2012) devido à natureza privada dos partidos nos países analisados, ainda que esses números estivessem inflacionados ou fragmentados no tempo e no espaço.

Quanto aos resultados, a taxa de filiação não acompanhou o crescimento do eleitorado entre os anos 1960 e 1990 em oito dos países analisados, com exceção de Alemanha e Bélgica, onde os níveis de filiação já eram considerados baixos (KATZ *et al.*, 1992). Essa redução foi observada durante toda a década de 1990 (MAIR; VAN BIEZEN, 2001), mesmo com a inclusão das democracias pós-comunistas. As únicas exceções são as democracias do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia), onde houve crescimento nos níveis de filiação, evidenciando a diferença entre as velhas e as novas democracias europeias (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). Então, duas hipóteses foram formuladas nesses trabalhos: ou os partidos políticos europeus perderam a capacidade de mobilizar os cidadãos como faziam outrora (MAIR; VAN BIEZEN, 2001) ou abandonaram a pretensão de se manter como organizações partidárias de massas, ainda que mantenham considerável desempenho eleitoral e no desenvolvimento nas instituições políticas europeias (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012).

Scarrow (2000) interpreta a redução das taxas de filiação de forma distinta. Mas, antes de analisar as taxas de filiação partidária em 16 democracias que fazem parte da OCDE desde 1945, Scarrow (2000, p. 99) elenca os seguintes mitos propagados pela literatura sobre mudança partidária³⁶. O primeiro é o de que “o apogeu do partido democrático de massas ocorreu durante a primeira metade do

³³ Para comparar os dados entre os países listados acima, Katz *et al.* (1992) adotaram, como indicador, a razão entre o número absoluto de filiados e o total do eleitorado nacional.

³⁴ O trabalho de Mair e Van Biezen (2001) reuniu dados de 20 democracias europeias, incluindo algumas democracias pós-comunistas. São elas, além daquelas citadas acima: Grécia, Suíça, Eslováquia, Portugal, República Tcheca, Espanha, Hungria, França e Polônia.

³⁵ Van Biezen, Mair e Poguntke (2012) elevaram para 27 o total de democracias analisadas. Somadas àquelas acima descritas, são elas: Chipre, Eslovênia, Bulgária, Estônia, Romênia, Lituânia e Letônia.

³⁶ As 16 democracias cujos dados foram analisados por Scarrow (2000) são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça.

século XX”. Já o segundo enfatiza que “o declínio do quadro de membros deve sempre ser equiparado ao declínio da força organizacional do partido”.

Em relação ao primeiro mito, Scarrow (2000) lembra que a maior parte das pesquisas sobre a evolução da filiação partidária parte dos dados disponíveis a partir dos anos 1960. Então, a autora levanta a seguinte dúvida: não seria nessa época que os partidos estariam construindo suas organizações de massa? Ou o “declínio partidário” vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX?

Ao observar a evolução das taxas de filiação, Scarrow (2000) constata que apenas cinco das 18 democracias analisadas (Austrália, Dinamarca, Noruega, Suécia e Grã-Bretanha) possuíam organizações partidárias democráticas de esquerda e direita baseadas na filiação em massa antes da Segunda Guerra Mundial. Logo, Scarrow (2000) salienta que o tipo de partido de massas não era predominante nas democracias da primeira metade do século XX, um equívoco de boa parte da literatura que interpretou o contrário com base no trabalho de Duverger (1970). Scarrow (2000) conclui que foi apenas entre os anos 1950 e 1960 que essas democracias vivenciaram a construção de organizações partidárias de massas com vistas ao sucesso eleitoral, o que necessariamente foi observado por Duverger (1970), já que sua obra foi escrita e publicada originalmente nessa primeira década³⁷.

Em relação ao segundo mito, mas longe de negar a queda no número absoluto de filiados, Scarrow (2000) pede cautela na interpretação dos dados ao argumentar que a redução observada não implica o declínio organizacional dos partidos, pois os dados não são suficientes para verificar a redução das atividades intraorganizacionais nos ramos partidários locais nesses países – cuja cobertura organizacional foi expandida a partir dos anos 1980.

Na América Latina, o trabalho de Došek (2016) é o único que compara a filiação partidária entre os países da região. Assim como os trabalhos sobre os partidos europeus, o autor também enfrentou alguns desafios metodológicos no tocante à disponibilidade e à confiabilidade dos dados sobre os filiados³⁸. De acordo com Došek (2016), países como Argentina Brasil, México, Peru e Panamá são os únicos que disponibilizam dados sobre filiação partidária nos sítios eletrônicos dos órgãos

³⁷ Scarrow (2000) argumenta que deve ser sobre a realidade dessa época que o autor francês descreve, e não em relação à primeira metade do século XX.

³⁸ Em países como Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, Došek (2016) não encontrou dados relacionados ao número de membros partidários.

eleitorais oficiais. Em outros países, o autor obteve esses dados a partir de estimativas de lideranças partidárias, recortes de jornais ou de pesquisas de opinião pública³⁹. O caso mais emblemático foi o do Paraguai, onde o percentual de eleitores filiados ultrapassou 100% do eleitorado em 2013 (DOŠEK, 2016).

Apesar destes dilemas, Došek (2016) observou que os níveis de filiação aos partidos latino-americanos são superiores àqueles dos países europeus, cuja média alcança, aproximadamente, 30% de eleitores filiados. Ao desconsiderar o caso paraguaio, o Panamá registrou o maior percentual de eleitores filiados na América Latina, com aproximadamente 60% dos eleitores filiados em 2013. A menor densidade da filiação foi observada no Chile, que registrou aproximadamente 6% de eleitores filiados em 2011 (DOŠEK, 2016). Logo, o autor concorda que esses números demandam estudos mais aprofundados sobre a dinâmica da filiação partidária nos países da região.

O que explica, então, essas variações nas taxas de filiação partidária no continente europeu e na América Latina? Segundo Bartolini (1983), há pelo menos duas maneiras de se abordar essa questão: o ponto de vista do partido (organizacional) e o ponto de vista do membro partidário (individual). Por outro lado, Scarrow (2015) encara esse problema a partir de dois questionamentos: a) por que os partidos querem membros?; b) por que os membros se filiam?

Esta seção teve como objetivo descrever os estudos que se debruçaram sobre o declínio da filiação partidária na Europa e aos altos níveis de filiação partidária na América Latina, principal ponto de partida para verificar a variação das taxas de filiação partidária no Brasil, tema desta tese. Na seção seguinte, serão abordadas algumas das possíveis explicações encontradas na literatura especializada sobre as razões que levam os partidos a buscar filiados.

2.2.3 Causas da filiação partidária: a extensão da rede organizacional dos partidos

Heidar (1994) lembra que, na literatura especializada, há mais estudos sobre as causas da filiação partidárias do que sobre suas consequências, ou seja, ela é mais tratada como variável dependente do que como variável explicativa para algum outro

³⁹ É o caso de Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

fenômeno político. No entanto, todas essas especulações restam no plano da teoria, sendo poucas as investigações empíricas que se empenham em desvendar os motivos que levam os partidos a buscarem filiados (SCARROW, 1994; SCARROW, 1996; VAN HAUTE; GAUJA, 2015).

Como visto anteriormente, a redução do número de eleitores filiados aos partidos europeus e o aumento do número de membros nos partidos latino-americanos produziram dois tipos de questionamentos gerais para explicar a filiação partidária: por que os cidadãos se filiam e por que os partidos querem membros?

Por um lado, a literatura especializada se preocupa com a economia política da filiação e, pelo lado da oferta, os pesquisadores questionam sobre os motivos individuais que levam os cidadãos a se filiar e os incentivos que são oferecidos pelos partidos para atrair filiados (CLARK; WILSON, 1961; WHITELEY; SEYD, 2002; OLSON, 2015). Por outro lado, os pesquisadores também levantam hipóteses acerca dos motivos que levam os partidos a atraírem filiados, uma explicação pelo lado da demanda (SCARROW, 1994; 2000, 2015).

Sob essa ótica, Bartolini (1983) lembra que a filiação em massa é uma fonte de recursos organizacionais para os partidos. Assim sendo, a noção da utilidade dos membros na consecução dos objetivos políticos seria o principal motivo que levaria os partidos à busca por filiados, apesar dos custos implícitos nessa estratégia (SCARROW, 2000)⁴⁰.

Dentre esses objetivos, a literatura aponta as seguintes razões acerca do desejo dos partidos por atrair filiados: a) os filiados são uma fonte de legitimidade (KATZ, 1990; KATZ; MAIR, 1993; WARE, 2004; SCARROW, 2015; DOŠEK, 2016); b) os filiados servem para fazer campanhas eleitorais (EPSTEIN, 1980; SUNDBERG, 1987; WARE, 2004)⁴¹; c) eles são leais ao partido, fornecendo votos (KATZ, 1990; KATZ; MAIR, 1993; SCARROW, 1994); d) eles servem para preencher cargos na burocracia partidária e nos governos, além de serem potenciais candidatos (KATZ;

⁴⁰ Além de apontar os benefícios da filiação vislumbrados pelos partidos, Scarrow (1994) elenca os possíveis custos da filiação partidária que servem de argumento para evitar as estratégias de filiação em massa: a) os membros apoiam a políticas de perda de votos (*vote-losing*), ou seja, preferem perder eleições ao invés de comprometer a essência da ideologia partidária; b) os membros desperdiçam recursos organizacionais, pois, ao invés de dispendere recursos na captação de membros e oferece-los poucos incentivos em troca, seria melhor utilizar esses recursos para o convencimento de eleitores indecisos.

⁴¹ Sundberg (1987) descobriu empiricamente que a principal função dos membros partidários na Dinamarca, ao contrário dos demais países escandinavos, ainda era fazer campanha eleitoral. Em países como Finlândia, Noruega e Suécia, a principal função dos filiados tornou-se o preenchimento de cargos.

MAIR, 1993; 1994; SCARROW, 1994; 2000; DOŠEK, 2016); e) eles são uma fonte de financiamento (KATZ; MAIR, 1993; 1994; SCARROW, 1994; 2000; WARE, 2004; GAUJA, 2015); f) eles servem como canal de comunicação e fornecem novas ideias (SCARROW, 1994; 2015; DOŠEK, 2016); g) eles podem servir de instrumento nas disputas internas de poder (BARTOLINI, 1983; PANEBIANCO, 2005; DOŠEK, 2016).

Scarrow (1994, 2005) ainda fornece outros motivos pelos quais os partidos poderiam desejar membros. Os partidos podem visualizar os filiados como multiplicadores de votos, por poderem convencer suas redes de contatos a votar com o partido, bem como uma estratégia de inscrição em massa possa servir para melhorar as estatísticas de filiados (SCARROW, 1994). Scarrow (1994) ainda pontua que as expectativas dos partidos em relação às atividades a serem exercidas pelos filiados têm consequências tanto sobre a estrutura organizacional do partido quanto no perfil dos membros recrutados.

No contexto dos países latino-americanos, Došek (2016) argumenta que a filiação partidária na região é produto de uma combinação de estratégias partidárias em consonância com fatores históricos e institucionais. Em países com longa tradição partidária, como Argentina, México e Paraguai, espera-se um alto nível de filiação partidária. Por sua vez, em países como Bolívia e Equador, a legislação exige percentuais elevados de inscrição de membros para manutenção dos registros partidários, levando os partidos a lançarem campanhas por novas filiações.

Dentre as estratégias partidárias observadas na região, Došek (2016) aponta a expansão territorial como um fator explicativo para os altos níveis de filiação partidária. Países com sistema federativo e maior descentralização governamental como Argentina, Brasil e México, os partidos precisam se estabelecer pelo território para conquistar o poder em novos domínios eleitorais.

A formação de uma extensa rede organizacional com inscrição em massa de membros foi, durante a primeira metade do século XX, uma das estratégias de sobrevivência adotadas pelos partidos socialistas europeus (BARTOLINI, 1983). A distribuição geográfica de unidades locais dos partidos pode ser encontrada na literatura tanto em modelos teóricos (ELIASSEN, SVÅSAND, 1975; PANEBIANCO, 2005), quanto em trabalhos empíricos (SELLE, SVÅSAND, 1983; SUNDBERG, 1985; TAVITS, 2013).

Quando pretendeu estudar o desenvolvimento organizacional dos partidos, Panebianco (2005) construiu dois modelos conceituais: (1) o modelo originário, para

uma análise da fase genética do partido; e (2) o da institucionalização⁴², para observar o processo de consolidação do partido. Todavia, a atenção estará voltada ao primeiro modelo.

O modelo originário é utilizado para analisar a fase genética do partido, ou seja, a fase de formação da organização partidária. Para isso, são levados em consideração três fatores: a) o modo de iniciação da organização (por “penetração” ou por “difusão” territorial); b) a presença ou a ausência de uma instituição externa que “patrocina” a criação da organização; c) caráter carismático ou não da formação da organização⁴³.

O primeiro fator é retirado do modelo teórico-conceitual construído por Eliassen e Svåsand (1975) para analisar a formação de organizações políticas de massa. Ele serve para investigar como a organização partidária teve início ou se desenvolveu: por penetração territorial, por difusão territorial ou por uma combinação das duas formas. A penetração territorial se dá quando lideranças centrais estimulam a criação de seções locais dos partidos. Por sua vez, a difusão se dá de forma contrária, ou seja, quando as elites locais constituem associações locais dos partidos, para depois integrá-las à organização nacional (PANEBIANCO, 2005, p. 94). De uma forma ou de outra, a criação de unidades locais dos partidos demanda o recrutamento de novos membros.

Panebianco (2005) adota o conceito de dimensão organizativa para se referir ao tamanho da organização partidária, cujo principal indicador é o número de membros partidários. Ao tratá-la como uma variável dependente, no sentido contrário do que faz boa parte da literatura⁴⁴, Panebianco (2005, p. 368) questiona por que os líderes partidários – ou a coalizão dominante, termo adotado pelo referido autor – adotam três tipos de estratégias: expandir a dimensão dos partidos, reduzi-la ou reprimir seu crescimento. Partindo da premissa de que a manutenção da estabilidade

⁴² Panebianco (2005, p. 35-36) defende que o processo de institucionalização organizativa se dá quando a participação política interna do partido faz a transição a partir de um “sistema de solidariedade” inicial, no qual os interesses da “comunidade” coincidem, para um “sistema de interesses”, em que prevalece a diversidade de objetivos individuais. Em suas palavras, Panebianco (2005, p. 36) entende por institucionalização “a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis”.

⁴³ Para maiores detalhes sobre as propriedades de cada categoria, ver Panebianco (2005, p. 92-98).

⁴⁴ Boa parte da literatura considera a dimensão organizativa como um dos principais fatores que incidem sobre o estilo político do partido, o grau de burocratização e a forma de participação dos filiados, por exemplo (PANEBIANCO, 2005, p. 354-367).

da organização é o principal objetivo da coalizão dominante, suas estratégias são produto dos equilíbrios de poder internos e das relações da organização com o ambiente externo.

Os equilíbrios de poder internos caracterizam a “fisionomia da coalizão dominante” (ou *conformação*, como denomina o autor). Essa fisionomia pode ser verificada, segundo Panebianco (2005), por meio de três aspectos: a) grau de coesão interna; b) grau de estabilidade; e c) mapa do poder organizativo⁴⁵. É essa fisionomia que distingue a ordem organizativa dos partidos.

Segundo Panebianco (2005, p. 75), o grau de coesão da coalizão dominante varia conforme a dispersão ou a concentração do controle das zonas de incerteza da organização partidária. Controlar essas zonas de incerteza é o principal recurso do poder organizativo⁴⁴. Como se verifica isso? Panebianco (2005, p.75) explica que nos partidos cujas elites dirigentes são formadas por *facções* (grupos mais organizados), “o controle sobre as zonas de incerteza é disperso e a coalizão dominante é pouco coesa”. Já nos partidos formados por *tendências* (grupos menos organizados), “o controle sobre as zonas de incerteza é mais concentrado e a coalizão dominante é mais coesa. Assim, a variação do grau de coesão é função do grau de organização dos grupos internos dos partidos, produtos de alianças.

Por sua vez, o grau de estabilidade pode ser observado a partir da estabilidade ou da precariedade (e consequente instabilidade) dos acordos entre os grupos dirigentes no interior da organização partidária. Panebianco (2005, p. 76) argumenta que há uma tendência de que, uma vez que a coalizão dominante seja coesa, ela também será estável. Porém, Panebianco (2005) ressalva que uma coalizão dividida, composta por *facções*, não será forçosamente instável, pois há casos em que os acordos entre as *facções* asseguram estabilidade à coalizão dominante.

Assim, uma coalizão dominante coesa e estável busca expandir a dimensão da organização para dominar o ambiente externo, aumentando a base de filiados. Estes serão bem mais mobilizados em função do caráter centrípeto do recrutamento, pois serão socializados pela elite dirigente central, minimizando as chances de dissidências internas (PANEBIANCO, 2005, p. 328). Já uma coalizão dominante

⁴⁵ Panebianco (2005) define o mapa do poder organizativo tanto pelas relações entre as unidades organizativas do partido, quanto pelas relações entre os partidos e outras organizações. As relações entre as unidades podem ser observadas, por exemplo, no predomínio dos dirigentes nacionais, ou do grupo parlamentar, bem como dos grupos regionais, etc. Já as relações com outras organizações podem variar entre os seguintes aspectos: predominância, cooperação ou subordinação.

dividida e instável promove a expansão como estratégia dos grupos internos no meio das disputas de poder (PANEBIANCO, 2005), pois a adesão de novos filiados pode permitir o fortalecimento de um ou outra facção nas relações internas de força.

Uma vez que foi descrita como pode ser observada a conformação da coalizão dominante de um partido, viu-se que a relação entre a estratégia de expansão da organização e a estabilidade organizativa pode variar, assim como a ordem organizativa de cada partido. Para Panebianco (2005, p. 85), as lideranças podem optar pela expansão da organização como forma de consolidação da elite dirigente. Noutro caso, a expansão da organização pode ser resultado das disputas internas entre as facções do partido.

Além dos esforços de construção de modelos teóricos que permitam explicar o aumento do número de membros como função da ampliação da rede organizacional dos partidos pelo território de um país, há trabalhos que verificaram essas relações empiricamente. Ampliar o número de unidades locais dos partidos esteve associado ao aumento do número de membros partidários nos casos dos partidos Trabalhista e Conservador na Noruega, que possuíam extensas redes de unidades locais por todo o país nos anos 1980 (SELLE; SVÅSAND, 1983), e que condicionou o sucesso eleitoral no caso dos partidos dinamarqueses no mesmo período (SUNDBERG, 1985).

No caso das democracias pós-comunistas do Leste Europeu, muitas das quais se tornaram independentes no início dos anos 1990, Tavits (2013) argumenta que a força organizacional de um partido pode ser indicada por três variáveis consensuais na literatura: a) a criação de uma extensa rede de unidades locais do partido; b) captação de muitos membros e o grau de seu ativismo; c) profissionalização dos funcionários do organismo central do partido. Baseada na teoria organizacional, Tavits (2013) defende que esses fatores reunidos proporcionam maiores chances de sucesso eleitoral, de sobrevivência na arena eleitoral e de disciplina partidária na arena parlamentar. Logo, se um partido deseja maximizar votos na arena eleitoral, ele deveria construir uma organização forte.

Quanto à ampliação da rede organizacional, Tavits (2013) argumenta que as unidades locais do partido possuem benefícios eleitorais em função da constante mobilização dos eleitores durante as eleições, ainda que o organismo local permaneça inativo por boa parte do tempo.

De acordo com Tavits (2013), transformar o partido em uma organização forte é um processo caro e que só se iniciar a partir de incentivos externos (ou ambientais)

e da capacidade interna para geri-lo. Os incentivos externos se caracterizam por duas maneiras: a) quando o partido enfrenta ambientes eleitorais hostis, muito competitivos e não podem apostar em outros tipos de estratégias menos caras; b) os partidos pretendem alcançar um eleitorado impossível de ser conquistado por outros meios. Além do mais, a capacidade, as preferências e a formação da liderança partidária são relevantes para proporcionar a construção de uma organização partidária forte. O peso dos fatores ambientais seria menor caso a organização pudesse envidar esforços menos custosos (TAVITS, 2013). Por fim, nem todos os partidos buscam construir organizações fortes, pois elas conduzem a uma redistribuição do poder interno da liderança central do partido para as unidades locais.

Esta seção discutiu as razões apontadas pela literatura pelas quais os partidos buscam filiados, ou seja, quando a filiação partidária é analisada pelo lado da demanda (SCARROW, 1994). Dentre os diversos motivos, a expansão territorial das unidades organizativas dos partidos é destacada como um fator que influencia a filiação em massa, uma vez que partidos com redes locais amplas tendem a ter mais membros (ELIASSEN; SVÅSAND, 1975; TAVITS, 2013; DOŠEK, 2016).

2.4 Considerações parciais

O que se pode extrair da discussão conceitual sobre os partidos políticos e a filiação partidária, que envolveu tanto autores norte-americanos quanto europeus, é que os partidos são organizações formais que competem na arena eleitoral com o objetivo de conquistar o governo – apesar da objeção de Panebianco (2005) em atribuir objetivos aos partidos –, seja de forma isolada, seja por meio de alianças. A filiação partidária, nesse contexto, estabelece um vínculo formal entre os cidadãos e os partidos, pautado em direitos e deveres internos.

A literatura sobre a evolução dos partidos políticos ao longo do século XX mostrou que mudanças sociais e institucionais impactaram a estrutura e o funcionamento dessas organizações, especialmente no que diz respeito à filiação partidária. Enquanto alguns autores enfatizaram a influência da modernização na formação de novos tipos de partidos (MICHELS, 1982; NEUMANN, 1956; DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 2012), outros destacaram o papel de variáveis institucionais, sobretudo a aproximação dos partidos com o Estado (KATZ; MAIR, 1995).

A industrialização e urbanização das sociedades europeias incentivaram o surgimento dos partidos de massa (DUVERGER, 1970), caracterizados por ampla filiação, uma extensa rede de unidades locais (ELIASSEN; SVÅSAND, 1975; BARTOLINI, 1983) e uma forte burocratização interna (MICHELS, 1982). No entanto, com a transição para sociedades pós-industriais entre os anos 1950 e 1970, os incentivos à filiação diminuíram, levando os partidos a adotarem novas estratégias para captar votos. Esse cenário levou parte da literatura a apregoar o “declínio dos partidos”. Apesar da redução nas taxas de filiação nos países europeus, os membros ainda mantiveram o direito de participar dos processos de seleção de lideranças e de candidatos.

Na literatura, há um debate sobre se essas transformações indicam um declínio dos partidos ou uma adaptação a novas realidades políticas (SCARROW, 2000). Enquanto alguns autores veem a redução da filiação como um sintoma de enfraquecimento (WIESENDAHL, 2020), outros sugerem que os partidos estão apenas evoluindo para formatos diferentes (SCARROW, 2015).

Por fim, a discussão tratou da variação das taxas de filiação partidária na Europa e na América Latina, onde, apesar das diferenças, a expansão territorial das unidades partidárias continua sendo um fator determinante para a filiação em massa (TAVITS, 2013; DOŠEK, 2016). No caso brasileiro, acredita-se que a densidade da filiação partidária, ou seja, o percentual de eleitores filiados aos partidos brasileiros, pode ser explicada pela expansão territorial dos órgãos partidários locais, que pode ser observada pela criação de diretórios e comissões provisórias nos municípios brasileiros. É o que será visto nos capítulos seguintes.

3 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS NO BRASIL (2012-2022)

No capítulo anterior, viu-se que a filiação partidária estabelece um vínculo formal entre cidadãos e partidos. A literatura aponta que mudanças sociais e institucionais na Europa impactaram a estrutura e o funcionamento dos partidos, influenciando a dinâmica e o significado da filiação. Apesar da queda da filiação na Europa, os membros ainda participam de alguns processos internos, como as seleções de líderes e de candidatos. Já em países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, os quais, ao contrário do contexto europeu, apresentam altas taxas de filiação partidária, a literatura aponta a expansão territorial dos partidos como fator essencial para explicar a filiação em massa (TAVITS, 2013; DOŠEK, 2016). No Brasil, acredita-se que a densidade da filiação partidária esteja diretamente ligada à criação de órgãos partidários locais, como diretórios e comissões provisórias.

Antes de adentrar na análise dos dados, este capítulo cuidará, na primeira seção, do contexto institucional da filiação partidária no Brasil, fazendo um balanço das leis que a regulam no país, incluindo os requisitos legais e os prazos estipulados e as formas de cancelamento do vínculo. E, na segunda seção, descrevem-se os critérios para seleção dos partidos analisados e o processo de coleta, tratamento dos dados e mensuração das variáveis relativos à filiação partidária e aos órgãos partidários locais. O tratamento dos dados incluiu cálculos de variação percentual, médias de densidade de filiação e segmentações por recorte geográfico e populacional dos municípios. Por fim, na terceira seção, dividida em duas subseções, apresenta-se a evolução da densidade da filiação partidária e dos órgãos locais dos 22 partidos políticos selecionados para este estudo, por meio de tabelas e mapas. Esses elementos permitirão uma análise detalhada na qual se busca identificar padrões e tendências de forma agregada e entre os partidos.

3.1 Contexto institucional da filiação partidária no Brasil

No capítulo anterior, viu-se que Gauja (2015) propôs compreender a filiação partidária como um conceito associativo, construído a partir de três perspectivas, dentre elas, a do Estado, formulada a partir das leis e demais conjuntos normativos que regem os partidos políticos.

Em um dado regime democrático, filiar-se a um partido político é corolário do direito fundamental à liberdade de associação. No Brasil, tal direito é assegurado por todos os textos constitucionais – mesmo aqueles que constituíram regimes autoritários –, da primeira Constituição da República de 1891 (art. 72, § 8º) até a atual Carta Magna promulgada em 1988 (art. 5º, XVII), desde que seja para fins lícitos e sem caráter paramilitar⁴⁶. Contudo, a filiação partidária adquiriu *status* constitucional nominal apenas com a Constituição de 1988⁴⁷. A atual Carta Magna estabelece a filiação partidária como uma das condições de elegibilidade (art. 14, § 3º), ou seja, os cidadãos que desejam disputar cargos públicos, além de outros requisitos, devem comprovar filiação a algum partido político devidamente registrado no TSE.

Na legislação infraconstitucional, o instituto da filiação partidária surge indiretamente por meio do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945 (Lei Agamenon), que regulamentou o processo de alistamento eleitoral para as eleições gerais daquele ano, responsável pela transição democrática da ditadura varguista do Estado Novo, iniciada em 1937. O referido decreto estabelecia que concorreriam às eleições apenas os candidatos registrados na Justiça Eleitoral por partidos ou alianças de partidos – ou seja, coligações (art. 39, *caput*). Logo, conclui-se que os partidos registrariam os cidadãos que fossem membros dos seus quadros, ou seja, seus “filiados”.

A nova Constituição, elaborada pela Assembleia Constituinte eleita democraticamente em 2 de dezembro de 1945 e promulgada em 18 de setembro de 1946, não trouxe nenhuma menção ao instituto da filiação partidária. A mesma menção indireta à filiação trazida pela Lei Agamenon foi refletida tanto no Código Eleitoral, que entrou em vigor em 1950 (art. 47, *caput*, da Lei nº 1.164/1950), quanto no Código Eleitoral editado em 1965, um ano após o golpe civil-militar que derrubou o

⁴⁶ A Constituição de 1934, superveniente à de 1891, trouxe o direito à liberdade de associação em seu art. 113, 12. Por sua vez, a Constituição de 1937, que deu origem à ditadura varguista do Estado Novo, estabeleceu o direito à livre associação em seu art. 122, 9º, suspenso em seguida pelo Decreto nº 10.358, de 1942. A Constituição de 1946, que inaugurou o regime democrático da IV República, trouxe o referido direito em seu art. 141, 12. Por fim, a Constituição de 1967, aprovada durante a ditadura civil-militar e sua Emenda nº 1, de 1969, inscreveram tal direito, respectivamente, nos arts. 150, § 28 e 153, § 28 (BRASIL, 1891, 1934, 1937, 1967, 1969).

⁴⁷ De acordo com o art. 14, § 3º, da Constituição de 1988, “são condições de elegibilidade, na forma da lei: I – a nacionalidade brasileira; II – o pleno exercício dos direitos políticos; III – o alistamento eleitoral; IV – o domicílio eleitoral na circunscrição; **V – a filiação partidária**; VI – a idade mínima de: a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; d) dezoito anos para Vereador.” (grifo do autor desta tese) (BRASIL, 1988).

presidente João Goulart (art. 87, *caput*, da Lei nº 4.737/1965), que revogou o Código anterior e ainda se encontra em vigor, quase 60 anos depois.

Por sua vez, a Lei nº 4.740/1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), editada no segundo ano da ditadura civil-militar, foi o primeiro documento legal a tratar expressivamente do instituto da filiação partidária⁴⁸. A referida lei estabeleceu direitos e deveres iguais aos filiados (art. 4º, parágrafo único) – redação que seria reproduzida nos textos legais supervenientes⁴⁹ –, além de tratar de temas relacionados à burocracia partidária, dentre os quais: a) padronização das fichas de filiação pelo TSE (art. 30, § 2º); b) a participação nas convenções partidárias era reservada apenas aos filiados (art. 30, *caput*); c) o prazo mínimo de filiação de três meses antes das eleições para a elegibilidade a cargos de direção partidária (art. 31, § 1º). A nova lei manteve o fornecimento das fichas de filiação padronizadas pela Justiça Eleitoral e o prazo mínimo para concorrer a cargos de direção partidária (art. 63, *caput*, e art. 30, *caput*).

Poucos meses após a edição da Lei Orgânica de 1965, o Ato Institucional nº 02/1965, editado pelo presidente Castello Branco, extinguiu todos os partidos políticos registrados no TSE (art. 18, *caput*)⁵⁰. Uma vez estabelecido um sistema bipartidário artificial que atendessem aos interesses do governo militar⁵¹, a Lei Orgânica de 1965 foi

⁴⁸ O instituto da disciplina partidária foi uma das inovações trazidas pela Lei nº 4.740/1965, posteriormente elevado a *status* constitucional pela Carta de 1967 e sua Emenda nº 1, de 1969 (art. 149, V, e art. 152, V, respectivamente). Esse instituto consiste na aplicação de medidas disciplinares em caso de descumprimento, por parte do filiado, aos deveres partidários, aos princípios programáticos do partido e à probidade no exercício de mandatos eletivos ou de cargos partidários (art. 51, *caput*). As medidas disciplinares são aplicadas conforme o grau da infração, podendo ser: a) advertência; b) suspensão de três a 12 meses; c) cassação de função em órgão partidário e; d) expulsão (art. 51, I a IV). Essas medidas seriam mantidas pela Lei nº 5.862/1971, que revogaria a Lei Orgânica de 1965, conforme será visto adiante.

⁴⁹ Esse dispositivo foi reproduzido no art. 4, *caput*, da Lei nº 5.862/1971, que revogou a Lei nº 4.740/1965, e no art. 4º, *caput*, da Lei nº 9.096/1995, que revogou a última.

⁵⁰ O AI nº 2/1965 manteve as exigências da Lei Orgânica de 1965 para a criação das novas organizações partidárias, até a edição do Ato Complementar nº 4, em novembro daquele ano, que legou a iniciativa da criação das organizações aos membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, no prazo de 45 dias (art. 1º). Com a edição dessa norma, as elites políticas se aglutinaram em duas organizações provisórias: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que reunia os grupos políticos da base do governo militar; e MDB, que reunia os grupos de oposição ao regime que não foram cassados pelo AI nº 1/1964. O AC nº 4/65 previu que essas organizações poderiam requerer a transformação em partido político a partir de 1967, desde que atendidos os requisitos do art. 47 da 4.740/1965. Assim, MDB e ARENA tiveram seus registros definitivos aprovados pelo TSE em março de 1967 (Resoluções nº 8.094/67 e nº 8.097/67, respectivamente).

⁵¹ Segundo Lamounier e Meneguello (1986, p. 66), havia duas hipóteses à época acerca da implantação do sistema bipartidário após a extinção dos partidos políticos pelo AI nº 2: a primeira baseava-se na admiração do presidente Castello Branco pelo modelo inglês; a segunda consistia na tentativa de “mexicanização” do sistema partidário brasileiro, no qual a ARENA seria o protótipo do Partido Revolucionário Institucional, dominante no sistema partidário mexicano. Os autores advogam um meio termo entre essas ideias, no qual o regime militar pensava o MDB como uma oposição menos

revogada pela nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1971 (Lei nº 5.682/1971). Esta trouxe, pela primeira vez, uma seção específica dedicada ao instituto da filiação partidária, informando os critérios a serem preenchidos pelo eleitor que desejasse se filiar, assim como os procedimentos burocráticos que englobam o início e o fim do ciclo da filiação partidária (inscrição e desligamento do partido). Ademais, os partidos deveriam fixar, em seus estatutos, limites para as contribuições financeiras de seus filiados (art. 89, II).

A Lei Orgânica de 1971 estabelecia que a filiação partidária deveria ser solicitada no diretório municipal do partido no domicílio eleitoral do interessado (art. 64, *caput*) ou, na ausência deste, em instâncias superiores do partido (art. 64, parágrafo único). O pedido era feito em três vias e, se aprovado, enviado à Justiça Eleitoral para verificação (art. 65, *caput*, e § 4º). A impugnação do pedido de filiação poderia ser solicitada por outro filiado em até três dias, com igual prazo para contestação, e a decisão caberia à Comissão Executiva local em até cinco dias (art. 65, §§ 1º e 2º). A falta de manifestação da Comissão resultava na aceitação automática da filiação (art. 65, § 5º). O cancelamento da filiação poderia ocorrer voluntariamente mediante comunicação escrita (art. 67, *caput*, § 1º), por determinação legal (como morte ou perda de direitos políticos, conforme explicitava o art. 69, I a IV) ou por decisão interna do partido, quando constatada a ausência injustificada do membro em três convenções consecutivas (art. 69, parágrafo único). Além disso, a Justiça Eleitoral poderia cancelar a filiação se detectasse múltiplos vínculos partidários (art. 67, § 2º), ou caso o eleitor subscrevesse a criação de um novo partido (art. 67, § 4º). Todos os procedimentos e prazos relacionados ao pedido de inscrição foram mantidos pela reforma realizada na Lei Orgânica de 1971 pela Lei nº 6.767/1979.

A reforma partidária de 1979, consubstanciada na Lei nº 6.767/1979, incluiu alguns dispositivos da Lei Orgânica de 1971 referentes à burocracia do ciclo da filiação partidária, tais como: a) exemplares do estatuto e do programa partidários seriam dados gratuitamente ao eleitor no ato de filiação, os quais deveriam ser apoiados, mediante declaração firmada pelo eleitor na ficha de inscrição (arts. 64, *caput*, e 65, *caput*); b) faculdade do eleitor para se filiar perante o Diretório Nacional do partido político (art. 64, § 2º), que já havia sido prevista na Lei nº 5.782/1972; c) permissão para criação de um tipo especial de filiação, regulado nos estatutos, para maiores de

“decorativa” do que a mexicana, embora estivesse afastado do sistema partidário por meio de mecanismos mais complexos do que as barreiras institucionais.

16 anos que se comprometam com os princípios doutrinários e programáticos do partido (art. 64, § 3º); d) o encaminhamento trimestral da relação dos eleitores filiados a partidos políticos, contendo nome e número do título de eleitor, pelos juízes eleitorais ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral (art. 64, § 8º).

No ano seguinte, a Lei nº 6.817/1980 acrescentou à Lei Orgânica de 1971 os seguintes aspectos burocráticos a serem observados no processo de filiação do eleitor: a) a impressão das fichas de filiação cabia à Justiça Eleitoral e aos partidos políticos, com observância do modelo aprovado pelo TSE (art. 63, *caput*); b) adoção facultativa do processo eletrônico de filiação pela Justiça Eleitoral (art. 63, parágrafo único).

Ainda que elevada à condição de elegibilidade pela Constituição de 1988, o instituto da filiação partidária somente obteve uma nova roupagem jurídico-democrática com a edição da nova Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), que revogou a Lei Orgânica de 1971. Assim como a sua predecessora, a Lei nº 9.096/1995 também trouxe uma seção dedicada ao instituto da filiação partidária, com dispositivos que regulamentam o ciclo da filiação partidária. O critério do pleno gozo dos direitos políticos como requisito para a filiação foi mantido (art. 16), mas a Constituição de 1988 manteve a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto⁵², ampliou as possibilidades para o alistamento e vedou a cassação dos direitos políticos⁵³, rompendo com os caracteres restritivo e repressor da Constituição de 1967 e sua Emenda nº 1/1969.

Ao contrário da Lei Orgânica de 1971, a nova Lei dos Partidos Políticos deixou a definição dos critérios organizacionais para o deferimento da inscrição a cargo dos estatutos partidários (art. 17, *caput*). Assim que for deferida a filiação, atendendo os

⁵² A nova Carta Magna manteve a obrigatoriedade do alistamento e do voto para os maiores de 18 anos, facultando-os aos analfabetos, aos maiores de 16 anos e menores de 18 anos e aos maiores de 70 anos (art. 14, § 1º, I e II, alíneas *a*, *b*, *c*). Apesar de serem alistáveis, a Constituição de 1988 define que os analfabetos são inelegíveis (art. 14, § 4º). Por sua vez, os estrangeiros e os conscritos – que estão prestando serviço militar obrigatório –, não podem se alistar (art. 14, § 2º). A Constituição de 1988 permite que o militar alistável seja elegível, desde que atenda as seguintes condições (art. 14, § 8º, I e II): *a*) se contar menos de 10 anos de serviço, deve afastar-se da atividade; e *b*) se contar mais de 10 anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente para a inatividade no ato de diplomação.

⁵³ A Constituição de 1988 definiu que a perda ou a suspensão dos direitos políticos dar-se-iam nos seguintes casos (art. 15, I a V): I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; II – incapacidade civil absoluta; III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; e V – improbidade administrativa, conforme dita o art. 37, § 4º.

requisitos internos do partido, o eleitor receberá um comprovante, dentro do modelo adotado pelo próprio partido (art. 17, parágrafo único).

A nova lei manteve as formas de cancelamento da filiação previstas na legislação revogada. No caso de cancelamento voluntário, o filiado deve comunicar por escrito ao órgão partidário local e ao Juiz Eleitoral da Zona, sendo o vínculo extinto após dois dias da entrega do comunicado (art. 21, caput, parágrafo único). O cancelamento automático ocorre nos casos de morte, perda de direitos políticos ou filiação a outro partido, desde que haja comunicação prévia ao Juiz Eleitoral – esta última hipótese foi introduzida pela Lei nº 12.891/2013 (art. 22, I, II e V). Já a exclusão por decisão *interna corporis* se dá em casos de expulsão ou conforme previsto no estatuto partidário, devendo o filiado ser notificado em até 48 horas (art. 22, III e IV).

Inicialmente, a lei considerava nulas ambas as filiações em caso de dupla filiação não comunicada ao partido anterior e ao Juiz Eleitoral (art. 22, parágrafo único). No entanto, a Lei nº 12.891/2013 alterou essa regra, determinando que prevalece a filiação mais recente, cabendo à Justiça Eleitoral cancelar as demais.

Desde a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que consolidou a legislação referente aos pleitos eleitorais, os prazos mínimos de filiação partidária e domicílio eleitoral para candidaturas foram modificados duas vezes. Originalmente, exigia-se um ano de filiação e domicílio eleitoral antes da data da eleição (art. 9º, caput). A Lei nº 13.165/2015 reduziu o prazo de filiação para seis meses, mantendo o de domicílio eleitoral em um ano, mas a Lei nº 13.488/2017 também reduziu este último para seis meses. Para garantir o arquivamento e cumprimento desses prazos, a Lei dos Partidos Políticos exigia que os partidos enviassem a lista de filiados à Justiça Eleitoral semestralmente, em maio e em dezembro (art. 19, caput). Posteriormente, a Lei das Eleições alterou esse prazo para abril e outubro, mas, em seguida, a Lei nº 13.877/2019 revogou essa exigência (art. 19, § 1º).

Em 2009, o TSE criou o sistema Filiaweb para a gestão eletrônica das filiações partidárias (Resolução TSE nº 23.117/2009), substituído pelo sistema FILIA em 2019 (Resolução nº 23.596/2019). No mesmo ano, a Lei nº 13.877/2019 determinou que, após a aprovação interna da filiação, os partidos deveriam registrar os dados no sistema da Justiça Eleitoral, que os encaminharia automaticamente aos juízes eleitorais. Desde a Lei das Eleições, a prova de filiação partidária é obrigatória para o registro de candidatura (art. 11, § 1º, III), mantendo-se a proibição para candidaturas avulsas, mesmo para os eleitores filiados a partidos políticos (art. 11, § 14).

Diante desse contexto institucional, é essencial analisar a densidade da filiação partidária no Brasil, observando as variações entre os partidos ao longo dos anos e as diferenças entre os estados, assim como a distribuição territorial das unidades locais dos partidos. Antes disso, descrevem-se os procedimentos de coleta e tratamento dos dados.

3.2 Coleta e tratamento dos dados

Para esta tese, foram selecionados 22 partidos políticos que possuíam registro no TSE no ano de 2009, conforme se vê no quadro a seguinte: PCdoB, PCB, PDT, PMDB/MDB, PMN, PP, PPS/CIDADANIA, PR/PL, PRB/REPUBLICANOS, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSDC/DC, PSOL, PSTU, PT, PTB, PTC/AGIR, PTdoB/AVANTE, PTN/PODEMOS e PV.

Quadro 1 – Partidos políticos com registro no TSE selecionados para análise na tese (1981-2009)

Sigla	Nome	Registro/Alteração de nome*
PMDB/MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Movimento Democrático Brasileiro	30/06/1981 - 15/05/2018
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	03/11/1981
PDT	Partido Democrático Trabalhista	10/11/1981
PT	Partido dos Trabalhadores	11/02/1982
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23/06/1988
PSB	Partido Socialista Brasileiro	01/07/1988
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24/08/1989
PSC	Partido Social Cristão	27/11/1989
PTC/AGIR	Partido Trabalhista Cristão – AGIR	22/02/1990 – 31/03/2022
PMN	Partido da Mobilização Nacional	25/10/1990
PPS/CIDADANIA	Partido Popular Socialista - CIDADANIA	19/03/1992 – 29/10/2019
PV	Partido Verde	30/09/1993
PTdoB/AVANTE	Partido Trabalhista do Brasil	30/09/1993 – 12/09/2017
PP	Partido Progressista – Progressistas	16/11/1995 – 11/09/2018
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19/12/1995
PCB	Partido Comunista Brasileiro	09/05/1996
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18/02/1997
PSDC/DC	Partido Social Democrata Cristão – Democracia Cristã	05/08/1997 – 17/05/2018
PTN/PODEMOS	Partido Trabalhista Nacional – Podemos	02/10/1997 – 16/05/2017
PRB/REPUBLICANOS	Partido Republicano Brasileiro – Republicanos	25/08/2005 – 28/08/2020
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15/09/2005
PR/PL	Partido Liberal – Partido da República – Partido Liberal	19/12/2006 – 07/05/2019

*Data da publicação, no Diário da Justiça Eletrônico, do acórdão do TSE que aprovou a alteração de nome do partido

A escolha do ano de 2009 se deu por critérios de disponibilidade e confiabilidade dos dados disponíveis no sítio eletrônico do TSE. Nesse mesmo ano, o TSE publicou a Resolução nº 23.093/2009, que implantou o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) em todo o âmbito da Justiça Eleitoral. Essa resolução estabeleceu um sistema informatizado que, por meio do Módulo Externo, permite aos dirigentes partidários a remessa à Justiça Eleitoral de dados referentes à constituição, início e fim de vigência dos órgãos de direção partidária nas esferas local, estadual e nacional.

Foram excluídos desta tese os partidos que foram criados, extintos, incorporados ou fundidos a outros partidos entre 2009 e 2022, ano da última eleição geral e que serve também como limite ao recorte temporal escolhido: PAN, PEN/PATRIOTA, PFL/DEM, PGT, PHS, PMB, PPL, PRONA, PROS, PRP, PSD⁵⁴, PSD (criado em 2011), PSL, PST, REDE e SOLIDARIEDADE. O PCO foi excluído da análise por dispor dados insuficientes referentes aos seus órgãos partidários. Como um dos objetivos da tese é comparar a evolução da densidade da filiação partidária em relação à criação de unidades locais dos partidos que já haviam sido criados até o ano de implementação do SGIP/TSE, a inserção, na análise, de partidos criados após essa data traria prejuízos para a compreensão da relação causal que se pretende verificar.

O número de eleitores brasileiros filiados, por município, aos 22 partidos em análise, assim como o número de eleitores brasileiros por município entre os anos de 2012 e 2022 foram extraídos do sítio eletrônico do TSE, por meio do Sistema de Estatísticas Eleitorais. Nesse sistema, é possível consultar as estatísticas mensais referentes ao número de eleitores filiados através do seguinte link: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/home?session=10657301900645>>⁵⁵. Por sua vez, o número mensal de eleitores alistados pode ser extraído no mesmo sistema, por meio do link seguinte: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/eleitores?session=10125809136248>>⁵⁶.

Após o download dos dados nos links acima citados, foram agrupados, por meio da linguagem de programação R, os dois bancos de dados que continham, respectivamente, a quantidade de eleitores filiados a cada um dos partidos analisados por município e a quantidade de eleitores alistados em cada município para cada ano entre 2012 e 2022. A operação criou uma planilha no Microsoft Excel, a partir do seguinte script:

⁵⁴ Como já indicado na Introdução, este PSD (Partido Social Democrático) existiu entre 1987 e 2002 e não deve ser confundido com o atual PSD, que tem a mesma sigla e denominação, cujo registro data do ano de 2011.

⁵⁵ A data da consulta consta nas referências.

⁵⁶ A data da consulta consta nas referências.

```
library(dplyr)
library(openxlsx)
densidade_municipio <- merge(eleitorado_municipio, filiados_municipio, by= c("uf",
"município"))
write.xlsx(densidade_municipio, file = ('densidade_municipio.xlsx'))
```

Assim foi possível criar um banco de dados que contivesse planilhas referentes a cada um dos partidos e, em colunas vizinhas, o número de eleitores filiados a um dado partido num dado município associado ao total de eleitores alistados na respectiva localidade. Isso permitiu o cálculo da densidade da filiação partidária por município. O cálculo da densidade da filiação partidária por município consiste na razão entre o número de eleitores filiados a um dado partido num dado município e o total do eleitorado da respectiva localidade.

O novo banco de dados alocado no Microsoft Excel contém nove variáveis, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis do banco de dados da tese

Rótulo	Descrição	Casos	Codificação
Mês	Mês no qual o eleitor estava filiado	Outubro	
Ano	Ano civil	2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022	-
Município	Município onde o eleitor possui domicílio eleitoral	5.565 municípios	-
Região	Macrorregião onde se localiza o domicílio eleitoral	Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul	1) Norte 2) Nordeste 3) Centro-Oeste 4) Sudeste 5) Sul
UF	Unidade da federação onde se localiza o domicílio eleitoral	Acre (AC) Alagoas (AL); Amazonas (AM); Amapá (AP); Bahia (BA); Ceará (CE); Espírito Santo (ES); Goiás (GO); Maranhão (MA); Minas Gerais (MG); Mato Grosso do Sul (MS); Mato Grosso (MT); Pará (PA); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Piauí (PI); Paraná (PR); Rio de Janeiro (RJ); Rio Grande do Norte (RN); Rondônia (RO); Roraima (RR); Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC); Sergipe (SE); São Paulo (SP); Tocantins (TO);	-
Partido	Sigla do partido ao qual o eleitor estava filiado no respectivo mês/ano	AGIR/PTC, AVANTE/PTdoB, CIDADANIA/PPS, DC/PSDC, MDB/PMDB, PCdoB, PCB, PDT, PL/PR, PMN, PODEMOS/PTN, PP, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSOL, PSTU, PT, PTB, PV, REPUBLICANOS/PRB.	-
Filiados	Quantidade de eleitores filiados a um dado partido no município	-	-
Eleitorado	Quantidade de eleitores alistados no município	-	-
Densidade	Razão entre o número de eleitores filiados a um dado partido e o eleitorado no município	-	-

Fonte: Elaboração própria

Para analisar os municípios por faixas populacionais, fez-se o download, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de uma planilha que continha o número de habitantes por município de acordo com o Censo 2022, por meio do

seguinte link: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>.

Em seguida, os municípios foram classificados em oito faixas⁵⁷, que variam entre menos de 5 mil habitantes até mais de 500 mil habitantes. Cada município recebeu um valor, na coluna ao lado, entre 1 e 8. Esses valores foram associados, por meio da linguagem de programação R, aos respectivos municípios nas planilhas referentes à densidade da filiação dos partidos mencionadas anteriormente, o que permitiu a análise segmentada da filiação partidária por faixas populacionais dos municípios.

Por sua vez, obteve-se o número de diretórios e comissões provisórias dos 22 partidos em análise no Portal de Dados Abertos do TSE, por meio do seguinte link: <https://cdn.tse.jus.br/estatistica/sead/odsele/orgao_partidario/orgao_partidario.zip>. Isso foi possível pois o TSE, por meio da Resolução nº 23.093/2009, implantou o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) em todo o âmbito da Justiça Eleitoral, disponibilizando os dados referentes ao início e fim de vigência dos órgãos partidários na esfera municipal.

Após o download da pasta alocada no link citado anteriormente, foram selecionadas sete variáveis e seus respectivos casos das planilhas referentes aos 22 partidos analisados, salvas no Microsoft Excel, rotulando cada uma delas, conforme mostra o Quadro 3.

⁵⁷ A divisão dos municípios brasileiros em oito faixas populacionais foi feita de forma arbitrária, levando-se em consideração o maior número de municípios com menos de 100 mil habitantes, intervalo que compreende 5 faixas.

Quadro 3 – Variáveis da tese

Rótulo Original	Novo Rótulo	Descrição	Caso	Codificação
NM_PARTIDO	Partido	Nome do partido político	AGIR; AVANTE; CIDADANIA; DC; MDB; PCB; PCdoB; PDT; PL; PMN; PODEMOS; PP; PRTB; PSB; PSC; PSDB; PSOL; PSTU; PT; PTB; PV; REPUBLICANOS;	-
DT_INICIO_VIGENCIA_ORGAO	Início_Vigência	Data de início da vigência do órgão partidário	Dia/Mês/Ano	-
DT_FIM_VIGENCIA_ORGAO	Fim_Vigência	Data do fim da vigência do órgão partidário	Dia/Mês/Ano	-
SG_UF	UF	Sigla da unidade da federação do órgão partidário	Acre (AC) Alagoas (AL); Amazonas (AM); Amapá (AP); Bahia (BA); Ceará (CE); Espírito Santo (ES); Goiás (GO); Maranhão (MA); Minas Gerais (MG); Mato Grosso do Sul (MS); Mato Grosso (MT); Pará (PA); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Piauí (PI); Paraná (PR); Rio de Janeiro (RJ); Rio Grande do Norte (RN); Rondônia (RO); Roraima (RR); Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC); Sergipe (SE); São Paulo (SP); Tocantins (TO);	-
NM_MUNICIPIO	Município	Nome do município	5.565 municípios	-
NM_TIPO_ORGAO_PARTIDARIO	Tipo_Órgão	Tipo de órgão partidário	a) Órgão provisório b) Órgão definitivo	1) Comissão Provisória; 2) Diretório; 3) Comissão Interventora
DS_TIPO_ABRANGENCIA	Abrangência	Abrangência do partido político	a) Municipal b) Estadual	1) Municipal 2) Estadual

De acordo com o Quadro 3, a primeira variável indica a sigla de cada um dos 22 partidos. As segunda e terceira variáveis indicam, respectivamente, dia, mês e ano de início e fim de vigência de cada um dos órgãos partidários. A quarta variável apresenta a sigla de uma das 26 unidades da federação – excluído o Distrito Federal – onde um dado órgão partidário está localizado. A quinta variável informa o nome de um dos 5.565 municípios onde um dado órgão partidário está situado.

A sexta variável indica o tipo de órgão partidário: a) órgão provisório, quando criado por uma instância hierarquicamente superior com o objetivo de conduzir o partido durante o processo eleitoral numa dada circunscrição, podendo ser convertido ou não em órgão definitivo posteriormente; b) órgão definitivo, quando eleito pelos membros do partido numa dada circunscrição eleitoral para um mandato fixo. Os casos foram rotulados de “comissão provisória” – para os órgãos provisórios –, “diretório” – para os órgãos definitivos – e “comissão interventora” – quando instituído por órgão hierarquicamente superior para intervir em órgão inferior. Esses rótulos foram codificados e substituídos, respectivamente, pelos valores 1, 2 e 3.

A sétima variável indica a abrangência do partido político: a) municipal, abrangendo o território de um dado município; b) estadual, quando competente por um dos estados da federação, sendo hierarquicamente superiores ao conjunto dos órgãos municipais da respectiva unidade federativa. Os rótulos “municipal” e “estadual” foram codificados e substituídos, respectivamente, pelos valores 1 e 2.

Em seguida, foram copiadas essas variáveis e seus respectivos casos das planilhas do Microsoft Excel, devidamente codificados quando foi necessário, salvando-os em bancos de dados do *Social Package for Social Sciences* (SPSS), devido a melhor visualização de sua interface, e organizados em função de cada um dos partidos objetos da análise, conforme exemplifica a imagem abaixo (Figura 2).

Figura 2 – Banco de dados dos órgãos partidários do PT

	Partido	Ano	UF	Município	Tipo_Órgão	Abrangência	var	var	var	var	var	var	var	var	var
538	PT	2013	PI	BETÂNIA DO PIAUÍ	2,00	1,00									
539	PT	2013	PI	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	2,00	1,00									
540	PT	2013	PI	ISAÍAS COELHO	2,00	1,00									
541	PT	2013	PI	PEDRO LAURENTINO	2,00	1,00									
542	PT	2013	PI	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	2,00	1,00									
543	PT	2013	PI	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	2,00	1,00									
544	PT	2013	PI	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	1,00	1,00									
545	PT	2013	PR	BRASILÂNDIA DO SUL	1,00	1,00									
546	PT	2013	PE	BREJINHO	1,00	1,00									
547	PT	2013	PR	MIRASELVA	1,00	1,00									
548	PT	2013	TO	CARMOLÂNDIA	1,00	1,00									
549	PT	2013	PR	CRUZMALTINA	1,00	1,00									
550	PT	2013	PR	PRADO FERREIRA	1,00	1,00									
551	PT	2013	PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	1,00	1,00									
552	PT	2013	TO	LAJEADO	1,00	1,00									
553	PT	2013	PE	LAGOA DO CARRO	2,00	1,00									
554	PT	2013	PE	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	2,00	1,00									
555	PT	2013	PE	BELÉM DE MARIA	2,00	1,00									
556	PT	2013	PR	QUATIGUÁ	2,00	1,00									
557	PT	2013	PR	TOMAZINA	2,00	1,00									
558	PT	2013	PR	PEROBAL	2,00	1,00									
559	PT	2013	PR	FERNANDES PINHEIRO	2,00	1,00									
560	PT	2013	PR	JATAIZINHO	2,00	1,00									

Fonte: Elaboração própria

Para estipular o ano em que um dado órgão partidário esteve vigente, considerou-se tanto o dia, mês e ano de sua criação quanto o dia, mês e ano de sua extinção entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano. Porém, em um mesmo ano, uma comissão provisória poderia ser criada e extinta várias vezes em um mesmo município. Assim, para evitar dupla contagem, foram removidos os casos duplicados por município. Com isso, os valores referentes aos órgãos partidários foram contabilizados e organizados em tabelas comparativas pelo SPSS em função do partido, UF onde o órgão partidário está localizado, seu tipo e sua abrangência. Os resultados serão apresentados nas subseções a seguir.

Feitas essas considerações, parte-se para análise da densidade da filiação partidária e da distribuição territorial dos partidos de forma agregada. Apenas no próximo capítulo é que será tratada a evolução da distribuição territorial da densidade da filiação específica de cada partido.

3.3 Distribuição territorial da filiação partidária e das unidades locais dos partidos no Brasil (2012-2022)

Nesta seção, analisa-se a evolução da densidade da filiação partidária e dos órgãos locais dos 22 partidos anteriormente citados. Portanto, descrevem-se os dados reunidos em tabelas e em um mapa que evidenciam a evolução, ao longo do período analisado, da densidade da filiação e dos órgãos partidários de forma agregada, bem como da distribuição geográfica dos mesmos e a natureza destes órgãos.

3.3.1 Distribuição territorial da filiação partidária (2012-2022)

Nesta subseção, apresenta-se a evolução da densidade da filiação partidária no Brasil entre 2012 e 2022 sob diferentes perspectivas. A Tabela 1 apresenta a média mensal da densidade de filiação ao longo desse período, enquanto a Tabela 2 detalha a variação da densidade por estado da federação, considerando sempre o mês de outubro de cada ano. Por outro lado, observa-se, por meio da Tabela 3, a densidade da filiação nos municípios brasileiros, tanto de forma agregada quanto segmentada por região e pelo tamanho populacional dos municípios. Além das tabelas, o Mapa 1 complementa a análise ao ilustrar a média do percentual de eleitores filiados por município no período analisado. Por fim, a Tabela 4 traz a evolução do percentual de eleitores filiados, considerando cada um dos 22 partidos políticos estudados, destacando as mudanças na densidade a partir dos dados do mês de outubro de cada ano. Esse detalhamento de informações permite avaliar padrões de filiação ao longo do tempo e identificar tendências regionais e partidárias⁵⁸.

⁵⁸ Nas tabelas da tese, números negativos são indicados em vermelho para facilitar a distinção.

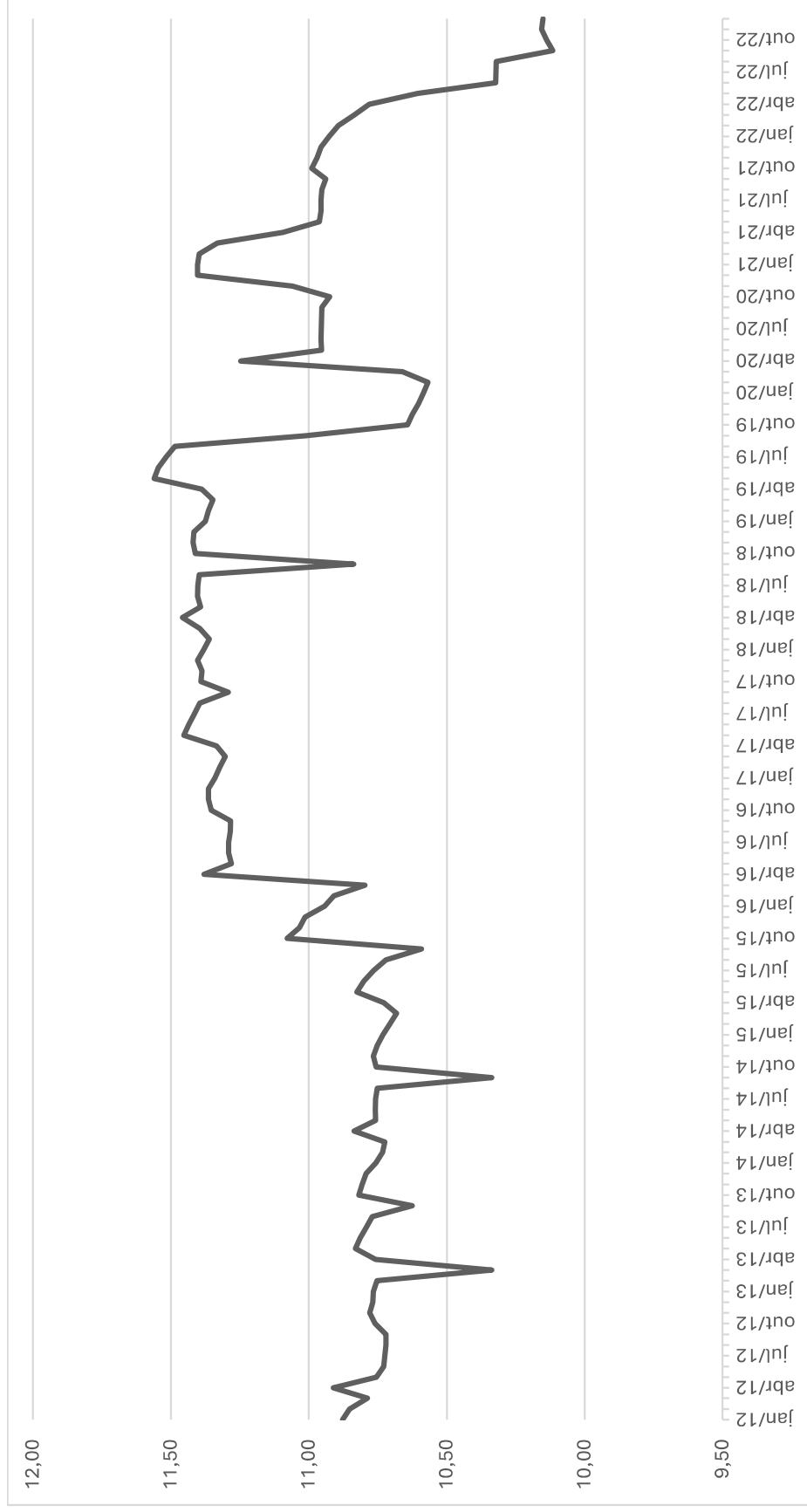
Tabela 1 – Evolução da densidade da filiação partidária no Brasil (2012-2022)

Média	Ano										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mensal da densidade	10,78	10,73	10,72	10,8	11,21	11,37	11,35	11,2	10,93	11,07	10,46
Da diferença de crescimento mensal	0,01	0,001	-0,003	0,022	0,029	0,003	0,002	-0,07	0,07	-0,04	-0,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A Tabela 1 mostra a evolução da média aritmética mensal da densidade da filiação partidária entre 2012 e 2022. Apesar da tendência de crescimento observada entre 2015 e 2017, quando o Brasil registrou uma média mensal de 11,37% dos eleitores filiados a um partido político, há uma tendência de queda até o final da série histórica, com exceção do leve crescimento em 2021. A evolução da média da diferença de crescimento mensal também evidencia esse leve crescimento, embora apresente percentuais negativos a partir de 2019.

Gráfico 1 – Densidade da filiação partidária no Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do TSE

O Gráfico 1 apresenta, de forma detalhada, a evolução mensal da densidade da filiação partidária no Brasil entre 2012 e 2022. Ele está construído em uma escala elevada, de modo a destacar as variações. Porém, essa escala pode dar a ideia de que as variações foram intensas, quando, de fato, não foram tão grandes quanto a imagem pode induzir. Isso porque a diferença entre o início e o final da série histórica, respectivamente 10,78% e 10,46%, revela uma queda de apenas 0,32 pontos percentuais na densidade da filiação partidária brasileira mensal, a indicar quase estabilidade. O maior e o menor pontos da série histórica foram registrados, respectivamente, em maio de 2019 e setembro de 2022, quando o Brasil possuía 11,56% e 10,12% dos eleitores filiados a um partido político, uma diferença de 1,44 pontos percentuais.

A densidade da filiação partidária mensal ficou acima de 11% entre os meses de outubro de 2015 e maio de 2021, com exceção de quatro períodos curtos: entre janeiro e março de 2016; em setembro de 2018; entre outubro de 2019 e março de 2020; e entre maio e outubro de 2020. Dessa maneira, as diferenças entre as médias ano após ano não chegam a 1%, concluindo-se pela estabilidade da densidade da filiação partidária no Brasil durante o período analisado.

Tabela 2 – Densidade da filiação partidária por estado (2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
AC	11,88	12,06	12,24	12,99	13,80	13,88	13,97	13,67	13,94	13,97	12,94	13,21	1,06	2,3
AL	8,56	8,28	7,98	8,17	8,39	8,58	8,38	8,01	8,33	8,15	7,77	8,24	-0,79	-2,7
AM	8,13	8,21	8,15	9,03	9,88	9,88	9,80	10,09	10,50	10,47	9,58	9,43	1,45	-1,5
AP	16,83	17,36	18,07	18,31	18,5	19,43	18,91	19,34	20,27	19,55	19,12	18,7	2,29	7,8
BA	8,85	8,89	8,82	9,01	9,30	9,33	9,58	8,95	9,08	9,48	8,43	9,07	-0,42	-1,9
CE	8,04	8,08	8,08	8,31	8,63	8,56	8,61	8,02	8,22	8,42	7,62	8,23	-0,42	-2,7
DF	8,18	8,37	9,02	9,4	9,72	9,88	10,13	10,44	10,37	9,98	9,73	9,57	1,55	-1,4
ES	11,88	11,89	11,88	12,28	12,56	12,61	12,48	11,63	11,90	11,66	11,04	11,98	-0,84	1,1
GO	14,52	14,30	14,24	14,45	15,00	14,78	15,15	14,19	14,69	14,09	13,27	14,43	-1,25	3,5
MA	11,23	11,36	11,45	11,78	12,49	12,57	12,77	11,77	12,16	12,38	10,94	11,9	-0,29	1
MG	10,73	10,75	10,62	10,94	11,20	11,25	11,21	10,38	10,84	10,89	10,07	10,81	-0,66	-0,1
MS	15,59	15,72	15,38	15,89	16,33	16,54	16,55	15,47	15,62	15,92	14,54	15,78	-1,05	4,9
MT	14,79	14,88	14,88	15,43	15,79	15,98	15,53	15,63	15,34	15,56	13,91	15,25	-0,88	4,3
PA	9,07	9,32	9,25	9,69	10,06	10,17	10,33	10,13	10,33	10,67	9,66	9,88	0,59	-1,1
PB	11,13	11,26	11,35	11,62	12,04	11,95	12,18	11,24	11,44	11,1	10,53	11,44	-0,6	0,5
PE	8,60	8,59	8,82	8,97	9,32	9,32	9,36	8,48	8,76	9,42	8,77	8,95	0,17	-2
PI	11,74	11,89	12,01	12,28	12,92	13,02	13,00	12,19	12,62	12,37	11,66	12,34	-0,08	1,4
PR	12,55	12,46	12,38	12,64	13,25	12,91	13,08	11,83	12,28	12	11,20	12,42	-1,35	1,5
RJ	9,10	9,02	8,92	9,11	9,11	9,23	9,25	8,42	8,63	8,29	7,90	8,82	-1,2	-2,1
RN	10,18	10,27	10,37	10,75	11,13	11,22	11,40	10,70	11,05	10,84	10,28	10,74	0,1	-0,2
RO	13,57	13,92	13,78	14,15	14,34	14,67	14,47	13,86	14,17	14,05	13,13	14,01	-0,44	3,1
RR	14,44	15,68	16,64	17,04	17,06	17,26	17,22	17,94	17,63	17,14	16,20	16,75	1,76	5,8
RS	15,61	15,85	15,74	16,33	16,80	16,94	17,02	15,60	15,90	15,77	15,11	16,06	-0,5	5,1
SC	16,68	16,79	16,49	17,15	17,54	17,52	17,43	16,53	16,95	16,83	15,56	16,86	-1,12	5,9
SE	11,72	11,53	11,19	11,50	11,42	11,46	11,19	10,70	10,91	10,71	10,24	11,14	-1,48	0,2
SP	9,41	9,45	9,32	9,59	9,77	9,82	9,75	8,98	9,19	9,44	8,55	9,39	-0,86	-1,5
TO	18,02	17,95	17,98	18,57	19,31	19,99	19,33	18,98	19,76	19,66	18,46	18,91	0,44	8
Brasil	10,76	10,82	10,76	11,08	11,35	11,39	11,41	10,64	10,92	10,99	10,14	10,93	-0,62	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A Tabela 2 expõe a densidade da filiação partidária por estado da federação para cada mês de outubro entre os anos de 2012 e 2022. Em 2022, a maioria dos estados – 18 no total – registraram redução do percentual de eleitores filiados em relação ao início da série histórica. Apenas oito estados e o Distrito Federal registraram, ao final da série, crescimento percentual em relação ao ano de 2012. Dentre eles, Amapá e Sergipe registraram, respectivamente, o maior crescimento e maior queda (2,3% e 1,5%, respectivamente).

Ao todo, 16 estados possuíram a densidade da filiação partidária acima da média nacional para o período. Dentre eles, Tocantins e Sergipe registraram o maior e o menor desvios em relação à média (8% e 0,2%, cada). Por sua vez, 10 estados e o Distrito Federal registraram uma proporção de eleitores filiados abaixo da média nacional da série histórica. Dentre eles, Ceará e Minas Gerais registraram,

respectivamente, o maior e o menor desvios negativos em relação à média (2,7% e 0,1%, cada).

Tabela 3 – Densidade da filiação partidária por tamanho dos municípios (2012-2022)

Região	Tamanho	Ano											Média	Desvio	Diferença
Norte	Até 5 mil	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	28,86	2,63	0,22
	5 a 15 mil	18,04	18,56	18,46	19,69	20,48	21,70	21,53	20,08	20,61	20,90	19,18	19,93	2,76	1,14
	15 a 30 mil	13,25	13,57	13,49	14,54	15,21	15,48	15,50	15,16	15,37	15,91	14,12	14,69	1,47	0,87
	30 a 50 mil	10,89	11,24	11,06	11,89	12,54	12,74	12,68	12,64	12,88	13,63	11,97	12,20	0,42	1,08
	50 a 100 mil	10,44	10,52	10,36	10,95	11,49	11,51	11,46	11,26	11,58	12,12	10,71	11,13	0,53	0,28
	100 a 250 mil	8,42	8,51	8,70	9,05	9,46	9,43	9,24	9,70	9,98	9,84	9,08	9,22	-1,11	0,65
	250 a 500 mil	11,40	11,59	11,96	12,12	12,23	12,40	12,16	12,90	13,04	12,86	12,19	12,26	2,31	0,80
Nordeste	Acima de 500 mil	6,15	6,52	6,40	6,65	6,87	6,99	7,48	7,49	7,57	7,47	7,19	6,98	-1,33	1,04
	Até 5 mil	20,06	20,49	20,07	20,85	21,19	21,69	22,22	20,12	20,33	20,38	19,16	20,60	-5,63	-0,90
	5 a 15 mil	14,18	14,39	14,28	14,76	15,10	15,37	15,68	14,16	14,45	14,94	13,51	14,62	-2,55	-0,67
	15 a 30 mil	10,91	10,99	10,91	11,23	11,58	11,70	11,78	10,71	11,05	11,47	10,26	11,14	-2,08	-0,65
	30 a 50 mil	9,60	9,61	9,57	9,79	10,26	10,31	10,51	9,57	9,89	10,17	9,12	9,85	-1,93	-0,48
	50 a 100 mil	8,38	8,33	8,33	8,54	8,98	8,96	9,10	8,46	8,72	8,71	8,07	8,60	-1,99	-0,32
	100 a 250 mil	8,20	8,15	8,12	8,28	9,13	8,97	8,98	8,86	8,91	8,92	8,21	8,61	-1,72	0,01
Centro-Oeste	250 a 500 mil	7,03	7,04	7,03	7,18	7,73	7,59	7,53	7,38	7,57	7,53	7,15	7,34	-2,61	0,11
	Acima de 500 mil	6,70	6,74	6,99	7,04	7,09	7,11	7,11	6,99	7,03	7,10	6,68	6,96	-1,35	-0,03
	Até 5 mil	29,66	30,58	30,75	31,44	32,26	32,89	34,57	30,08	30,50	30,38	28,74	31,08	4,85	-0,92
	5 a 15 mil	21,38	21,72	21,73	22,44	23,12	23,39	24,09	21,48	22,15	22,33	20,70	22,23	5,06	-0,67
	15 a 30 mil	16,99	17,04	16,86	17,55	18,10	18,08	18,55	17,31	17,75	17,81	16,37	17,49	4,27	-0,62
	30 a 50 mil	15,60	15,53	15,44	15,78	16,33	16,13	16,39	15,52	15,93	15,71	14,61	15,73	3,95	-0,99
	50 a 100 mil	12,97	12,86	12,62	13,01	13,83	13,61	13,42	13,34	13,34	13,30	12,05	13,12	2,53	-0,92
Sudeste	100 a 250 mil	11,63	11,53	11,43	11,60	12,08	11,85	12,03	11,80	11,86	11,83	10,67	11,67	1,33	-0,95
	250 a 500 mil	9,81	9,68	10,04	10,36	10,48	10,54	10,22	10,10	10,49	10,12	9,36	10,11	0,16	-0,46
	Acima de 500 mil	10,54	10,54	10,43	10,59	10,70	10,81	10,63	11,27	11,01	10,49	9,82	10,62	2,31	-0,72
	Até 5 mil	22,51	22,80	22,72	23,60	23,99	24,43	24,76	22,19	23,49	24,41	22,41	23,39	-2,83	-0,10
	5 a 15 mil	16,00	16,15	16,02	16,64	17,01	17,27	17,30	15,59	16,49	17,01	15,55	16,46	-0,72	-0,45
	15 a 30 mil	12,93	12,95	12,84	13,24	13,64	13,76	13,76	12,42	13,03	13,42	12,16	13,10	-0,12	-0,77
	30 a 50 mil	11,17	11,15	11,04	11,38	11,64	11,72	11,60	10,76	11,20	11,55	10,34	11,23	-0,55	-0,83
	50 a 100 mil	10,07	9,97	9,83	10,18	10,46	10,55	10,34	9,64	10,04	10,57	9,26	10,08	-0,51	-0,81
	100 a 250 mil	10,10	10,04	9,90	10,15	10,33	10,33	10,31	9,58	9,80	10,34	8,97	9,99	-0,34	-1,13
	250 a 500 mil	9,34	9,32	9,19	9,36	9,48	9,48	9,41	8,83	8,98	8,87	8,22	9,13	-0,81	-1,13
	Acima de 500 mil	8,30	8,37	8,24	8,46	8,46	8,53	8,61	7,98	8,06	7,98	7,45	8,22	-0,09	-0,85

Região	Tamanho	Ano											Média	Desvio	Diferença
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Sul	Até 5 mil	28,23	29,22	29,96	30,96	30,81	31,29	31,65	28,19	29,15	29,91	27,98	29,76	3,53	-0,25
	5 a 15 mil	19,19	19,44	19,41	20,18	20,72	20,73	21,34	18,94	19,90	20,23	18,80	19,90	2,73	-0,39
	15 a 30 mil	16,09	16,19	16,03	16,67	16,97	16,99	17,67	16,11	16,71	16,78	15,54	16,52	3,30	-0,55
	30 a 50 mil	14,90	14,96	14,71	15,31	15,55	15,63	15,89	14,65	15,15	15,20	14,00	15,09	3,31	-0,89
	50 a 100 mil	14,11	14,26	14,00	14,54	14,73	14,85	14,75	13,81	14,24	14,20	13,33	14,26	3,66	-0,78
	100 a 250 mil	12,63	12,73	12,52	13,02	13,85	13,76	13,62	12,84	13,06	12,68	12,03	12,98	2,64	-0,60
	250 a 500 mil	12,82	12,78	12,63	12,99	13,72	13,60	13,37	12,69	12,67	12,22	11,57	12,82	2,88	-1,24
	Acima de 500 mil	10,58	10,54	10,68	10,64	10,89	10,64	10,55	10,03	10,00	9,61	9,12	10,30	1,98	-1,47
Brasil	Até 5 mil	25,06	25,72	25,87	26,78	27,05	27,69	28,13	25,10	25,92	26,44	24,70	26,22	-	-0,37
	5 a 15 mil	16,55	16,78	16,69	17,33	17,78	18,05	18,34	16,51	17,17	17,59	16,12	17,17	-	-0,43
	15 a 30 mil	12,83	12,93	12,82	13,31	13,71	13,82	13,99	12,84	13,28	13,62	12,32	13,22	-	-0,51
	30 a 50 mil	11,48	11,53	11,41	11,80	12,20	12,27	12,37	11,51	11,89	12,16	10,97	11,78	-	-0,51
	50 a 100 mil	10,39	10,37	10,24	10,62	11,00	11,04	10,99	10,37	10,70	10,93	9,89	10,59	-	-0,49
	100 a 250 mil	10,18	10,16	10,05	10,33	10,80	10,73	10,70	10,22	10,40	10,56	9,52	10,33	-	-0,66
	250 a 500 mil	9,89	9,89	9,85	10,06	10,36	10,34	10,21	9,85	9,98	9,81	9,19	9,95	-	-0,70
	Acima de 500 mil	8,26	8,32	8,33	8,46	8,53	8,56	8,58	8,27	8,29	8,16	7,67	8,31	-	-0,59

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A Tabela 3 mostra a evolução da média aritmética da densidade da filiação partidária dos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, tanto de forma agregada quanto desagregada por região e pelo tamanho dos municípios em função do número de habitantes. De modo geral, a diferença da média da densidade da filiação partidária por tamanho de municípios de forma agregada, entre o início e o fim da série histórica, revelou uma leve queda, que variou entre 0,37%, nos municípios que possuíam até 5 mil habitantes, até 0,70%, nos municípios que possuíam entre mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes.

Ao recortar os tipos de municípios em função das regiões do país, o padrão também foi de queda em quase todas as regiões, com exceção daqueles da região Norte e daqueles com mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes situados no Nordeste. O maior crescimento foi registrado nos municípios com mais de 30 mil e menos de 50 mil habitantes localizados no Norte, onde os partidos conseguiram filiar, em média, mais de 1,1% de eleitores em relação ao início da série histórica.

Os municípios que possuíam até 5 mil habitantes registraram a maior média de densidade da filiação partidária da série histórica, o que se seguiu em ordem decrescente até os municípios que possuíam mais de 500 mil habitantes, que registraram a menor média. Logo, é possível constatar uma relação inversamente proporcional entre o percentual de eleitores filiados e o tamanho dos municípios, em termos de número de habitantes. Porém, há exceções: na região Norte, os municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes registraram uma densidade minimamente maior em relação àqueles com mais de 30 mil e menos de 50 mil habitantes da mesma região; no Nordeste, a densidade dos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 habitantes foi infimamente maior que aquela observada nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes; e no Centro-Oeste, a densidade dos municípios com mais de 500 mil habitantes foi minimamente superior àquela registrada naqueles com mais de 250 mil habitantes e menos de 500 mil habitantes.

Ao recortar as médias pelo tamanho dos municípios, nota-se que todos os tipos de municípios com menos de 50 mil habitantes e com mais de 500 mil habitantes da região Centro-Oeste registraram as maiores médias em relação aos seus semelhantes nas demais regiões. Por sua vez, os municípios com mais 50 mil habitantes e menos de 500 mil habitantes da região Sul obtiveram as maiores médias em relação aos seus pares das demais regiões.

Os desvios positivos, ou seja, aqueles acima da média nacional, onde a média do percentual de eleitores filiados foi superior à média nacional relativa ao tipo de município semelhante, foram registrados em todos aqueles das regiões Centro-Oeste e Sul, e em quase todos do Norte, salvo naqueles com mais de 500 mil habitantes, cuja média foi inferior à média nacional equivalente ao mesmo tipo de município. Por sua vez, as médias obtidas em todos os tipos de municípios das regiões Nordeste e Sudeste foram inferiores às respectivas médias nacionais.

Ademais, também se pode visualizar a média do percentual de eleitores filiados a partidos políticos por município entre 2012 e 2022 por meio do Mapa 1. A maioria dos municípios brasileiros possuíram uma média entre 13% e 22% dos eleitores filiados, um percentual elevado quando se compara com os países da América Latina e da Europa. Embora haja municípios com uma baixa densidade, de até 13% do eleitorado filiado a um partido político, como por exemplo, em grande parte dos municípios dos estados da Bahia, Ceará, da região central de Minas Gerais e do Pará, há municípios com média de mais de 30% e menos de 50% de eleitores filiados, como se vê, por exemplo, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dos oestes do Paraná e São Paulo, do Amapá e do Tocantins, e da região Centro-Oeste.

Mapa 01 - Média da densidade da filiação partidária por município (2012-2022)

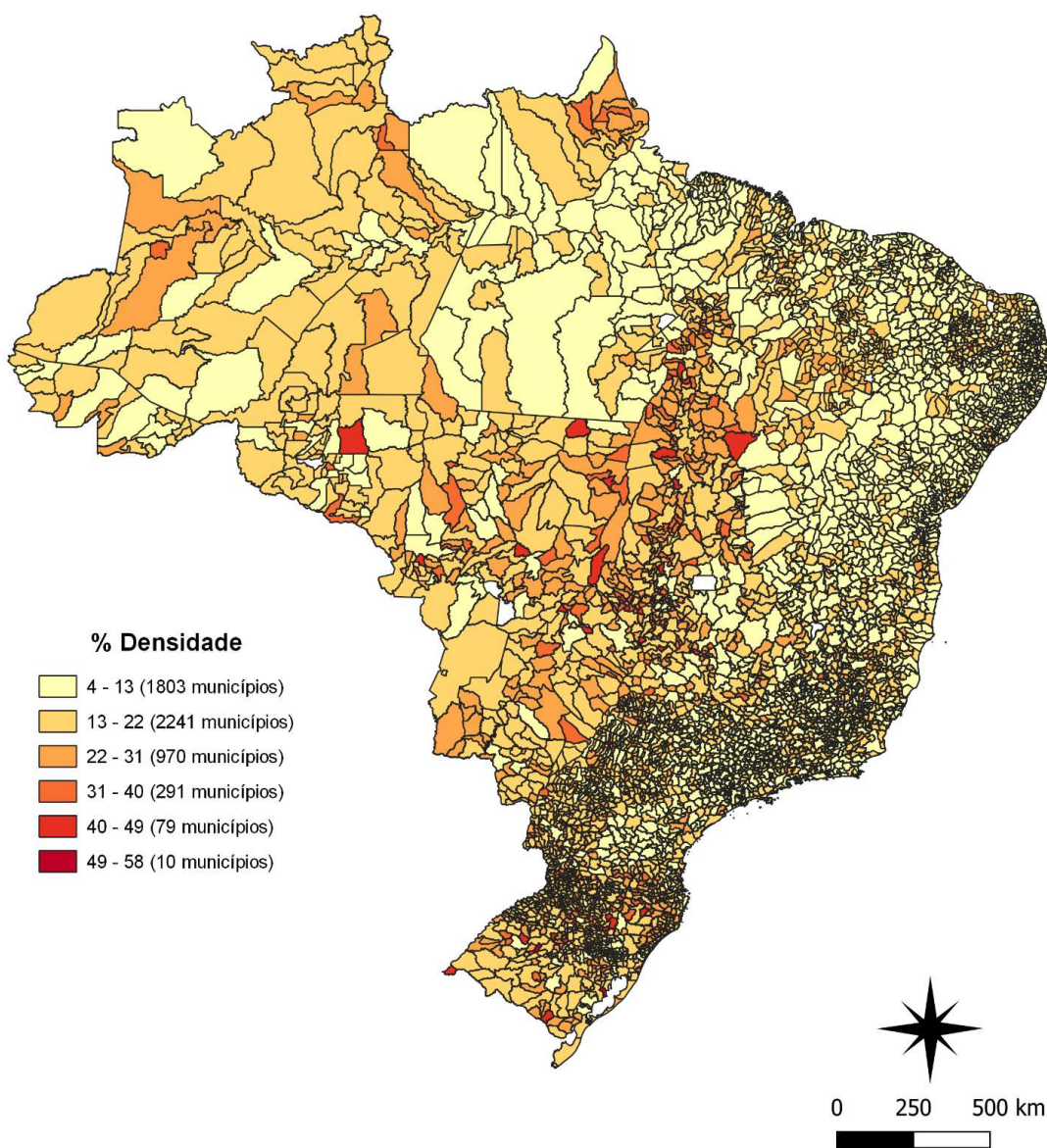


Tabela 4 – Densidade da filiação por partido (2012-2022)

Partido	Ano											Média	Diferença
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AGIR	0,12	0,13	0,12	0,13	0,14	0,14	0,14	0,12	0,13	0,13	0,12	0,13	0,00
AVANTE	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,12	0,14	0,15	0,14	0,13	0,02
CIDADANIA	0,33	0,33	0,32	0,33	0,33	0,33	0,33	0,30	0,31	0,31	0,28	0,32	-0,05
DC	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11	0,12	-0,01
MDB	1,68	1,67	1,65	1,66	1,64	1,64	1,63	1,45	1,43	1,45	1,33	1,57	-0,35
PCB	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
PCDOB	0,24	0,25	0,25	0,26	0,27	0,27	0,27	0,28	0,28	0,28	0,26	0,26	0,02
PDT	0,86	0,86	0,85	0,85	0,85	0,86	0,85	0,76	0,77	0,79	0,72	0,82	-0,14
PL	0,55	0,54	0,54	0,54	0,55	0,54	0,54	0,50	0,51	0,52	0,49	0,53	-0,06
PMN	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,15	-0,02
PODE	0,09	0,09	0,09	0,10	0,11	0,11	0,11	0,25	0,27	0,28	0,26	0,16	0,17
PP	1,01	1,00	0,99	0,99	0,98	0,98	0,98	0,87	0,89	0,90	0,83	0,95	-0,18
PRTB	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,10	0,09	0,09	0,01
PSB	0,41	0,41	0,41	0,42	0,44	0,45	0,45	0,42	0,43	0,44	0,40	0,43	-0,01
PSC	0,26	0,26	0,26	0,27	0,29	0,29	0,29	0,27	0,28	0,28	0,26	0,27	0,00
PSDB	0,97	0,96	0,95	0,98	0,99	0,99	0,99	0,93	0,91	0,93	0,85	0,95	-0,12
PSOL	0,05	0,06	0,06	0,08	0,08	0,10	0,10	0,13	0,12	0,15	0,14	0,10	0,10
PSTU	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
PT	1,11	1,12	1,11	1,11	1,08	1,08	1,08	1,00	1,02	1,10	1,03	1,08	-0,08
PTB	0,84	0,84	0,83	0,82	0,82	0,81	0,81	0,72	0,72	0,74	0,67	0,78	-0,17
PV	0,24	0,24	0,24	0,25	0,26	0,26	0,26	0,24	0,24	0,25	0,23	0,25	-0,01
REPUBLICANOS	0,21	0,21	0,22	0,24	0,27	0,27	0,27	0,29	0,32	0,34	0,32	0,27	0,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do TSE

Por meio da Tabela 4 pode-se ver a evolução do percentual de eleitores filiados, de forma agregada, de cada um dos 22 partidos analisados, entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022. MDB e PT conseguiram filiar, em média, mais de 1% do eleitorado nacional. Já PSDB, PP, PDT, PTB e PL possuíram, em média, entre 0,5% e menos de 1% de filiados durante o período.

Os demais partidos conseguiram filiar, em média, entre 0,1% e menos e 0,5% do eleitorado, com exceção de PRTB, PSTU e PCB, cuja média da densidade da filiação foi menor que 0,1% do eleitorado. A metade dos partidos registrou uma leve queda no percentual de eleitores entre o início e o fim da série histórica, que não alcançou nem 0,5%. PODEMOS, REPUBLICANOS, PSOL, PCdoB, AVANTE e PRTB registraram um leve crescimento em relação ao início da série histórica, que não alcançou nem 0,1%.

Embora as trajetórias da densidade da filiação de cada partido sejam distintas, a Tabela 4 permite observar certos padrões durante a série histórica. 13 partidos mostraram uma tendência de declínio no percentual de eleitores filiados. Apesar da tendência de queda, alguns partidos registraram uma leve oscilação positiva durante a série histórica: PT oscilou positivamente nos intervalos entre os anos de 2012 e 2013 e entre 2019 e 2021; já MDB oscilou positivamente entre 2013 e 2014; PL e CIDADANIA, nos intervalos 2014-2016 e 2019-2021; DC, PMN e PV, entre 2014-2016 e 2020-2021; PP e PTB, entre 2019 e 2021; PDT, nos intervalos de 2014-2015 e 2019-2021; e PSDB, nos intervalos de 2014-2017 e 2020-2021. As únicas exceções foram PCB e PSTU, que demonstraram uma tendência de queda desde o início até o fim da série histórica.

AVANTE, PCdoB, PODEMOS, PRTB, PSOL e REPUBLICANOS demonstraram uma tendência de crescimento durante o período analisado, apesar de algumas oscilações negativas em um dado momento. AVANTE e PRTB oscilaram negativamente entre os anos de 2018 e 2019 e em 2022. Por sua vez, os demais partidos oscilaram negativamente apenas no último ano da série.

Por fim, as trajetórias de AGIR, PSB e PSC seguiram uma tendência semelhante ao percurso de uma “montanha-russa”. AGIR e PSC, apesar de terem crescido entre 2012 e 2016, entraram em declínio no intervalo 2016-2019, voltaram a crescer entre 2020 e 2021, mas oscilaram negativamente em 2022. Por outro lado, PSB iniciou a série em declínio até o ano de 2014, depois cresceu até 2017, manteve-se estável em 2018, oscilou positivamente entre 2019 e 2021 e tornou a cair em 2022.

Ao longo do período analisado, a densidade da filiação partidária no Brasil não seguiu um padrão único, variando conforme o partido. A maioria dos partidos apresentou uma tendência de queda na densidade, com exceção de alguns que tiveram momentos pontuais de crescimento. Poucos partidos, como AVANTE, PCdoB, PODEMOS, PRTB, PSOL e REPUBLICANOS, registraram aumento na densidade da filiação, embora com oscilações ao longo dos anos. Além disso, alguns partidos tiveram trajetórias irregulares, alternando entre crescimento e queda, sem uma tendência clara, como AGIR, PSB e PSC.

Essas variações poderão ser explicadas pela criação de órgãos partidários locais nos municípios brasileiros? Antes de testar essa relação, na próxima subseção será visto o quantitativo dos órgãos locais de cada um dos partidos analisados.

3.3.2 Órgãos partidários no Brasil (2012-2022)

A estrutura organizativa dos partidos políticos brasileiros foi regida por leis orgânicas durante o regime civil-militar e a transição democrática, em virtude da personalidade jurídica de direito público dos partidos políticos brasileiros até então. Isso implicava a observação de normas que orientavam a criação das unidades organizativas dos partidos⁵⁹, como é o caso dos diretórios partidários e das comissões provisórias.

Os Diretórios são órgãos de direção partidária autônomos e definitivos, eleitos pelos membros partidários para um mandato previamente definido. Por sua vez, as Comissões Provisórias são órgãos executivos temporários, designados por um órgão diretivo hierarquicamente superior, e que tem como função organizar e promover as convenções partidárias. Uma convenção partidária é, segundo o Glossário Eleitoral do TSE, uma reunião dos filiados a um partido para deliberação de assuntos de interesse da agremiação, seja de natureza eleitoral, seja não eleitoral.

⁵⁹ A partir da reforma feita pela Lei nº 6.767/1979, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1971 estabelecia critérios para a constituição de diretórios partidários. Para os diretórios municipais, exigia uma razão mínima entre filiados e o eleitorado do município (art. 35, I a V). Os diretórios regionais (estaduais) só poderiam ser formados se o partido registrasse diretórios em pelo menos $\frac{1}{4}$ dos municípios do estado (art. 36), enquanto a criação do diretório nacional requeria diretórios regionais em pelo menos nove estados (art. 37). Em sua redação original, o art. 35 da Lei nº 5.682/1971 especificava percentuais mínimos de eleitores filiados para a constituição dos diretórios municipais, variando conforme o tamanho do eleitorado do município, desde 5% para localidades com até 1.000 eleitores até acréscimos proporcionais para municípios maiores. No entanto, não há dados disponíveis sobre o número de diretórios efetivamente criados com base nesses critérios.

Ao contrário de sua antecessora, a Lei nº 9.096/1995, que revogou a antiga LOPP⁶⁰, concedeu autonomia para que os partidos estabelecessem, em seus estatutos, sua estrutura interna, organização e funcionamento (art. 14). A nova Lei dos Partidos Políticos (LPP) exige apenas que os estatutos dos partidos prescrevam, dentre outras, regras sobre: a) modos de organização e administração partidárias; b) definição da estrutura geral partidária; c) identificação, composição e as competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional; d) duração dos mandatos dos órgãos partidários; e) processo de eleição dos membros dos órgãos partidários (art. 15, IV).

Nessa seara, a LPP também concedeu autonomia para que os partidos definissem o prazo de duração do mandato dos seus órgãos, tanto provisórios quanto permanentes (art. 3º, § 2º). Recentemente a Lei nº 13.831/2019 incluiu um dispositivo na LPP, que estabelecia o prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos em oito anos (art. 3º, § 3º). Contudo, esse dispositivo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2022 (BRASIL. STF. ADIn nº 6.230).

Uma vez que a legislação vigente deixou que os partidos definissem livremente suas estruturas organizativas, faz-se necessário verificar a evolução dos órgãos partidários locais criados no Brasil entre 2012 e 2022, bem como a natureza desses órgãos, conforme detalham as Tabelas 5 e 6.

⁶⁰ As LOPP (Leis nº 4.740/1965 e nº 5.682/1971) estabeleceram uma tipologia dos órgãos partidários durante o regime militar e a transição democrática, classificando-os em órgãos de deliberação, direção, ação e cooperação. A Lei nº 4.740/1965 definiu as Convenções como órgãos de deliberação (art. 22, I), os Diretórios municipais, regionais e nacionais como órgãos de direção (art. 22, II), os Diretórios distritais como órgãos de ação (art. 22, III) e os Conselhos fiscais e consultivos, além de departamentos temáticos, como órgãos de cooperação (art. 22, IV). A Lei nº 5.682/1971, vigente durante a formação de alguns dos partidos analisados aqui, manteve essa estrutura, mas agrupou os Diretórios municipais, regionais, nacional e distritais como órgãos de direção e ação (art. 22, II), incluiu as Bancadas parlamentares como órgãos de ação parlamentar (art. 22, III) e os Conselhos de Ética Partidária como órgãos de cooperação (art. 22, IV). Além disso, estabeleceu a Seção municipal como unidade de base do partido (art. 23) e a Convenção Nacional como seu órgão supremo (art. 24).

Tabela 5 – Número de órgãos partidários locais (2012-2022)

Partido	Ano											% crescimento 2012-2022
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
AGIR	698	641	482	1298	1883	1487	896	976	1146	512	381	-45,4
AVANTE	1046	1122	1128	1633	2104	1198	1033	1393	1912	1333	1493	42,7
CIDADANIA	1330	1445	1254	1846	3442	3142	2076	1711	2515	1642	1102	-17,1
DC	745	587	442	820	1560	939	426	375	727	455	399	-46,4
MDB	-	-	-	3555	4835	5508	4357	4855	5136	4079	3398	-4,4
PCdoB	728	822	565	1729	2763	3317	1292	2019	1733	1275	568	-22,0
PCB	153	118	76	82	80	73	59	37	49	41	45	-70,6
PDT	1155	1078	997	2271	3728	4032	2935	3175	3775	2774	2209	91,3
PL	1672	1833	1854	3104	3928	4116	3575	3986	4312	3184	3463	107,1
PMN	946	826	756	1228	1575	1326	985	863	973	520	391	-58,7
PODEMOS	763	756	782	1436	2296	2444	2159	1963	2614	1959	1256	64,6
PP	1283	1303	1250	2651	4698	4755	3400	3367	4509	4164	3844	199,6
PRTB	798	582	521	1016	1665	1030	692	502	1161	363	175	-78,1
PSB	805	754	927	2320	4271	4942	3620	3267	3794	3056	2947	266,1
PSC	1685	1816	1826	2701	3494	3169	2713	2266	2590	1546	1590	-5,6
PSDB	874	1282	813	4261	4455	6214	3699	4262	4185	3682	3245	271,3
PSOL	440	430	366	551	964	909	698	517	909	820	548	24,5
PSTU	90	77	75	65	96	88	70	52	77	70	69	-23,3
PT	-	2554	3680	4472	5117	5463	4272	3980	4269	4134	4310	68,8
PTB	1593	1693	1621	2925	3973	3706	2835	2855	3375	2614	1785	12,1
PV	1347	1056	940	1982	3258	2232	1461	1129	1612	1081	623	-53,7
REPUBLIC.	1208	1301	1390	2627	3598	3622	2394	2420	3065	2045	2310	91,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

A Tabela 5 mostra a evolução do total de órgãos partidários por município – o somatório das comissões provisórias e dos diretórios – de cada um dos 22 partidos elencados entre 2012 e 2022. Contudo, o produto dessa soma pode incluir dois órgãos partidários de tipos distintos em um município no mesmo ano. Ainda assim, o recorte temporal adotado permite observar a presença dos partidos nos municípios tanto em anos eleitorais quanto em anos não-eleitorais. À exceção dos demais partidos, os dados completos para PT e MDB só estão disponíveis a partir de 2013 e 2015, respectivamente.

Quando se compara o percentual de crescimento ao final do período analisado em relação a 2012, metade dos partidos analisados cresceu em termos de órgãos partidários, ampliando sua presença nos municípios brasileiros, enquanto a outra metade perdeu espaço no cenário político-eleitoral local. Os maiores crescimentos foram observados em PSDB e PSB, um crescimento acima de 200%. PL se aproximou de 200% de crescimento, enquanto PP aumentou seus órgãos em mais de 100%. Já as maiores quedas são observadas em PV, PMN, PCB e PRTB, perdas de mais de 50% dos seus órgãos partidários.

Apesar de as trajetórias de crescimento e de queda no número absoluto de órgãos partidários sejam distintas, é possível observar padrões entre os partidos.

AVANTE, CIDADANIA, PSC e PSOL apresentaram uma trajetória de crescimento de 2012 até 2016, quando atingem o ápice da série histórica. A partir de então, perderam órgãos até 2019, obtendo um leve aumento em 2020. A exceção é AVANTE, que perdeu órgãos em 2017 e 2018, registrando um leve aumento em 2019. A partir de 2020, CIDADANIA e PSOL sofreram declínio no número de órgãos partidários, ao contrário de AVANTE e PSC que, após sofrerem uma queda em 2021, registraram um aumento em 2022.

Por outro lado, as trajetórias de crescimento de MDB, PL, PODEMOS, PP, PSB, PSDB, PT e REPUBLICANOS também tiveram início em 2012, seguindo até 2017, ano em que atingiram seus ápices na série histórica, à exceção de PL e PODEMOS, cujos ápices se deram em 2020.

MDB, PL e REPUBLICANOS registraram queda em 2018, voltando a crescer em 2019 e 2020. Ao contrário destes, PODEMOS, PP, PSB e PSDB registraram queda em 2018 e 2019, com leve crescimento em 2020.

A partir de 2020, MDB, PODEMOS, PP, PSB e PSDB entraram em trajetória de declínio no número de órgãos partidários, enquanto PL e REPUBLICANOS, apesar de sofrerem uma queda em 2021, registraram um aumento de suas unidades em 2022.

Dentre esses partidos, apenas PT, embora tenha sofrido uma queda em 2018, retornou a sua trajetória de crescimento, que durou até 2022.

AGIR, DC, PCdoB, PDT, PMN, PRTB e PV iniciaram com trajetórias de queda entre 2012 e 2014. Enquanto AGIR, DC, PMN, e PRTB tornaram a crescer a partir de 2015, atingindo o maior número de órgãos partidários da série histórica no ano eleitoral de 2016, apenas PDT e PCdoB conseguiram crescer até 2017. A partir destes respectivos anos, esses partidos voltaram a perder órgãos até 2019, obtendo uma leve recuperação no ano eleitoral de 2020. A partir deste ano, todos iniciaram uma trajetória de declínio no número de órgãos partidários, com exceção de AGIR e PCdoB. O primeiro iniciou uma trajetória de declínio a partir de 2016; e o segundo, apesar da leve recuperação em 2019, voltou a perder órgãos a partir de 2020.

PSTU e PCB constituem exceções aos padrões descritos observados até agora. O primeiro iniciou a série histórica com uma trajetória de declínio até 2015. Embora tenha registrado um aumento em 2016, quando atingiu seu ápice na série histórica, voltou a sua trajetória de declínio até 2022. E o segundo iniciou a série em

trajetória de declínio até 2019, registrando um aumento em 2020. Mas, em seguida, voltou à trajetória de queda até o fim da série histórica.

Tabela 6 – Percentual de comissões provisórias e diretórios (2012-2022)

Partido	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		Média	
	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D	CP	D
AGIR	96,6	3,4	96,4	3,6	96,7	3,3	91,9	8,1	92,2	7,8	88,9	11,1	76,5	23,5	73,5	26,5	75,0	25,0	65,0	35,0	68,8	31,2	83,8	16,2
AVANTE	89,1	10,9	90,1	9,9	90,6	9,4	94,1	5,9	92,5	7,5	87,1	12,9	89,2	10,8	89,1	10,9	90,4	9,6	88,8	11,2	92,6	7,4	90,3	9,7
CIDADANIA	68,3	31,7	56,6	43,4	56,8	43,2	70,6	29,4	83,0	17,0	75,9	24,1	69,7	30,3	64,9	35,1	76,7	23,3	72,4	27,6	54,7	45,3	68,1	31,9
DC	88,7	11,3	85,2	14,8	82,4	17,6	90,5	9,5	91,6	8,4	86,7	13,3	77,9	22,1	75,7	24,3	86,9	13,1	88,8	11,2	80,7	19,3	85,0	15,0
MDB	-	-	-	-	-	-	9,7	90,3	29,3	70,7	36,1	63,9	29,4	70,6	40,4	59,6	45,7	54,3	36,8	63,2	35,1	64,9	32,8	67,2
PCdoB	62,1	37,9	50,7	49,3	49,7	50,3	42,3	57,7	58,4	41,6	50,5	49,5	40,5	59,5	41,7	58,3	48,5	51,5	37,7	62,3	27,6	72,4	46,3	53,7
PCB	93,5	6,5	98,3	1,7	97,4	2,6	97,6	2,4	95,0	5,0	94,5	5,5	89,8	10,2	81,1	18,9	30,6	69,4	17,1	82,9	22,2	77,8	74,3	25,7
PDT	61,4	38,6	57,5	42,5	63,2	36,8	52,7	47,3	68,8	31,2	66,7	33,3	60,0	40,0	60,8	39,2	66,8	33,2	59,4	40,6	63,0	37,0	61,8	38,2
PL	99,0	1,0	99,0	1,0	98,9	1,1	98,8	1,2	99,0	1,0	99,0	1,0	98,8	1,2	86,2	13,8	82,4	17,6	89,5	10,5	92,6	7,4	94,8	5,2
PMN	96,7	3,3	98,4	1,6	99,1	0,9	98,8	1,2	96,8	3,2	94,6	5,4	92,0	8,0	90,6	9,4	88,1	11,9	83,1	16,9	79,5	20,5	92,5	7,5
PODE	98,8	1,2	98,5	1,5	98,5	1,5	99,0	1,0	99,4	0,6	99,1	0,9	98,4	1,6	98,5	1,5	99,0	1,0	99,3	0,7	99,4	0,6	98,9	1,1
PP	88,5	11,5	86,8	13,2	88,9	11,1	69,1	30,9	81,0	19,0	74,9	25,1	66,3	33,7	63,6	36,4	75,1	24,9	75,7	24,3	75,6	24,4	76,9	23,1
PRTB	98,7	1,3	98,6	1,4	98,7	1,3	99,4	0,6	99,6	0,4	99,1	0,9	99,1	0,9	98,6	1,4	99,3	0,7	99,7	0,3	97,7	2,3	99,0	1,0
PSB	71,9	28,1	72,3	27,7	61,2	38,8	82,9	17,1	90,4	9,6	82,7	17,3	74,2	25,8	71,5	28,5	75,5	24,5	79,7	20,3	68,3	31,7	75,5	24,5
PSC	97,0	3,0	94,2	5,8	88,9	11,1	86,0	14,0	86,3	13,7	86,0	14,0	83,8	16,2	91,0	9,0	86,1	13,9	92,3	7,7	92,5	7,5	89,5	10,5
PSDB	47,5	52,5	33,4	66,6	45,4	54,6	54,3	45,7	64,6	35,4	55,6	44,4	35,1	64,9	38,6	61,4	49,6	50,4	47,6	52,4	48,4	51,6	47,3	52,7
PSOL	81,4	18,6	81,4	18,6	80,9	19,1	76,8	23,2	67,1	32,9	63,7	36,3	54,9	45,1	44,1	55,9	37,5	62,5	32,4	67,6	24,5	75,5	58,6	41,4
PSTU	33,3	66,7	23,4	76,6	22,7	77,3	18,5	81,5	13,5	86,5	12,5	87,5	4,3	95,7	3,8	96,2	1,3	98,7	1,4	98,6	1,4	98,6	12,4	87,6
PT	-	-	4,5	95,5	7,9	92,1	14,6	85,4	22,2	77,8	23,7	76,3	15,9	84,1	15,9	84,1	17,7	82,3	16,0	84,0	19,6	80,4	15,8	84,2
PTB	74,8	25,2	63,7	36,3	62,2	37,8	83,1	16,9	98,0	2,0	98,2	1,8	94,9	5,1	87,1	12,9	88,8	11,2	87,4	12,6	87,3	12,7	84,1	15,9
PV	91,9	8,1	91,0	9,0	90,1	9,9	94,5	5,5	77,7	22,3	71,6	28,4	76,9	23,1	75,3	24,7	78,2	21,8	77,0	23,0	77,2	22,8	81,9	18,1
REPUB.	99,5	0,5	99,5	0,5	99,6	0,4	99,8	0,2	99,8	0,2	94,6	5,4	94,9	5,1	97,3	2,7	99,2	0,8	99,7	0,3	99,8	0,2	98,5	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Para compreender a composição dos órgãos dos partidos vistos até agora, a Tabela 6 mostra os percentuais de comissões provisórias e diretórios por município referentes ao número absoluto de órgãos partidários apresentados na tabela anterior, sob o mesmo recorte temporal. Independentemente da posição ideológica, 17 partidos constituíram, em média, mais comissões provisórias do que diretórios nos municípios brasileiros. Há partidos, como por exemplo, AVANTE, PL, PMN, PODEMOS, PRTB e REPUBLICANOS, que possuíram mais de 90% de comissões provisórias dentre seus órgãos. Porém, durante a série histórica, PCB e PSOL organizaram proporcionalmente mais diretórios do que comissões provisórias, respectivamente, entre 2020 e 2022, e de 2019 a 2022.

Apenas MDB, PCdoB, PSDB, PSTU e PT constituíram, proporcionalmente, mais diretórios do que comissões provisórias nos municípios onde se organizaram. Por outro lado, PCdoB e PSDB organizaram proporcionalmente mais comissões provisórias do que diretórios, respectivamente, entre 2012 e 2017, e de 2015 a 2017.

Em suma, tendo em vista o caráter temporário das comissões provisórias frente à autonomia e o caráter definitivo dos diretórios, é possível inferir que a maioria dos partidos prefere criar órgãos municipais subordinados a uma instância superior apenas para recrutar filiados e promover as convenções partidárias destinadas à escolha dos candidatos às eleições locais. Por outro lado, a minoria dos partidos que opta por criar comissões provisórias e convertê-las majoritariamente em diretórios para, além do recrutamento e da organização do processo eleitoral, desenvolver outras atividades partidárias no interstício entre os anos eleitorais.

3.4 Considerações parciais

A filiação partidária no Brasil está intrinsecamente ligada ao direito fundamental à liberdade de associação, garantido desde a Constituição de 1891, e foi elevada à condição de requisito constitucional de elegibilidade pela Carta Magna de 1988 (art. 14, § 3º). A necessidade do cidadão em se vincular a um partido político para concorrer a cargos eletivos reforça o papel dos partidos como intermediários fundamentais no processo democrático, como bem ressaltou Schattschneider (1942).

O desenvolvimento da legislação sobre os partidos políticos e a filiação partidária acompanhou as mudanças políticas do país. A filiação foi tratada inicialmente de forma indireta na Lei Agamenon (Decreto-Lei nº 7.586/1945) e

posteriormente regulada, de forma expressa, pelas LOPP de 1965 e 1971 (Lei nº 4.740/1965 e Lei nº 6.767/1971), que também estabeleceram regras para a criação dos órgãos partidários, como os diretórios e as comissões provisórias. Com a redemocratização, a Lei nº 9.096/1995 revogou a legislação anterior e consolidou as normas sobre os partidos e a filiação partidária, garantindo autonomia aos partidos e, consequentemente, atribuiu aos estatutos partidários a prerrogativa de definir suas estruturas e os critérios organizacionais para a admissão e permanência dos filiados.

De modo geral, a filiação partidária no Brasil é consideravelmente alta em comparação com países da América Latina e Europa. Apesar de oscilações ao longo dos anos, a filiação partidária no Brasil manteve-se relativamente estável.

A redução observada foi discreta e variou conforme a região, os estados e o porte dos municípios. A maioria dos estados registrou queda na filiação em relação a 2012, enquanto apenas oito estados e o Distrito Federal mostraram crescimento. A análise por tamanho de municípios revelou uma leve redução na densidade de filiação, sendo mais acentuada em cidades com mais de 250 mil habitantes. O padrão de declínio se repetiu na maioria das regiões, exceto no Norte e em parte do Nordeste.

A maioria dos municípios brasileiros apresentou uma média entre 13% e 22% de eleitores filiados, enquanto algumas cidades chegaram a taxas entre 30% e 50%, especialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste e nos estados do Amapá e Tocantins. Constatou-se uma relação inversamente proporcional entre o tamanho dos municípios e a taxa de filiação partidária, com municípios menores registrando maior densidade de filiação, ou seja, pequenas cidades tendem a ter uma maior densidade de filiação, enquanto capitais e grandes centros urbanos registram menor adesão proporcional.

No tocante aos partidos, a tendência geral foi de queda na densidade da filiação e no número de órgãos partidários. O número de órgãos partidários variou bastante ao longo da série histórica. Poucos partidos cresceram, simultaneamente, em densidade e unidades organizacionais. Enquanto alguns partidos expandiram sua presença nos municípios, outros foram perdendo espaço. Pelo menos 13 partidos mostraram declínio no percentual de filiados durante o período analisado.

Apenas MDB, PCdoB, PSDB, PSOL, PSTU e PT criaram proporcionalmente mais diretórios do que comissões provisórias, enquanto PCdoB e PSDB oscilaram entre os dois formatos em períodos distintos. Isso é um indício de que esses partidos, ao darem preferência à criação de diretórios, focam numa atuação contínua junto ao eleitorado, para além do período eleitoral, ao contrário da maioria que prefere instalar

comissões provisórias. Dentre estes, MDB e PT se consolidaram em termos de base de filiados e de rede organizacional, pois possuem, em média, 1% do eleitorado nacional nos seus quadros.

Partidos como PSDB, PP, PDT, PTB e PL também possuíram presença significativa nos municípios em termos de filiados (entre 0,5% e menos de 1% do eleitorado). Com exceção do PTB, esses partidos, junto com o PSB, registraram o maior crescimento percentual de órgãos partidários entre o início e o fim da série histórica, apesar das variações ao longo dos anos.

Partidos como AVANTE, PCdoB, PODEMOS, PRTB, PSOL e REPUBLICANOS apresentaram tendência de crescimento na densidade da filiação, enquanto AGIR, PSC e PSB demonstraram uma trajetória irregular. Dentre estes, PRTB, junto com PMN (atual MOBILIZA) e PV, perderam mais da metade de seus órgãos locais.

A análise também indicou uma queda constante da densidade de filiação e dos órgãos partidários do PCB e do PSTU, que, juntos como o PRTB, possuem a menor densidade média em relação aos demais partidos (inferior a 0,1% do eleitorado nacional).

4 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS FILIADOS NO BRASIL E O IMPACTO DA EXPANSÃO TERRITORIAL DOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS (2012-2022)

Como visto no capítulo anterior, a filiação partidária no Brasil é alta em comparação com outros países, embora tenha apresentado uma leve redução ao longo dos anos analisados, variando conforme região, estado da federação e a faixa populacional dos municípios. Todavia, a tendência geral foi de queda na densidade da filiação e no número de órgãos partidários durante o período analisado, salvo algumas exceções.

Portanto, nesse capítulo investiga-se a relação entre a densidade da filiação partidária e a expansão territorial dos órgãos locais dos 22 partidos brasileiros selecionados. Assim, na primeira seção, descreve-se a metodologia de análise dos dados empreendida e, em seguida, analisa-se individualmente a evolução da distribuição territorial do percentual de eleitores filiados, segmentada pela faixa populacional dos municípios e por estados, além da realização de testes de regressão linear para verificar a correlação entre as variáveis, o efeito da criação de órgãos locais na variação da densidade da filiação e o impacto da presença de um órgão partidário local no percentual de eleitores filiados a cada partido. Ao final, apresentam-se as considerações parciais.

4.1 Coleta e tratamento dos dados

Para medir a correlação entre a densidade da filiação partidária (variável dependente) e a instalação de órgãos partidários locais (variável independente) para cada um dos partidos analisados, utilizou-se modelos de regressão linear, uma vez que a variável dependente é quantitativa contínua e a variável explicativa é dicotômica.

Por meio da linguagem de programação R agruparam-se, com base no município e respectivo ano, os bancos de dados referentes à densidade da filiação de cada partido e o tipo de órgão partidário local (diretório/comissão provisória), que gerou planilhas no Microsoft Excel, com base no exemplo de script abaixo:

```
library(dplyr)
library(openxlsx)
regressão_PT <- merge(densidade_PT, órgãos_PT, by= c("município", "uf", "ano"), all.x =
TRUE)
write.xlsx(regressão_PT, file = ("Regressão_PT.xlsx"))
```

A partir de então, para operacionalizar o modelo de regressão linear, estabeleceu-se, em outra coluna na mesma planilha, para cada partido e em cada município, a seguinte relação: o número 0 indica a ausência e o número 1 indica a presença de um órgão partidário naquele município em determinado ano, entre 2012 e 2022. Essa planilha foi transportada para o SPSS, que gerou os modelos com seus respectivos parâmetros, e que serão analisados ao final de cada seção dedicada aos partidos individualmente.

Na próxima seção, apresenta-se a evolução da distribuição territorial da densidade da filiação partidária segmentada pela faixa populacional dos municípios por estados para cada um dos 22 partidos selecionados.

4.2 Distribuição territorial dos filiados por partido (2012-2022)

Esta seção está dividida em subseções referentes a cada um dos 22 partidos selecionados, nas quais analisa-se a evolução da distribuição territorial do percentual de eleitores filiados, segmentada pela faixa populacional dos municípios e por estados, por meio da descrição de tabelas específicas. Ao final de cada subseção, serão apresentados os resultados dos testes de regressão linear realizados para verificar a correlação entre as variáveis, o efeito da criação de órgãos locais na variação da densidade da filiação e o impacto da presença de um órgão partidário local no percentual de eleitores filiados a cada partido.

4.2.1 PCB

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi recriado por filiados do antigo PCB descontentes com sua extinção após sua reorganização programática e organizacional como PPS, aprovada no X Congresso Extraordinário realizado em 1992. Em 1993, foi realizada a Conferência Nacional de Reorganização do PCB em São Paulo, que decidiu por adotar o mesmo nome, símbolo e sigla do extinto partido

(ABREU, s/d). Em abril do mesmo ano, o PCB teve seu registro provisório deferido pelo TSE. Porém, obteve o registro definitivo apenas em 1996 (BRASIL. TSE. Res. nº 252/1993; Res. nº 19.550/1996).

Tabela 7 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PCB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,23	0,2	0,2	0,19	0,17	0,17	0,16	0,09	0,08	0,08	0,07	0,15	-0,16	0,09
5 a 15 mil	0,17	0,16	0,16	0,15	0,14	0,14	0,13	0,07	0,06	0,06	0,06	0,12	-0,11	0,06
15 a 30 mil	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,04	0,03	0,03	0,03	0,06	-0,06	0,01
30 a 50 mil	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,03	0,02	0,02	0,02	0,04	-0,04	-0,01
50 a 100 mil	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,03	-0,02
100 a 250 mil	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01	0,03	-0,02	-0,03
250 a 500 mil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01	-0,05
Acima de 500 mil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0	-0,05
Brasil	0,08	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,04	0,03	0,03	0,03	0,06	-0,05	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 7, a média da densidade da filiação ao PCB, entre o início e o fim da série histórica, concentrou-se nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até aqueles com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PCB entre o início e o fim do período analisado revelou uma leve queda em quase todos os tipos de municípios, salvo naqueles com mais de 500 mil habitantes, onde a densidade permaneceu estável. A maior diferença foi observada nos municípios com até 15 mil habitantes, onde o PCB perdeu 0,1% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série.

O PCB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 30 mil habitantes. Naqueles com até 5 mil habitantes, o PCB filiou 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 250 mil habitantes, o partido filiou 0,05% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – os maiores desvios negativos.

Tabela 8 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PCB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,04	0,04	0,03	0,05	-0,03
AL	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
AM	0,12	0,12	0,12	0,11	0,10	0,10	0,09	0,06	0,05	0,05	0,05	0,09	-0,08
AP	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	-0,02
BA	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,03
CE	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,03
DF	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-0,01
ES	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,09	0,09	0,08	0,07	0,13	-0,10
GO	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,02
MA	0,12	0,12	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,05	0,05	0,04	0,04	0,09	-0,08
MG	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
MS	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11	0,06	0,06	0,06	0,05	0,10	-0,08
MT	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
PA	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	-0,03
PB	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
PE	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	-0,03
PI	0,17	0,17	0,17	0,16	0,15	0,15	0,14	0,08	0,08	0,07	0,07	0,13	-0,10
PR	0,07	0,07	0,07	0,05	0,05	0,05	0,05	0,02	0,02	0,02	0,02	0,05	-0,05
RJ	0,11	0,10	0,10	0,09	0,08	0,08	0,08	0,05	0,05	0,05	0,05	0,08	-0,06
RN	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,01
RO	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,03	0,02	0,02	0,02	0,04	-0,03
RR	-	-	-	-	0,002	0,002	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
RS	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
SC	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	-0,01
SE	0,19	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16	0,16	0,11	0,10	0,10	0,10	0,15	-0,09
SP	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
TO	0,00	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,03	0,02	0,02	0,03	0,04	0,03
Brasil	0,08	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,04	0,03	0,03	0,03	0,06	-0,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na maioria dos estados e no DF, PCB obteve médias municipais abaixo da média nacional, conforme mostra a Tabela 8. O partido registrou médias acima da média nacional em sete estados, mas somente em quatro deles a média atingiu pouco mais de 0,1% do eleitorado. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Sergipe e Santa Catarina, onde filiou, em cada, 0,15% e 0,01% do eleitorado. Por região, PCB registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Amazonas e de Roraima; no Nordeste, em Sergipe e Alagoas; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no Mato

Grosso; no Sudeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais; e no Sul, no Paraná e em Santa Catarina – ambos estão abaixo da média nacional.

PCB também registrou pequenas quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em todos os estados, com exceção de Alagoas e Paraíba, onde o partido permaneceu estável. O partido registrou um leve crescimento de, respectivamente, 0,01% e 0,03%, em Roraima e no Tocantins. As maiores diferenças negativas foram registradas em Espírito Santo e Piauí, Goiás, atingindo -0,01%, apenas.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PCB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R) no Quadro 4. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PCB no período analisado explica 0,01% da variação da densidade da filiação a esse partido. O baixo poder explicativo do modelo se deve ao fato de que o PCB vinha, desde o início da série histórica, reduzindo o percentual de eleitores filiados.

Quadro 4 – Modelo de regressão linear do PCB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,030	β_0	0,052	0,002	108,806	0,000
R^2	0,001					
R^2 ajustado	0,001	β_1	-0,010	0,003	22,895	0,000
Erro padrão da estimativa	0,093386					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, o PCB já possui, em média, 0,05% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que o PCB instalou ou não instalou um órgão local, ele perderia -0,010% de densidade. Uma vez que o partido vinha perdendo densidade junto ao eleitorado, o modelo estatístico constatou que o baixo número de unidades locais criadas por ano

nos municípios não influenciou no aumento da densidade da filiação ao partido, por isso o resultado foi um percentual negativo.

Em suma, foi possível constatar um declínio estrutural da densidade da filiação ao PCB. O partido concentrou sua filiação nos pequenos municípios, mas entre o início e o fim da série histórica, houve uma leve queda na filiação em quase todas as faixas populacionais, exceto nos municípios com mais de 500 mil habitantes, onde permaneceu estável. Apesar das pequenas variações positivas que ocorreram em Roraima e Tocantins – onde o partido registrou crescimento –, a tendência geral foi de retração da densidade. Ao final, a análise estatística apontou que, apesar da fraca correlação positiva, a criação de órgãos partidários do PCB não tem influência na sua densidade da filiação.

4.2.2 PCdoB

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi fundado em fevereiro de 1962 por um grupo de ex-integrantes do comitê-central do PCB, dentre os quais João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que se opunham ao grupo do secretário-geral do partido, Luís Carlos Prestes. Esse grupo rompeu com o comitê-central do partido após o V Congresso do partido realizado em 1960. Com a decisão da Conferência Nacional de 1961 de alterar o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, o grupo afastado realizou uma conferência nacional na qual organizou o novo partido, que posteriormente alinhou-se às ideias do Partido Comunista Chinês e do Partido Comunista da Albânia, para se distanciar do PCB, uma vez que este se identificava com o modelo soviético (PCdoB, s/d). Porém, o PCdoB foi habilitado pelo TSE para disputar eleições em maio de 1985, obtendo seu registro provisório em janeiro de 1987, e o registro definitivo em abril de 1988 (BRASIL. TSE. Res. nº 12.186/1985; Res. nº 13.609/1987; Res. nº 14.323/1988). Em maio de 2022, o TSE aprovou a formação da Federação Brasil da Esperança (FE BRASIL), entre PCdoB, PT e PV BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação Brasil da Esperança).

Tabela 9 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PCdoB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Dif.	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,48	0,48	0,47	0,49	0,48	0,50	0,49	0,31	0,29	0,29	0,27	0,41	-0,20	0,10
5 a 15 mil	0,38	0,38	0,37	0,37	0,38	0,38	0,38	0,28	0,27	0,27	0,26	0,34	-0,12	0,03
15 a 30 mil	0,30	0,30	0,30	0,31	0,32	0,31	0,31	0,27	0,27	0,26	0,25	0,29	-0,05	-0,02
30 a 50 mil	0,28	0,28	0,27	0,28	0,29	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,25	0,27	-0,03	-0,04
50 a 100 mil	0,23	0,23	0,22	0,23	0,24	0,24	0,23	0,24	0,24	0,24	0,23	0,23	-0,01	-0,08
100 a 250 mil	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,22	0,24	0,24	0,23	0,22	0,23	-0,01	-0,08
250 a 500 mil	0,22	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,23	0,23	0,22	0,21	0,22	-0,02	-0,09
Acima de 500 mil	0,21	0,23	0,22	0,22	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,20	0,22	-0,01	-0,09
Brasil	0,33	0,33	0,33	0,33	0,34	0,34	0,34	0,28	0,27	0,27	0,25	0,31	-0,08	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A média da densidade da filiação ao PCdoB, entre o início e o fim da série histórica, concentrou-se nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente até aqueles com mais de 500 mil habitantes, conforme mostra a Tabela 9.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PCdoB entre o início e o fim do período analisado revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde perdeu 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série.

PCdoB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com até 5 mil habitantes, filiou 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 250 mil habitantes, o partido filiou 0,1% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – os maiores desvios negativos.

Tabela 10 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PCdoB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	1,88	1,91	1,85	1,92	1,99	1,99	2,00	1,76	1,75	1,72	1,60	1,85	-0,28
AL	0,24	0,23	0,22	0,19	0,18	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,19	-0,09
AM	1,00	1,02	0,99	0,93	0,93	0,92	0,89	0,81	0,76	0,75	0,71	0,88	-0,29
AP	0,60	0,62	0,61	0,56	0,63	0,62	0,62	0,61	0,56	0,55	0,52	0,59	-0,09
BA	0,39	0,39	0,38	0,38	0,40	0,40	0,39	0,38	0,39	0,38	0,37	0,39	-0,02
CE	0,35	0,35	0,35	0,37	0,36	0,36	0,35	0,35	0,34	0,33	0,32	0,35	-0,04
DF	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,12	0,12	0,11	0,11	0,09	0,03
ES	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,23	0,23	0,21	0,20	0,20	0,19	0,22	-0,05
GO	0,41	0,43	0,44	0,44	0,42	0,43	0,43	0,39	0,34	0,33	0,32	0,40	-0,10
MA	0,42	0,43	0,42	0,52	0,61	0,62	0,61	0,62	0,65	0,64	0,61	0,56	0,19
MG	0,25	0,25	0,24	0,25	0,27	0,29	0,28	0,20	0,19	0,19	0,18	0,23	-0,07
MS	0,11	0,11	0,10	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,11	-0,01
MT	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,16	0,09	0,09	0,09	0,09	0,13	-0,08
PA	0,22	0,22	0,22	0,26	0,28	0,29	0,29	0,28	0,27	0,26	0,25	0,26	0,03
PB	0,37	0,37	0,36	0,38	0,38	0,37	0,37	0,27	0,28	0,28	0,26	0,34	-0,11
PE	0,21	0,21	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,20	0,21	0,21	0,20	0,21	-0,01
PI	0,70	0,70	0,68	0,64	0,60	0,59	0,58	0,50	0,47	0,47	0,45	0,58	-0,25
PR	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,14	0,14	0,14	0,12	0,12	0,12	0,14	-0,04
RJ	0,29	0,29	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,28	0,27	0,26	0,25	0,27	-0,04
RN	0,37	0,37	0,37	0,39	0,40	0,40	0,39	0,34	0,34	0,33	0,32	0,37	-0,06
RO	0,27	0,27	0,27	0,25	0,27	0,27	0,26	0,19	0,18	0,18	0,17	0,24	-0,10
RR	0,34	0,46	0,44	0,56	0,56	0,56	0,54	0,54	0,47	0,46	0,42	0,49	0,08
RS	0,22	0,22	0,22	0,23	0,24	0,23	0,23	0,18	0,16	0,16	0,15	0,20	-0,06
SC	0,10	0,10	0,10	0,14	0,16	0,18	0,18	0,15	0,14	0,14	0,13	0,14	0,03
SE	0,43	0,43	0,41	0,42	0,40	0,39	0,38	0,36	0,32	0,31	0,30	0,38	-0,13
SP	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,23	0,17	0,17	0,16	0,16	0,22	-0,10
TO	0,20	0,19	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,18	-0,04
Brasil	0,33	0,33	0,33	0,33	0,34	0,34	0,34	0,28	0,27	0,27	0,25	0,31	-0,08

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em boa parte dos estados e no DF, PCdoB obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 10. O partido registrou médias acima da média nacional em 12 estados. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Acre e DF, onde filiou, em cada, 1,8% e 0,09% do eleitorado. Nos demais estados, as médias situam-se abaixo 1% do eleitorado local filiado ao partido. Por região, PCdoB registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Acre e do Tocantins; no Nordeste, no Piauí e em Alagoas; no Centro-Oeste, em Goiás e no DF; no Sudeste, no Rio de

Janeiro e em São Paulo – ambos estão abaixo da média nacional –; e no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – também estão abaixo da média nacional.

PCdoB também registrou pequenas quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, com exceção de quatro e do DF. O Maranhão registrou o maior crescimento, alcançando 0,1%. Já a maior diferença negativa foi observada no Amazonas, onde alcançou -0,2%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PCdoB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R) no Quadro 5. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PCdoB no período analisado explica 5,2% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 5 – Modelo de regressão linear do PCdoB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,227	β_0	0,246	0,002	112,805	0,000
R^2	0,052					
R^2 ajustado	0,052	β_1	0,194	0,004	49,528	0,000
Erro padrão da estimativa	0,384377					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PCdoB já possui, em média, 0,24% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PCdoB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,19% de densidade local.

Em suma, constata-se que houve uma tendência de queda leve na densidade da filiação do PCdoB em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado em Roraima o maior crescimento. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ao contrário do PCB, a análise estatística apontou que, mesmo que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (5,2%), a criação de órgãos locais teve um papel fundamental na variação da densidade de filiação desse partido, pois um aumento de 0,19% à média da densidade local (0,24%) implica numa variação percentual de 78,8%, indicando que PCdoB depende da estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.3 PDT

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado por Leonel Brizola em meados de 1980. Ao voltar do exílio, em 1979, Brizola tentou refundar o extinto PTB. Porém, teve de enfrentar uma disputa com a ex-deputada federal Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, pelo controle da sigla. Em maio de 1980, o TSE decidiu a disputa em favor da ex-deputada, o que levou Brizola a organizar uma nova sigla que teria como base os princípios da *Carta de Lisboa*, documento elaborado ao final do “Encontro dos trabalhistas do Brasil com trabalhistas no exílio” - promovido pelo próprio Brizola na capital portuguesa em 1979 (GUANABARA, s/d). O PDT teve seu registro provisório deferido pelo TSE em agosto de 1980 e, de forma definitiva, em agosto de 1981 (BRASIL. TSE. Res. nº 10.899/1980; Res nº 11.123/1981).

Tabela 11 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PDT, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1,74	1,74	1,73	1,74	1,71	1,72	1,70	1,43	1,42	1,40	1,35	1,61	-0,39	0,62
5 a 15 mil	1,00	1,00	0,98	0,99	0,98	0,98	0,97	0,84	0,86	0,85	0,81	0,93	-0,19	-0,05
15 a 30 mil	0,76	0,75	0,74	0,74	0,73	0,72	0,71	0,64	0,66	0,66	0,62	0,70	-0,14	-0,28
30 a 50 mil	0,72	0,71	0,69	0,69	0,69	0,68	0,67	0,60	0,62	0,60	0,57	0,66	-0,14	-0,33
50 a 100 mil	0,68	0,67	0,65	0,65	0,65	0,64	0,63	0,56	0,58	0,57	0,54	0,62	-0,14	-0,36
100 a 250 mil	0,79	0,78	0,76	0,75	0,74	0,73	0,72	0,64	0,65	0,64	0,61	0,71	-0,19	-0,27
250 a 500 mil	0,70	0,68	0,66	0,66	0,65	0,64	0,62	0,57	0,58	0,58	0,55	0,63	-0,15	-0,36
Acima de 500 mil	0,67	0,66	0,65	0,64	0,63	0,62	0,61	0,54	0,54	0,53	0,50	0,60	-0,17	-0,38
Brasil	1,06	1,06	1,04	1,04	1,04	1,03	1,02	0,89	0,90	0,89	0,85	0,98	-0,21	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 11, a média da densidade da filiação ao PDT, entre o início e o fim da série histórica, concentrou-se nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes, cuja média foi maior do que aquela registrada nos municípios com mais de 15 mil e menos de 30 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PDT, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde PDT perdeu 0,4% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PDT também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 5 mil habitantes. Nestes, filiou 0,6% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por sua vez, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 0,4% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 12 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PDT, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,29	0,28	0,28	0,42	0,47	0,46	0,47	0,42	0,53	0,54	0,51	0,42	0,22
AL	0,50	0,50	0,48	0,52	0,50	0,50	0,49	0,43	0,44	0,44	0,42	0,47	-0,08
AM	0,58	0,57	0,56	0,52	0,51	0,52	0,51	0,44	0,45	0,44	0,41	0,50	-0,17
AP	3,01	3,07	2,97	3,07	2,89	3,00	2,96	2,65	2,58	2,71	2,61	2,86	-0,40
BA	0,46	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44	0,44	0,38	0,40	0,39	0,38	0,43	-0,08
CE	0,42	0,42	0,41	0,46	0,54	0,54	0,53	0,51	0,65	0,65	0,62	0,52	0,21
DF	0,57	0,55	0,54	0,56	0,56	0,54	0,53	0,51	0,51	0,50	0,47	0,53	-0,10
ES	1,00	0,99	0,97	0,96	0,99	0,98	0,96	0,84	0,88	0,88	0,83	0,94	-0,17
GO	0,66	0,65	0,65	0,73	0,78	0,77	0,76	0,73	0,82	0,81	0,78	0,74	0,12
MA	1,00	1,00	0,98	1,00	0,97	0,97	0,96	0,84	0,90	0,89	0,85	0,94	-0,15
MG	0,88	0,87	0,86	0,85	0,83	0,83	0,82	0,70	0,73	0,72	0,69	0,80	-0,19
MS	1,48	1,45	1,43	1,43	1,39	1,39	1,39	1,20	1,18	1,16	1,10	1,33	-0,37
MT	0,94	0,96	0,95	0,99	1,06	1,06	1,07	0,95	0,95	0,94	0,89	0,98	-0,05
PA	0,65	0,65	0,64	0,64	0,62	0,62	0,61	0,56	0,58	0,57	0,54	0,61	-0,11
PB	0,75	0,75	0,73	0,73	0,76	0,75	0,74	0,61	0,63	0,62	0,59	0,70	-0,16
PE	0,55	0,55	0,54	0,55	0,54	0,53	0,53	0,48	0,49	0,48	0,45	0,52	-0,10
PI	0,84	0,83	0,81	0,82	0,82	0,81	0,80	0,71	0,63	0,63	0,60	0,75	-0,24
PR	1,30	1,29	1,27	1,25	1,24	1,22	1,21	1,02	0,99	0,97	0,93	1,15	-0,38
RJ	1,47	1,44	1,42	1,39	1,35	1,33	1,31	1,12	1,11	1,08	1,02	1,28	-0,45
RN	0,70	0,70	0,69	0,71	0,71	0,71	0,70	0,58	0,53	0,53	0,51	0,64	-0,19
RO	1,00	1,01	1,01	1,09	1,11	1,14	1,15	1,06	1,08	1,07	1,02	1,07	0,02
RR	0,71	0,76	0,75	0,71	0,85	0,86	0,83	0,90	0,74	0,74	0,68	0,78	-0,03
RS	3,30	3,31	3,29	3,33	3,31	3,28	3,28	2,84	2,90	2,85	2,74	3,13	-0,56
SC	0,92	0,92	0,91	0,91	0,88	0,87	0,87	0,73	0,78	0,77	0,72	0,84	-0,20
SE	0,88	0,88	0,85	0,87	0,85	0,84	0,82	0,74	0,74	0,73	0,70	0,81	-0,18
SP	0,76	0,75	0,73	0,70	0,69	0,68	0,67	0,57	0,55	0,55	0,52	0,65	-0,23
TO	1,02	0,98	0,94	0,91	0,89	0,90	0,87	0,82	0,69	0,68	0,65	0,85	-0,37
Brasil	1,06	1,06	1,04	1,05	1,04	1,03	1,02	0,89	0,90	0,89	0,85	0,98	-0,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PDT obteve médias municipais abaixo da média nacional em 19 estados e no DF, de acordo com a Tabela 12. O partido registrou médias acima da média nacional em sete estados. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Rio Grande do Sul e Acre, onde filiou, em cada, 3,1% e 0,4% do eleitorado. Embora Amapá tenha registrado uma média de 2,8% do eleitorado, nos demais estados, as médias variaram entre 0,5% e 1% do eleitorado local filiado ao PDT. Por região, o partido obteve, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Amapá e do Acre; no Nordeste, no Maranhão e na Bahia – ambos ficaram abaixo da média nacional –; no Centro-Oeste, no Mato

Grosso do Sul e no DF; no Sudeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo; e no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

PDT também registrou pequenas quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, com exceção de Acre, Ceará, Goiás e Rondônia. Acre registrou o maior crescimento, alcançando 0,2%, aproximadamente. Já a maior diferença negativa foi observada no Rio Grande do Sul, atingindo -0,5%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PDT e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 6. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PDT no período analisado explica 1,6% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 6 – Modelo de regressão linear do PDT

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,126	β_0	0,854	0,007	131,295	0,000
R^2	0,016					
R^2 ajustado	0,016	β_1	0,316	0,010	31,065	0,000
Erro padrão da estimativa	1,223925					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PDT já possui, em média, 0,85% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PDT instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,31% de densidade local.

Assim como os outros partidos, o partido apresentou uma tendência de queda leve na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado no Acre o maior crescimento. PDT também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, com exceção

daqueles com mais de 500 mil habitantes. Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,6%), a análise estatística apontou que o impacto anual da criação de órgãos partidários locais no percentual de eleitores filiados foi relevante, pois um aumento/redução de 0,31% à média da densidade local (0,85%) implica numa variação percentual de 30%.

4.2.4 PL/PR

O atual Partido Liberal (PL) foi fundado pelo então deputado federal fluminense Álvaro Valle (PFL-RJ) (ARAÚJO; JORGE, s/d), tendo sido habilitado pelo TSE para concorrer às eleições em julho de 1989 (BRASIL. TSE. Res. nº 12.195/1985). Teve seus registros provisório e definitivo deferidos em, respectivamente, dezembro de 1986 e dezembro de 1987 (BRASIL. TSE. Res. nº 13.597/1987; Res. nº 14.074/1988). Em fevereiro de 2003, incorporou o PGT e o PST (BRASIL. TSE. Res. nº 21.374/2003). Por fim, fundiu-se com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), em dezembro de 2006, dando origem ao Partido da República (PR) (BRASIL. TSE. Res. nº 22.504/2006; Res. nº 22.523/2007). Em junho de 2019, volta a ser denominado de Partido Liberal (PL) (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Partido da República (PR) – Nacional).

Tabela 13 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PL/PR, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Dif.	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1,30	1,29	1,27	1,27	1,27	1,25	1,24	1,04	1,10	1,09	1,05	1,20	-0,26	0,43
5 a 15 mil	0,86	0,86	0,84	0,85	0,84	0,83	0,82	0,71	0,75	0,74	0,71	0,80	-0,15	0,03
15 a 30 mil	0,62	0,62	0,60	0,61	0,60	0,60	0,59	0,52	0,55	0,55	0,53	0,58	-0,09	-0,19
30 a 50 mil	0,57	0,56	0,55	0,54	0,54	0,53	0,52	0,46	0,48	0,47	0,46	0,52	-0,11	-0,26
50 a 100 mil	0,52	0,52	0,50	0,50	0,50	0,49	0,48	0,43	0,45	0,44	0,43	0,48	-0,10	-0,29
100 a 250 mil	0,54	0,54	0,52	0,51	0,52	0,50	0,49	0,45	0,46	0,45	0,44	0,49	-0,11	-0,28
250 a 500 mil	0,41	0,40	0,39	0,38	0,37	0,37	0,36	0,33	0,34	0,33	0,32	0,36	-0,09	-0,41
Acima de 500 mil	0,32	0,32	0,31	0,31	0,30	0,30	0,29	0,27	0,27	0,26	0,26	0,29	-0,06	-0,48
Brasil	0,83	0,82	0,81	0,81	0,81	0,80	0,79	0,69	0,73	0,72	0,69	0,77	-0,13	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A Tabela 13 mostra que a média da densidade da filiação ao PL, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes, cuja média foi minimamente maior do que aquela registrada nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PL, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde perdeu apenas 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PL também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,4% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes, o partido filiou 0,5% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 14 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PL/PR, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,28	0,27	0,27	0,26	0,47	0,46	0,44	0,47	0,45	0,45	0,43	0,39	0,15
AL	0,55	0,55	0,53	0,53	0,53	0,53	0,52	0,44	0,45	0,44	0,43	0,50	-0,12
AM	0,77	0,76	0,74	0,81	0,80	0,79	0,77	0,67	0,68	0,66	0,63	0,73	-0,14
AP	0,89	0,90	0,87	0,92	1,07	1,06	1,04	0,93	0,94	0,92	0,86	0,95	-0,03
BA	0,67	0,67	0,66	0,65	0,63	0,63	0,63	0,53	0,56	0,55	0,53	0,61	-0,14
CE	0,41	0,41	0,40	0,41	0,41	0,40	0,40	0,36	0,37	0,36	0,34	0,39	-0,07
DF	0,60	0,56	0,53	0,52	0,51	0,51	0,50	0,47	0,46	0,47	0,45	0,51	-0,15
ES	0,64	0,64	0,63	0,61	0,60	0,59	0,58	0,51	0,50	0,49	0,47	0,57	-0,17
GO	1,47	1,45	1,42	1,35	1,34	1,33	1,32	1,15	1,15	1,13	1,08	1,29	-0,39
MA	0,66	0,66	0,65	0,64	0,64	0,64	0,63	0,55	0,68	0,67	0,64	0,64	-0,02
MG	0,99	0,98	0,96	0,97	0,96	0,95	0,94	0,82	0,82	0,80	0,78	0,91	-0,21
MS	1,32	1,29	1,27	1,27	1,26	1,25	1,24	1,04	0,94	0,91	0,87	1,15	-0,44
MT	1,80	1,79	1,76	1,74	1,65	1,64	1,62	1,37	1,35	1,32	1,28	1,57	-0,52
PA	0,56	0,57	0,56	0,58	0,58	0,58	0,57	0,53	0,62	0,61	0,59	0,58	0,02
PB	0,87	0,87	0,84	0,85	0,82	0,82	0,80	0,72	0,77	0,77	0,73	0,81	-0,14
PE	0,48	0,48	0,47	0,46	0,44	0,44	0,43	0,39	0,38	0,37	0,36	0,43	-0,12
PI	0,73	0,74	0,72	0,73	0,71	0,70	0,70	0,59	0,62	0,62	0,59	0,68	-0,14
PR	0,79	0,79	0,77	0,78	0,80	0,79	0,78	0,66	0,74	0,73	0,71	0,76	-0,08
RJ	0,80	0,83	0,83	0,81	0,79	0,77	0,76	0,66	0,68	0,67	0,64	0,75	-0,16
RN	0,99	0,98	0,97	0,93	0,92	0,92	0,90	0,82	0,91	0,90	0,87	0,92	-0,12
RO	0,64	0,63	0,63	0,65	0,68	0,68	0,67	0,54	0,49	0,48	0,47	0,60	-0,17
RR	1,05	1,01	0,96	0,95	0,93	0,89	0,79	0,91	0,85	0,83	0,79	0,91	-0,26
RS	0,33	0,32	0,32	0,31	0,28	0,26	0,25	0,23	0,31	0,32	0,32	0,29	-0,01
SC	0,59	0,58	0,57	0,77	0,96	0,95	0,96	0,90	1,12	1,14	1,14	0,88	0,56
SE	0,76	0,75	0,73	0,70	0,65	0,65	0,64	0,57	0,63	0,62	0,59	0,66	-0,16
SP	0,75	0,73	0,72	0,73	0,73	0,72	0,72	0,62	0,68	0,67	0,66	0,70	-0,09
TO	1,47	1,47	1,44	1,47	1,44	1,45	1,43	1,22	1,16	1,15	1,11	1,35	-0,36
Brasil	0,83	0,82	0,81	0,81	0,81	0,80	0,79	0,69	0,73	0,72	0,69	0,77	-0,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PL obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 14, em 16 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em 10 estados. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, onde o PL filiou, em cada, 1,5% e 0,2% do eleitorado, aproximadamente. Além do primeiro, o partido registrou médias acima de 1% em Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. Nos demais estados e no DF, as médias variaram entre 0,3% e menos de 1%. Por região, o partido obteve, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Tocantins e do Acre; no Nordeste, no Rio Grande do Norte e

no Ceará; no Centro-Oeste, no Mato Grosso e no DF; no Sudeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo; e no Sul, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O PL sofreu pequenas quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, com exceção de Santa Catarina, Acre e Pará. No primeiro, o partido alcançou um crescimento de 0,5%, aproximadamente. Já a maior diferença negativa foi observada no Mato Grosso, estado com a maior média de filiados do partido, onde atingiu -0,5%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PL e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 7. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PL no período analisado explica 1% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 7 – Modelo de regressão linear do PL/PR

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,098	β_0	0,687	0,005	147,454	0,000
R^2	0,010					
R^2 ajustado	0,010	β_1	0,148	0,006	23,770	0,000
Erro padrão da estimativa	0,742401					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, o PL já possui, em média, 0,68% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PL instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,14% de densidade local.

Assim como os partidos analisados até agora, PL confirmou a tendência de queda ao longo da série histórica em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado em Santa Catarina o maior crescimento. O partido concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, salvo nos

municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes. Ainda que o poder preditivo da variável independente seja pequeno (1%), a análise estatística apontou que o impacto anual da criação de órgãos partidários locais no percentual de eleitores filiados foi relevante, pois um aumento/redução de 0,14% à média da densidade local (0,68%) implica numa variação percentual de 21,5%.

4.2.5 PMDB/MDB

O atual MDB foi criado em abril de 1980 com a denominação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao ter seu registro provisório deferido pelo TSE (BRASIL. TSE. Res. nº 10.841/1980). É o partido sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), extinto pela “reforma partidária” de 1979 (Lei nº 6.767/1979), implantada pelo governo militar. No ano seguinte, conseguiu seu registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 11.042/1981). Em 15 de maio de 2018, o TSE aprovou a mudança de denominação para MDB (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Movimento Democrático Brasileiro).

Tabela 15 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PMDB/ MDB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	4,57	4,60	4,57	4,52	4,38	4,38	4,35	3,79	3,80	3,75	3,59	4,21	-0,98	1,81
5 a 15 mil	2,52	2,52	2,48	2,48	2,42	2,40	2,38	2,06	2,08	2,04	1,95	2,30	-0,58	-0,10
15 a 30 mil	1,73	1,71	1,68	1,67	1,63	1,61	1,59	1,38	1,39	1,36	1,29	1,55	-0,44	-0,85
30 a 50 mil	1,57	1,56	1,53	1,52	1,50	1,48	1,45	1,27	1,29	1,26	1,20	1,42	-0,38	-0,98
50 a 100 mil	1,27	1,24	1,22	1,24	1,22	1,20	1,18	1,05	1,06	1,03	0,98	1,15	-0,28	-1,25
100 a 250 mil	1,39	1,36	1,33	1,32	1,28	1,25	1,22	1,09	1,08	1,06	1,00	1,22	-0,39	-1,19
250 a 500 mil	1,38	1,35	1,33	1,34	1,30	1,28	1,25	1,13	1,10	1,06	1,00	1,23	-0,38	-1,17
Acima de 500 mil	1,17	1,15	1,11	1,12	1,09	1,07	1,04	0,91	0,90	0,87	0,83	1,02	-0,34	-1,38
Brasil	2,63	2,63	2,60	2,59	2,52	2,50	2,48	2,16	2,17	2,13	2,03	2,40	-0,60	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 15, a média da densidade da filiação ao MDB, entre o início e o fim da série histórica, concentrou-se nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, salvo nos municípios com mais de 100 e menos de 500 mil habitantes, cuja média é superior àquela observada nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao MDB entre o início e o fim do período analisado revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios, ressalvadas as variações ao longo da série histórica. A maior diferença foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde MDB perdeu 1% de seus quadros, aproximadamente, em relação ao início da série.

MDB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 5 mil habitantes. Nestes, filiou 1,8% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 1,4% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente.

Tabela 16 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PMDB/MDB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	1,70	1,71	1,70	1,84	1,82	1,80	1,74	1,65	1,76	1,73	1,60	1,73	-0,10
AL	0,93	0,93	0,91	1,02	1,04	1,03	1,01	1,02	1,06	1,06	1,01	1,00	0,08
AM	1,02	1,01	0,98	1,10	1,13	1,12	1,08	0,95	1,09	1,06	1,01	1,05	-0,01
AP	1,59	1,65	1,62	1,67	1,61	1,54	1,50	1,72	1,58	1,60	1,53	1,60	-0,05
BA	1,15	1,15	1,13	1,11	1,06	1,06	1,05	0,88	0,85	0,83	0,79	1,00	-0,36
CE	0,89	0,87	0,86	0,86	0,83	0,82	0,81	0,73	0,76	0,75	0,71	0,81	-0,18
DF	1,31	1,24	1,18	1,14	1,14	1,12	1,07	1,00	1,02	1,12	1,06	1,13	-0,25
ES	1,71	1,69	1,67	1,68	1,65	1,64	1,61	1,39	1,35	1,35	1,25	1,55	-0,46
GO	5,13	5,13	5,11	4,90	4,68	4,64	4,61	3,92	3,75	3,69	3,51	4,46	-1,62
MA	1,33	1,34	1,32	1,25	1,21	1,20	1,18	1,02	1,01	1,00	0,95	1,16	-0,38
MG	2,05	2,05	2,03	2,04	2,01	2,00	1,98	1,72	1,70	1,66	1,59	1,89	-0,46
MS	3,32	3,27	3,20	3,12	3,03	3,01	2,98	2,54	2,51	2,44	2,31	2,88	-1,01
MT	2,52	2,51	2,47	2,44	2,33	2,32	2,29	1,91	2,02	1,98	1,89	2,24	-0,63
PA	1,48	1,48	1,46	1,54	1,51	1,50	1,50	1,32	1,52	1,48	1,41	1,47	-0,07
PB	2,87	2,84	2,76	2,61	2,44	2,42	2,39	2,09	1,96	1,92	1,82	2,37	-1,05
PE	0,87	0,86	0,85	0,85	0,85	0,85	0,83	0,69	0,74	0,72	0,68	0,80	-0,19
PI	2,09	2,10	2,05	2,04	1,97	1,95	1,92	1,77	1,96	1,94	1,85	1,97	-0,24
PR	3,21	3,19	3,13	3,07	2,97	2,92	2,90	2,42	2,38	2,33	2,22	2,79	-0,99
RJ	1,59	1,56	1,53	1,51	1,44	1,42	1,39	1,18	1,18	1,14	1,09	1,37	-0,50
RN	2,63	2,62	2,59	2,51	2,43	2,41	2,38	2,10	2,08	2,05	1,95	2,34	-0,67
RO	1,96	1,96	1,95	1,98	2,00	1,98	1,93	1,65	1,67	1,64	1,58	1,84	-0,38
RR	1,25	1,37	1,40	1,34	1,25	1,23	1,17	1,03	1,09	1,08	1,00	1,20	-0,25
RS	4,75	4,79	4,80	4,86	4,78	4,75	4,72	4,17	4,23	4,19	4,05	4,55	-0,69
SC	5,88	5,87	5,82	5,97	5,89	5,86	5,84	5,24	5,26	5,23	4,99	5,62	-0,88
SE	1,31	1,29	1,20	1,26	1,22	1,20	1,16	1,13	1,11	1,10	1,04	1,18	-0,27
SP	2,48	2,45	2,40	2,36	2,30	2,28	2,25	1,90	1,93	1,87	1,77	2,18	-0,71
TO	3,54	3,59	3,55	3,51	3,45	3,47	3,41	3,00	3,12	3,10	2,95	3,34	-0,59
Brasil	2,63	2,63	2,60	2,59	2,52	2,50	2,48	2,16	2,17	2,13	2,03	2,40	-0,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na maioria dos estados e no DF, MDB obteve médias municipais abaixo da média nacional, a maior dentre os partidos aqui analisados, como mostra a Tabela 16. O partido registrou médias acima da média nacional em seis estados. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Santa Catarina e Pernambuco, onde MDB filiou, em cada, 5,6% e 0,8% do eleitorado. Porém, na maioria dos estados e do DF, as médias situam-se na faixa de 1% do eleitorado local filiado ao partido, e em 10 estados, entre 2% e 4%. Por região, MDB registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Tocantins e Amazonas; no Nordeste, na Paraíba e no Pernambuco – ambos abaixo da média nacional –; no Centro-Oeste, em Goiás e no DF; no Sudeste, em São Paulo e no Rio

de Janeiro – também abaixo da média nacional –; e no Sul, em Santa Catarina e no Paraná – ambos acima da média nacional.

MDB também registrou pequenas quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em todos os estados, com exceção de Alagoas, onde o partido cresceu apenas 0,08%. A maior diferença negativa foi registrada em Goiás, onde alcançou - 1,6%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do MDB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2015 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 8. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do MDB no período analisado explica 2,7% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 8 – Modelo de regressão linear do PMDB/MDB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,164	β_0	1,749	0,019	91,056	0,000
R^2	0,027					
R^2 ajustado	0,027	β_1	0,798	0,023	35,189	0,000
Erro padrão da estimativa	2,155093					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, MDB já possui, em média, 1,74% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que MDB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,79% de densidade local.

Assim como os outros partidos, MDB seguiu a mesma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, com exceção de Alagoas, onde registrou um leve crescimento. O partido concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, salvo nos municípios com mais de

100 mil e menos de 500 mil habitantes. A queda mais acentuada foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (2,7%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao MDB foi importante, uma vez que o aumento/redução de 0,79% à média da densidade local (1,79%) implica numa variação percentual de 45,6%. Isso indica que MDB depende da estratégia de expansão territorial para manter sua base de filiados.

4.2.6 PMN/MOBILIZA

O Partido da Mobilização Nacional (PMN) obteve sua habilitação para concorrer às eleições em março de 1985 (BRASIL. TSE. Res. nº 12.180/1985). Fundado pelo mineiro Celso Brant, ex-ministro da Educação do governo Juscelino Kubitschek (Celso Brant, s/d), PMN obteve seu registro provisório junto ao TSE em setembro de 1987, e seu registro definitivo em junho de 1990 (BRASIL. TSE. Res. nº 14.064/1988; Res. nº 17.021/1990). Em dezembro de 2023, o TSE autorizou a mudança de denominação para Mobilização Nacional (MOBILIZA) (PLENÁRIO..., 2023).

Tabela 17 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PMN/MOBILIZA, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,40	0,38	0,37	0,36	0,34	0,33	0,31	0,25	0,23	0,23	0,22	0,31	-0,18	0,11
5 a 15 mil	0,28	0,27	0,26	0,25	0,24	0,23	0,22	0,19	0,17	0,17	0,16	0,22	-0,11	0,02
15 a 30 mil	0,22	0,21	0,20	0,20	0,20	0,20	0,19	0,17	0,16	0,15	0,15	0,19	-0,07	-0,02
30 a 50 mil	0,18	0,17	0,16	0,17	0,17	0,17	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,16	-0,04	-0,04
50 a 100 mil	0,16	0,16	0,15	0,16	0,16	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,14	-0,04	-0,06
100 a 250 mil	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,15	-0,04	-0,05
250 a 500 mil	0,16	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,14	-0,04	-0,06
Acima de 500 mil	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,11	-0,03	-0,09
Brasil	0,25	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22	0,21	0,18	0,17	0,17	0,16	0,20	-0,09	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 17, a média da densidade da filiação ao MOBILIZA, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes, cuja média foi minimamente maior do que aquela registrada nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao MOBILIZA, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde MOBILIZA perdeu apenas 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

MOBILIZA também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou apenas 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por sua vez, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,1% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 18 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PMN/MOBILIZA, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,36	0,32	0,30	0,28	0,25	0,25	0,23	0,24	0,21	0,20	0,20	0,26	-0,16
AL	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,24	0,23	0,24	0,24	0,24	0,22	0,24	-0,05
AM	0,28	0,27	0,27	0,31	0,34	0,34	0,33	0,31	0,28	0,27	0,25	0,29	-0,03
AP	0,21	0,22	0,21	0,18	0,28	0,26	0,27	0,26	0,21	0,21	0,19	0,23	-0,02
BA	0,20	0,20	0,20	0,19	0,17	0,15	0,14	0,13	0,12	0,11	0,11	0,16	-0,10
CE	0,18	0,18	0,18	0,16	0,15	0,13	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10	0,14	-0,08
DF	0,12	0,11	0,12	0,11	0,11	0,10	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,10	-0,03
ES	0,36	0,35	0,34	0,39	0,41	0,41	0,40	0,36	0,38	0,38	0,36	0,38	0,00
GO	0,21	0,20	0,19	0,17	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,15	-0,09
MA	0,33	0,32	0,32	0,33	0,32	0,32	0,32	0,26	0,25	0,25	0,24	0,30	-0,09
MG	0,30	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,26	0,22	0,21	0,21	0,20	0,25	-0,10
MS	0,25	0,23	0,22	0,21	0,22	0,21	0,20	0,19	0,17	0,17	0,16	0,20	-0,10
MT	0,25	0,23	0,21	0,20	0,18	0,17	0,17	0,15	0,14	0,13	0,13	0,18	-0,12
PA	0,13	0,12	0,12	0,13	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,01
PB	0,23	0,23	0,22	0,19	0,19	0,18	0,18	0,12	0,11	0,11	0,10	0,17	-0,13
PE	0,20	0,19	0,18	0,20	0,20	0,20	0,20	0,18	0,16	0,16	0,15	0,18	-0,05
PI	0,30	0,27	0,25	0,25	0,23	0,23	0,21	0,20	0,17	0,17	0,15	0,22	-0,14
PR	0,24	0,24	0,24	0,26	0,26	0,26	0,26	0,19	0,17	0,17	0,16	0,22	-0,08
RJ	0,26	0,25	0,24	0,23	0,21	0,20	0,20	0,20	0,19	0,18	0,17	0,21	-0,09
RN	0,45	0,44	0,42	0,40	0,35	0,35	0,34	0,32	0,29	0,28	0,27	0,35	-0,19
RO	0,24	0,24	0,24	0,25	0,27	0,26	0,27	0,25	0,23	0,22	0,21	0,24	-0,04
RR	0,41	0,41	0,39	0,35	0,34	0,33	0,31	0,29	0,27	0,27	0,25	0,33	-0,16
RS	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,00
SC	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	-0,01
SE	0,29	0,28	0,26	0,27	0,28	0,28	0,27	0,27	0,25	0,24	0,24	0,27	-0,05
SP	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,12	-0,05
TO	0,32	0,31	0,30	0,31	0,32	0,32	0,29	0,28	0,22	0,21	0,20	0,28	-0,13
Brasil	0,25	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22	0,21	0,18	0,17	0,17	0,16	0,20	-0,09

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

MOBILIZA obteve médias municipais acima da média nacional, de acordo com a Tabela 18, em 15 estados. No entanto, o partido registrou médias abaixo da média nacional em 11 estados e no DF. Em todos os estados e no DF, as médias variaram abaixo de 0,5% do eleitorado filiado ao MOBILIZA. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, onde filiou, em cada, 0,3% e 0,02% do eleitorado, aproximadamente. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Roraima e do Pará; no Nordeste, no Rio Grande do Norte e no Ceará; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no DF – ambos estão abaixo da

média nacional; no Sudeste, no Espírito Santo e em São Paulo; e no Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

MOBILIZA sofreu pequenas quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, com exceção do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, onde o partido manteve a densidade estável, e no Pará, onde cresceu apenas 0,01%. A maior diferença negativa foi observada no Rio Grande do Norte, alcançando -0,2%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do MOBILIZA e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 9. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do MOBILIZA no período analisado explica 3,7% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 9 – Modelo de regressão linear do PMN

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,192	β_0	0,173	0,001	116,692	0,000
R^2	0,037					
R^2 ajustado	0,037	β_1	0,121	0,003	39,593	0,000
Erro padrão da estimativa	0,263048					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, MOBILIZA já possui, em média, 0,17% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que o partido instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,12% de densidade local.

Em suma, assim como os partidos vistos anteriormente, MOBILIZA apresentou a mesma tendência de queda leve na densidade da filiação em quase todos os municípios e em quase todos os estados, com exceção de Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, especialmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional

dos municípios, com exceção daqueles com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes. Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (3,7%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao MOBILIZA foi fundamental, uma vez que o aumento/redução de 0,12% à média da densidade local (17%) implica numa variação percentual de 69,9%. Isso indica que MOBILIZA depende da estratégia de expansão territorial para ampliar sua base de filiados.

4.2.7 PP/PROGRESSISTAS

O atual Progressistas foi fundado em setembro de 1995 a partir da fusão entre o Partido Progressista Reformador (PPR) e o Partido Progressista (PP), que deu origem ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) (BRASIL. TSE. Res. nº 19.386/1995). Em abril de 2003, o PPB mudou a denominação para Partido Progressista (PP). Por fim, em março de 2018, o TSE aprovou a alteração de denominação do PP para Progressistas (PROGRESSISTAS, 2017).

Tabela 19 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PP/Progressistas, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	3,07	3,09	3,08	3,06	2,95	2,95	2,93	2,48	2,59	2,57	2,47	2,84	-0,60	1,27
5 a 15 mil	1,60	1,60	1,58	1,57	1,54	1,52	1,52	1,28	1,36	1,34	1,28	1,47	-0,32	-0,10
15 a 30 mil	1,12	1,11	1,09	1,08	1,06	1,05	1,03	0,90	0,95	0,93	0,89	1,02	-0,23	-0,55
30 a 50 mil	1,01	1,00	0,98	0,97	0,95	0,93	0,92	0,80	0,84	0,83	0,78	0,91	-0,23	-0,66
50 a 100 mil	0,94	0,93	0,91	0,89	0,88	0,86	0,85	0,74	0,76	0,75	0,71	0,84	-0,23	-0,73
100 a 250 mil	0,80	0,78	0,77	0,75	0,74	0,73	0,71	0,63	0,64	0,62	0,59	0,70	-0,22	-0,87
250 a 500 mil	0,84	0,81	0,79	0,78	0,75	0,75	0,72	0,65	0,65	0,63	0,60	0,72	-0,24	-0,85
Acima de 500 mil	0,55	0,54	0,52	0,51	0,51	0,49	0,48	0,43	0,43	0,42	0,40	0,48	-0,15	-1,09
Brasil	1,71	1,71	1,69	1,68	1,64	1,63	1,61	1,38	1,45	1,43	1,37	1,57	-0,34	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 19, a média da densidade da filiação ao Progressistas, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 250 mil habitantes e menos de 500 mil habitantes, cuja média foi minimamente maior do que aquela registrada nos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao Progressistas, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde o Progressistas perdeu apenas 0,6% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

Progressistas também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 5 mil habitantes. Nestes, filiou 1,3% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por sua vez, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 1,1% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 20 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PP/Progressistas, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	1,28	1,27	1,24	1,29	1,25	1,24	1,20	1,08	1,38	1,37	1,32	1,27	0,03
AL	0,91	0,91	0,89	0,87	0,88	0,89	0,87	0,80	1,00	0,99	0,96	0,91	0,05
AM	0,76	0,75	0,73	0,77	0,82	0,81	0,79	0,74	0,94	0,92	0,86	0,81	0,09
AP	1,14	1,14	1,16	1,29	1,17	1,32	1,33	1,23	1,33	1,31	1,26	1,24	0,12
BA	0,80	0,80	0,78	0,77	0,77	0,76	0,76	0,66	0,74	0,73	0,70	0,75	-0,09
CE	0,69	0,67	0,66	0,66	0,66	0,65	0,64	0,57	0,61	0,60	0,57	0,64	-0,12
DF	0,73	0,68	0,65	0,64	0,63	0,66	0,82	0,80	0,79	0,76	0,72	0,71	-0,01
ES	1,24	1,22	1,21	1,18	1,18	1,18	1,18	0,98	1,06	1,06	1,01	1,14	-0,23
GO	2,15	2,13	2,10	2,05	1,93	1,92	1,91	1,62	1,77	1,75	1,68	1,91	-0,47
MA	0,91	0,92	0,90	0,90	0,88	0,88	0,86	0,74	0,79	0,79	0,75	0,85	-0,16
MG	1,24	1,23	1,21	1,18	1,15	1,15	1,13	0,95	0,98	0,96	0,92	1,10	-0,33
MS	1,07	1,06	1,04	1,02	0,98	0,97	0,98	0,79	0,82	0,81	0,80	0,94	-0,27
MT	1,46	1,45	1,44	1,40	1,37	1,41	1,41	1,18	1,23	1,22	1,17	1,34	-0,29
PA	0,62	0,62	0,61	0,59	0,57	0,57	0,56	0,49	0,51	0,50	0,47	0,56	-0,15
PB	1,05	1,05	1,03	1,01	0,98	0,96	0,95	0,79	0,87	0,86	0,82	0,94	-0,24
PE	0,87	0,87	0,85	0,84	0,82	0,81	0,80	0,63	0,67	0,65	0,62	0,77	-0,25
PI	1,18	1,19	1,16	1,20	1,25	1,25	1,25	1,16	1,44	1,43	1,39	1,26	0,21
PR	1,72	1,70	1,67	1,64	1,60	1,58	1,58	1,31	1,37	1,34	1,29	1,53	-0,43
RJ	1,00	0,98	0,96	0,97	0,97	0,96	0,94	0,81	0,85	0,83	0,79	0,91	-0,21
RN	1,22	1,23	1,20	1,20	1,14	1,14	1,13	0,97	1,02	1,01	0,96	1,11	-0,26
RO	1,16	1,25	1,28	1,31	1,33	1,33	1,32	1,12	1,14	1,15	1,12	1,23	-0,05
RR	1,45	1,44	1,36	1,52	1,49	1,55	1,43	1,64	1,48	1,46	1,37	1,47	-0,07
RS	4,66	4,70	4,72	4,77	4,69	4,66	4,62	4,10	4,17	4,14	4,00	4,48	-0,66
SC	4,24	4,23	4,18	4,19	4,04	4,02	3,99	3,39	3,52	3,46	3,28	3,87	-0,96
SE	1,03	1,03	0,97	0,96	0,77	0,76	0,74	0,74	0,84	0,83	0,82	0,86	-0,21
SP	1,41	1,39	1,37	1,33	1,27	1,26	1,25	0,99	1,02	0,99	0,94	1,20	-0,47
TO	2,27	2,31	2,29	2,25	2,20	2,21	2,17	1,75	1,80	1,77	1,69	2,06	-0,59
Brasil	1,71	1,71	1,69	1,68	1,64	1,63	1,61	1,38	1,45	1,43	1,37	1,57	-0,34

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados TSE

Progressistas obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 20, em 22 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional apenas em quatro estados. Nos três primeiros, elas variaram entre 2% e 4% do eleitorado local filiado ao Progressistas. Em 12 estados, as médias variaram na faixa de 1% do eleitorado; e em outros 12, as médias variaram entre mais de 0,5% e menos de 1%. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Rio Grande do Sul e Pará, onde Progressistas filiou, em cada, 4,5% e 0,5% do eleitorado, aproximadamente. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Tocantins e do Pará; no Nordeste, no Piauí e no Ceará – ambos ficaram abaixo da média nacional; no Centro-Oeste, em Goiás e no DF; no Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Progressistas sofreu quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 21 estados e no DF. Em cinco estados, o partido obteve leves ganhos, sendo o maior observado no Piauí, um ganho de 0,2% na densidade. A maior diferença foi observada em Santa Catarina, onde ele perdeu quase 1% do eleitorado filiado, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do Progressistas e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 10. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do Progressistas no período analisado explica 0,5% da variação da densidade da filiação a esse partido. Esse baixo percentual pode ser explicado em virtude que o Progressistas, desde o início da série histórica, já possuía um alto percentual médio de eleitores filiados nos municípios brasileiros e o manteve ao longo do período.

Quadro 10 – Modelo de regressão linear do PP/Progressistas

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,069	β_0	1,435	0,011	132,441	0,000
R^2	0,005					
R^2 ajustado	0,005	β_1	0,254	0,015	17,136	0,000
Erro padrão da estimativa	1,822228					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, Progressistas já possui, em média, 1,43% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que Progressistas instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,25% de densidade local.

Assim como os outros partidos, o partido apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado no Piauí o maior crescimento. Progressistas também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, principalmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre

a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, com exceção daqueles entre 250 mil e 500 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (0,5%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao Progressistas foi moderado, uma vez que o aumento/redução de 0,25% à média da densidade local (1,43%) implica numa variação percentual de 17,7%. Isso pode indicar que Progressistas utiliza outras estratégias para manter sua base de filiados, além da expansão territorial de seus órgãos.

4.2.8 PPS/CIDADANIA

O atual CIDADANIA foi fundado em março de 1922 como Partido Comunista do Brasil (PCB), e passou boa parte da primeira metade do século XX como uma organização ilegal, até obter seu registro definitivo junto ao TSE em outubro de 1945, por meio do qual pôde disputar a eleição constituinte de 1945 e as eleições estaduais de 1947 (BRASIL. TSE. Res. nº 324/1945). Porém, em 1947, o TSE cancelou o registro do PCB que só veio a ser reabilitado em maio de 1985 (BRASIL. TSE. Res. nº 1.841/1947; Res. nº 12.177/1985). Ainda em 1961, uma conferência nacional aprovou a mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro, alegando que o termo “Do Brasil” evocava um vínculo com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), motivo pelo qual o TSE cancelou seu registro em 1947 (PCdoB, s/d).

O PCB teve seu registro provisório deferido em março de 1987. Seu registro definitivo foi deferido pelo TSE em novembro de 1989 (BRASIL. TSE. Res. nº 14.026/1987; Res. nº 16.285/1990). Durante o X Congresso Extraordinário do partido realizado em junho de 1992, sob a presidência do então deputado federal Roberto Freire, o PCB realizou uma alteração do nome e da sigla para Partido Popular Socialista (PPS), bem como reformas programáticas e organizacionais (PPS, s/d).

Em setembro de 2019, o TSE aprovou a alteração de nome do PPS para CIDADANIA (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Partido Popular Socialista – Nacional). E em maio de 2022, o TSE aprovou a formação de uma federação entre o CIDADANIA e o PSDB (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação PSDB CIDADANIA).

Tabela 21 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PPS/CIDADANIA, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1	0,99	0,98	0,48	0,92	0,92	0,91	0,69	0,69	0,68	0,65	0,81	-0,35	0,33
5 a 15 mil	0,6	0,59	0,58	0,28	0,56	0,56	0,55	0,44	0,44	0,45	0,42	0,5	-0,18	0,02
15 a 30 mil	0,43	0,42	0,41	0,20	0,40	0,40	0,39	0,33	0,33	0,34	0,32	0,36	-0,11	-0,12
30 a 50 mil	0,34	0,33	0,32	0,16	0,33	0,32	0,31	0,28	0,29	0,28	0,27	0,29	-0,07	-0,19
50 a 100 mil	0,32	0,31	0,30	0,15	0,30	0,29	0,29	0,26	0,27	0,26	0,25	0,27	-0,07	-0,21
100 a 250 mil	0,27	0,26	0,25	0,12	0,25	0,24	0,24	0,22	0,24	0,23	0,22	0,23	-0,05	-0,25
250 a 500 mil	0,24	0,23	0,22	0,11	0,22	0,22	0,21	0,20	0,20	0,20	0,19	0,20	-0,05	-0,28
Acima de 500 mil	0,24	0,24	0,23	0,12	0,23	0,22	0,22	0,20	0,20	0,20	0,19	0,21	-0,06	-0,28
Brasil	0,58	0,57	0,56	0,27	0,54	0,54	0,53	0,43	0,44	0,43	0,41	0,48	-0,16	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 21, é possível constatar a média da densidade da filiação ao CIDADANIA, entre o início e o fim do período analisado, esteve concentrada nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, salvo pelos municípios com mais de 500 mil habitantes, cuja média é superior àquela observada nos municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao CIDADANIA entre o início e o fim da série histórica revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios, ressalvadas as variações ao longo da série histórica. A maior diferença foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde CIDADANIA perdeu apenas 0,3% de eleitores, aproximadamente, em relação ao início do período analisado.

CIDADANIA também registrou leves desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo aqueles com até 15 mil habitantes. Nos municípios com até 5 mil habitantes, filiou 0,3% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 250 mil habitantes, o partido filiou 0,3% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 22 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PPS/CIDADANIA, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,40	0,40	0,39	0,18	0,34	0,34	0,33	0,27	0,24	0,23	0,22	0,30	-0,18
AL	0,35	0,35	0,34	0,18	0,41	0,40	0,39	0,35	0,35	0,35	0,29	0,34	-0,06
AM	0,61	0,60	0,58	0,29	0,59	0,58	0,56	0,48	0,46	0,45	0,42	0,51	-0,19
AP	0,54	0,54	0,51	0,26	0,47	0,52	0,50	0,47	0,47	0,46	0,44	0,47	-0,10
BA	0,18	0,18	0,18	0,09	0,17	0,17	0,17	0,13	0,12	0,12	0,11	0,15	-0,07
CE	0,57	0,56	0,55	0,27	0,52	0,51	0,51	0,42	0,42	0,41	0,39	0,47	-0,19
DF	0,22	0,26	0,25	0,12	0,25	0,24	0,23	0,21	0,21	0,20	0,20	0,22	-0,02
ES	0,59	0,58	0,57	0,29	0,56	0,55	0,55	0,47	0,54	0,54	0,51	0,52	-0,08
GO	0,52	0,51	0,50	0,25	0,55	0,54	0,53	0,43	0,51	0,50	0,48	0,48	-0,03
MA	0,41	0,41	0,40	0,19	0,38	0,38	0,37	0,32	0,30	0,30	0,29	0,34	-0,12
MG	0,49	0,48	0,48	0,24	0,48	0,47	0,47	0,38	0,39	0,38	0,37	0,42	-0,12
MS	0,52	0,51	0,50	0,25	0,48	0,48	0,47	0,40	0,37	0,36	0,34	0,42	-0,18
MT	1,45	1,44	1,42	0,68	1,28	1,27	1,26	1,00	0,91	0,90	0,86	1,13	-0,59
PA	0,32	0,31	0,31	0,15	0,32	0,32	0,32	0,28	0,28	0,28	0,26	0,29	-0,06
PB	0,47	0,47	0,46	0,21	0,42	0,41	0,41	0,33	0,55	0,54	0,52	0,44	0,04
PE	0,26	0,25	0,25	0,12	0,25	0,24	0,24	0,20	0,20	0,20	0,19	0,22	-0,07
PI	0,87	0,86	0,84	0,41	0,75	0,75	0,74	0,60	0,57	0,56	0,54	0,68	-0,33
PR	0,71	0,70	0,69	0,35	0,68	0,67	0,67	0,58	0,60	0,59	0,56	0,62	-0,15
RJ	0,37	0,37	0,36	0,18	0,36	0,35	0,36	0,32	0,33	0,32	0,31	0,33	-0,07
RN	0,51	0,48	0,47	0,22	0,45	0,45	0,45	0,39	0,37	0,37	0,35	0,41	-0,16
RO	0,51	0,50	0,50	0,23	0,43	0,42	0,41	0,30	0,29	0,28	0,27	0,38	-0,25
RR	0,69	0,72	0,70	0,43	0,94	0,93	0,91	0,95	1,00	0,99	0,95	0,84	0,25
RS	0,51	0,51	0,50	0,25	0,50	0,50	0,49	0,36	0,35	0,34	0,33	0,42	-0,19
SC	0,85	0,83	0,81	0,39	0,75	0,74	0,73	0,51	0,51	0,50	0,47	0,64	-0,38
SE	0,75	0,75	0,73	0,37	0,70	0,70	0,68	0,63	0,63	0,62	0,59	0,65	-0,16
SP	0,69	0,68	0,67	0,33	0,66	0,66	0,65	0,55	0,55	0,53	0,51	0,59	-0,18
TO	0,84	0,85	0,85	0,41	0,81	0,80	0,77	0,69	0,72	0,71	0,69	0,74	-0,16
Bra sil	0,58	0,57	0,56	0,27	0,54	0,54	0,53	0,43	0,44	0,43	0,41	0,48	-0,16

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

CIDADANIA obteve médias municipais acima da média nacional em 11 estados, conforme observado na Tabela 22. Por outro lado, o partido registrou médias abaixo da média nacional na maioria dos estados e no DF. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Mato Grosso e Bahia, onde CIDADANIA possuiu em seus quadros, em cada, 1,1% e 0,15% dos eleitorados mato-grossense e baiano. Por região, CIDADANIA alcançou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Roraima e do Pará; no Nordeste, no Piauí e na Bahia; no Centro-Oeste, no Mato Grosso e no DF; no

Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e no Sul, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Por sua vez, CIDADANIA registrou leves quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, salvo em Roraima e na Paraíba, onde obteve crescimento de, respectivamente, 0,2% e 0,04%. A maior diferença negativa foi registrada no Mato Grosso, onde alcançou -0,5%.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do CIDADANIA e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 11. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do CIDADANIA no período analisado explica 1,4% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 11 – Modelo de regressão linear do PPS/Cidadania

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,117	β_0	0,428	0,003	137,816	0,000
R^2	0,014					
R^2 ajustado	0,014	β_1	0,145	0,005	27,908	0,000
Erro padrão da estimativa	0,586749					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, o CIDADANIA já possui, em média, 0,42% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que CIDADANIA instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,14% de densidade local.

Assim como os outros partidos, o partido apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, salvo na Paraíba e em Roraima, onde o partido registrou o maior crescimento. CIDADANIA também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional

dos municípios, com exceção daqueles com mais de 500 mil habitantes. A análise estatística apontou que o impacto anual da estrutura partidária local no percentual de eleitores filiados foi relevante.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,4%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao CIDADANIA foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,14% à média da densidade local (0,42%) implica numa variação percentual de 33,8%, indicando que CIDADANIA adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.9 PRB/REPUBLICANOS

O atual REPUBLICANOS obteve seu registro definitivo em maio de 2005, ainda sob a denominação de Partido Municipalista Renovador (PMR) (BRASIL. TSE. Res. nº 22.072/2005). Em novembro do mesmo ano, alterou sua denominação para Partido Republicano Brasileiro (PRB) (BRASIL. TSE. Res. nº 22.167/2005). Em agosto de 2019, o min. Jorge Mussi do TSE aprovou, em tutela de urgência, a mudança de denominação do PRB para REPUBLICANOS, confirmada pelo Egrégio Tribunal em setembro de 2020 (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: REPUBLICANOS – Nacional).

Tabela 23 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PRB/REPUBLICANOS, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,61	0,61	0,58	0,67	0,69	0,69	0,69	0,48	0,58	0,57	0,54	0,61	-0,08	0,27
5 a 15 mil	0,36	0,36	0,36	0,38	0,41	0,40	0,39	0,33	0,39	0,39	0,37	0,38	0,01	0,03
15 a 30 mil	0,25	0,25	0,24	0,26	0,29	0,28	0,28	0,28	0,32	0,32	0,31	0,28	0,06	-0,07
30 a 50 mil	0,20	0,20	0,19	0,22	0,24	0,24	0,23	0,25	0,28	0,29	0,28	0,24	0,08	-0,11
50 a 100 mil	0,18	0,18	0,18	0,20	0,22	0,22	0,21	0,23	0,26	0,27	0,26	0,22	0,08	-0,13
100 a 250 mil	0,16	0,17	0,17	0,18	0,20	0,21	0,20	0,21	0,24	0,24	0,24	0,20	0,08	-0,14
250 a 500 mil	0,19	0,21	0,21	0,22	0,23	0,23	0,22	0,23	0,24	0,25	0,25	0,23	0,05	-0,12
Acima de 500 mil	0,22	0,23	0,22	0,23	0,24	0,24	0,23	0,25	0,24	0,25	0,25	0,24	0,03	-0,11
Brasil	0,31	0,30	0,30	0,34	0,37	0,37	0,36	0,32	0,38	0,38	0,37	0,34	0,06	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 23, a média da densidade da filiação ao REPUBLICANOS, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, com exceção daqueles com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, cuja média foi minimamente maior do que aquela observada nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes; e daqueles com mais de 500 mil habitantes, cuja média foi igual àquela registrada nos municípios com mais de 30 mil e menos de 50 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao REPUBLICANOS, entre o início e o fim do período analisado, revelou um leve crescimento em quase todos os tipos de municípios, salvo naqueles com menos de 5 mil habitantes, onde o partido perdeu apenas 0,1% de filiados, aproximadamente. O maior crescimento foi observado nos municípios com mais de 30 mil e menos de 250 mil habitantes, onde o REPUBLICANOS ganhou apenas 0,1% de filiados, aproximadamente.

REPUBLICANOS também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com menos de 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,3% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,14% de eleitores a menos do que a média nacional – o maior desvio negativo observado.

Tabela 24 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PRB/REPUBLICANOS, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,20	0,20	0,19	0,18	0,28	0,28	0,27	0,23	0,28	0,27	0,26	0,24	0,06
AL	0,24	0,24	0,24	0,27	0,35	0,35	0,33	0,32	0,34	0,34	0,33	0,30	0,08
AM	0,27	0,28	0,27	0,28	0,30	0,30	0,29	0,90	1,02	1,00	0,94	0,53	0,67
AP	0,62	0,63	0,61	0,66	0,60	0,60	0,58	0,67	0,95	0,92	0,87	0,70	0,25
BA	0,26	0,27	0,27	0,29	0,30	0,30	0,30	0,28	0,31	0,31	0,30	0,29	0,04
CE	0,29	0,29	0,28	0,28	0,27	0,27	0,26	0,25	0,24	0,25	0,26	0,27	-0,04
DF	0,07	0,09	0,11	0,12	0,13	0,13	0,18	0,22	0,21	0,21	0,21	0,15	0,14
ES	0,17	0,17	0,17	0,19	0,21	0,21	0,21	0,19	0,34	0,35	0,33	0,23	0,16
GO	0,41	0,40	0,39	0,42	0,46	0,46	0,46	0,37	0,43	0,43	0,41	0,42	0,00
MA	0,39	0,39	0,39	0,40	0,42	0,42	0,41	0,39	0,47	0,47	0,45	0,42	0,06
MG	0,35	0,34	0,34	0,38	0,43	0,42	0,41	0,35	0,40	0,40	0,38	0,38	0,04
MS	0,62	0,61	0,60	0,58	0,61	0,61	0,61	0,58	0,52	0,53	0,52	0,58	-0,10
MT	0,31	0,31	0,31	0,33	0,40	0,40	0,39	0,32	0,41	0,42	0,40	0,36	0,09
PA	0,33	0,32	0,31	0,39	0,41	0,41	0,40	0,41	0,42	0,42	0,40	0,38	0,07
PB	0,37	0,37	0,36	0,41	0,41	0,41	0,41	0,34	0,45	0,45	0,44	0,40	0,07
PE	0,15	0,14	0,14	0,14	0,16	0,16	0,16	0,14	0,19	0,19	0,19	0,16	0,04
PI	0,39	0,39	0,38	0,38	0,38	0,38	0,37	0,31	0,41	0,41	0,39	0,38	0,00
PR	0,29	0,30	0,29	0,30	0,30	0,28	0,28	0,20	0,24	0,24	0,24	0,27	-0,06
RJ	0,20	0,20	0,19	0,20	0,22	0,23	0,22	0,22	0,26	0,26	0,25	0,22	0,06
RN	0,29	0,28	0,28	0,30	0,33	0,33	0,32	0,28	0,40	0,40	0,38	0,33	0,10
RO	0,19	0,18	0,18	0,21	0,26	0,32	0,32	0,27	0,39	0,39	0,37	0,28	0,18
RR	0,51	0,55	0,52	0,57	0,58	0,57	0,54	0,57	0,70	0,76	0,85	0,61	0,34
RS	0,18	0,19	0,19	0,31	0,38	0,41	0,40	0,28	0,36	0,37	0,35	0,31	0,16
SC	0,28	0,27	0,26	0,28	0,36	0,36	0,36	0,23	0,26	0,26	0,25	0,29	-0,03
SE	0,36	0,36	0,35	0,40	0,38	0,38	0,37	0,34	0,35	0,42	0,40	0,37	0,04
SP	0,25	0,25	0,25	0,31	0,35	0,34	0,33	0,32	0,40	0,41	0,40	0,33	0,15
TO	0,45	0,45	0,44	0,60	0,66	0,66	0,64	0,56	0,54	0,54	0,52	0,55	0,06
Brasil	0,31	0,30	0,30	0,34	0,37	0,37	0,36	0,32	0,38	0,38	0,37	0,34	0,06

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

REPUBLICANOS obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 24, em 13 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em outros 13 estados. A maior e a menor médias foram observadas, respectivamente, no Amapá e no DF, onde filiou, em média, 0,7% e 0,15% do eleitorado local. Além do Amapá, as médias variaram acima de 0,5% em Roraima, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Amazonas. Nos demais estados e no DF, elas variaram entre 0,1% e menos de 0,5% do eleitorado local filiado REPUBLICANOS.

Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Amapá e no Acre; no Nordeste, no Maranhão e Pernambuco; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no DF; no

Sudeste, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Rio Grande do Sul e no Paraná – ambos ficaram abaixo da média nacional.

REPUBLICANOS registrou leves crescimentos na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 22 estados e no DF. Em Goiás e no Piauí, apesar das variações ao longo do período, o partido manteve-se estável na diferença do percentual de eleitores filiados entre 2012 e 2022. Apenas em Santa Catarina, Ceará, Paraná e Mato Grosso do Sul, o partido sofreu leves quedas, sendo a maior observado neste último, de apenas 0,1%. Por outro lado, o maior crescimento foi observado no Amazonas, onde REPUBLICANOS ganhou 0,7% do eleitorado local, aproximadamente, a despeito das variações ao longo da série histórica.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do REPUBLICANOS e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 12. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do REPUBLICANOS no período analisado explica 0,9% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 12 – Modelo de regressão linear do PRB/REPUBLICANOS

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,096	β_0	0,300	0,003	93,900	0,000
R^2	0,009					
R^2 ajustado	0,009	β_1	0,094	0,004	20,964	0,000
Erro padrão da estimativa	0,485333					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, REPUBLICANOS já possui, em média, 0,3% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que REPUBLICANOS instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,09% de densidade local.

Ao contrário de outros partidos, REPUBLICANOS seguiu uma tendência de crescimento leve na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais,

embora tenha sofrido retração nos municípios com menos de 5 mil habitantes. O partido também registrou crescimento em quase todos os estados, com exceção de Santa Catarina, Ceará, Paraná e Mato Grosso do Sul. O maior crescimento foi observado no Amazonas. O partido também concentrou sua filiação nos municípios menores, em especial naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, com exceção daqueles com mais de 250 mil e menos 500 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido muito pequeno (0,9%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao REPUBLICANOS foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,09% à média da densidade local (0,3%) implica numa variação percentual de 31,3%, indicando que REPUBLICANOS adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.10 PRTB

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) obteve seu registro provisório junto ao TSE em janeiro de 1995 (BRASIL. TSE. Res. nº 19.222/1995). Fundado por Levy Fidélis, que deixou o PTR quando de sua fusão com o PST em 1993 (PRTB, s/d), o PRTB teve seu registro definitivo deferido em 1997 (BRASIL. TSE. Res. nº 20.031/1997).

Tabela 25 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PRTB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,49	0,49	0,49	0,46	0,46	0,45	0,44	0,28	0,26	0,26	0,25	0,39	-0,24	0,21
5 a 15 mil	0,29	0,29	0,28	0,27	0,28	0,28	0,27	0,18	0,17	0,17	0,16	0,24	-0,13	0,05
15 a 30 mil	0,19	0,19	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,12	0,13	0,13	0,12	0,16	-0,07	-0,03
30 a 50 mil	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,13	0,13	0,10	0,11	0,11	0,10	0,12	-0,03	-0,07
50 a 100 mil	0,10	0,10	0,10	0,09	0,10	0,10	0,10	0,08	0,10	0,09	0,09	0,10	-0,01	-0,09
100 a 250 mil	0,10	0,10	0,09	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	-0,01	-0,10
250 a 500 mil	0,08	0,08	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,00	-0,11
Acima de 500 mil	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,00	-0,13
Brasil	0,22	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,15	0,15	0,15	0,14	0,19	-0,08	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

Conforme a Tabela 25, a média da densidade da filiação ao PRTB, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até aqueles com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PRTB, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em quase todos os tipos de municípios, salvo naqueles com mais de 250 mil habitantes, cuja diferença demonstrou estabilidade ao longo dos anos. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde o PRTB perdeu apenas 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PRTB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,2% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o partido filiou 0,1% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 26 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PRTB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,22	0,21	0,21	0,20	0,18	0,18	0,16	0,14	0,12	0,13	0,12	0,17	-0,11
AL	0,22	0,22	0,21	0,23	0,22	0,22	0,22	0,18	0,17	0,17	0,16	0,20	-0,05
AM	0,36	0,35	0,34	0,34	0,36	0,36	0,35	0,28	0,28	0,27	0,26	0,32	-0,10
AP	0,23	0,35	0,34	0,32	0,33	0,33	0,31	0,28	0,33	0,33	0,33	0,32	0,10
BA	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,10	0,10	0,10	0,09	0,13	-0,08
CE	0,15	0,14	0,14	0,15	0,16	0,16	0,15	0,11	0,10	0,10	0,09	0,13	-0,06
DF	0,07	0,07	0,17	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,14	0,15	0,08
ES	0,14	0,14	0,13	0,13	0,14	0,14	0,13	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13	-0,02
GO	0,24	0,23	0,22	0,24	0,31	0,30	0,30	0,22	0,26	0,26	0,25	0,26	0,02
MA	0,37	0,37	0,37	0,37	0,36	0,36	0,35	0,29	0,27	0,27	0,25	0,33	-0,12
MG	0,28	0,27	0,27	0,26	0,26	0,26	0,25	0,19	0,18	0,18	0,17	0,23	-0,11
MS	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	-0,02
MT	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	0,04	0,09	0,09	0,08	0,07	0,01
PA	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	0,10	0,10	0,09	0,11	0,11	0,10	0,10	0,00
PB	0,23	0,23	0,24	0,23	0,26	0,25	0,24	0,17	0,15	0,15	0,14	0,21	-0,09
PE	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,10	0,10	0,08	0,09	0,08	0,08	0,09	-0,01
PI	0,40	0,40	0,39	0,38	0,38	0,38	0,38	0,29	0,24	0,24	0,23	0,34	-0,17
PR	0,23	0,22	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21	0,13	0,15	0,15	0,14	0,19	-0,09
RJ	0,12	0,12	0,11	0,12	0,13	0,13	0,13	0,11	0,13	0,13	0,13	0,12	0,01
RN	0,09	0,09	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10	0,07	0,07	0,07	0,06	0,08	-0,03
RO	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,06	0,08	0,08	0,07	0,08	-0,03
RR	0,64	0,66	0,62	0,67	0,63	0,61	0,60	0,56	0,55	0,54	0,50	0,60	-0,14
RS	0,04	0,04	0,08	0,06	0,06	0,06	0,05	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05	0,01
SC	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,05	0,05	0,04	0,04	0,00
SE	0,19	0,17	0,17	0,16	0,15	0,15	0,15	0,13	0,12	0,12	0,11	0,15	-0,08
SP	0,12	0,12	0,12	0,11	0,12	0,12	0,11	0,07	0,10	0,10	0,09	0,11	-0,03
TO	0,37	0,38	0,37	0,34	0,34	0,34	0,33	0,27	0,28	0,28	0,27	0,33	-0,11
Brasil	0,22	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,15	0,15	0,15	0,14	0,19	-0,08

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PRTB obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 26, em 15 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional apenas em 11 estados. Salvo em Roraima, onde registrou a maior média (0,6%, aproximadamente), nos demais estados e no DF elas variaram abaixo de 0,5% do eleitorado local. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Roraima e Rondônia; no Nordeste, no Piauí e no Rio Grande do Norte; no Centro-Oeste, em Goiás e no Mato Grosso do Sul – este registrou a menor média entre os estados; no Sudeste, em Minas Gerais e São Paulo; e no Sul, no Paraná e em Santa Catarina.

PRTB sofreu quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 18 estados. No Paraná e em Santa Catarina, o partido manteve a

densidade estável. Em cinco estados e no DF, registrou um leve crescimento entre 2012 e 2022, sendo o maior observado no Amapá, onde o partido ganhou 0,1% do eleitorado. A maior diferença negativa foi observada no Piauí, onde o partido perdeu apenas 0,2% do eleitorado filiado, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PRTB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 13. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PRTB no período analisado explica 1,8% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 13 – Modelo de regressão linear do PRTB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,134	β_0	0,162	0,002	92,054	0,000
R^2	0,018					
R^2 ajustado	0,018	β_1	0,088	0,004	24,389	0,000
Erro padrão da estimativa	0,277830					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PRTB já possui, em média, 0,16% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PRTB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,08% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PRTB apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais embora tenha se mantido estável nos municípios com mais de 250 mil habitantes. O partido também sofreu retrações em quase todos os estados, embora tenha registrado no Amapá onde seu maior crescimento. PRTB também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,8%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PRTB foi fundamental, uma vez que o aumento/redução de 0,08% à média da densidade local (0,16%) implica numa variação percentual de 54,3%, indicando que PRTB depende da estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.11 PSB

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi fundado em julho de 1985, quando obteve sua habilitação para concorrer às eleições (BRASIL. TSE. Res. nº 12.217/1985). Em dezembro de 1986 teve seu registro provisório deferido pelo TSE (BRASIL. TSE. Res. nº 13.617/1987). Quase dois anos depois, em abril de 1988, o TSE deferiu seu registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 14.359/1988).

Tabela 27 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1,09	1,10	1,09	1,15	1,18	1,19	1,18	0,96	0,94	0,93	0,89	1,06	-0,20	0,44
5 a 15 mil	0,65	0,65	0,64	0,66	0,68	0,68	0,67	0,59	0,60	0,59	0,57	0,64	-0,08	0,01
15 a 30 mil	0,47	0,47	0,46	0,47	0,49	0,49	0,48	0,43	0,46	0,46	0,44	0,46	-0,03	-0,16
30 a 50 mil	0,42	0,41	0,40	0,41	0,43	0,43	0,42	0,39	0,40	0,39	0,38	0,41	-0,04	-0,22
50 a 100 mil	0,34	0,33	0,33	0,33	0,34	0,34	0,34	0,32	0,33	0,32	0,31	0,33	-0,03	-0,30
100 a 250 mil	0,31	0,31	0,30	0,31	0,31	0,31	0,31	0,30	0,30	0,30	0,28	0,30	-0,03	-0,32
250 a 500 mil	0,40	0,39	0,38	0,38	0,38	0,38	0,36	0,34	0,34	0,34	0,32	0,36	-0,08	-0,27
Acima de 500 mil	0,29	0,29	0,28	0,28	0,28	0,28	0,27	0,26	0,25	0,25	0,23	0,27	-0,06	-0,36
Brasil	0,63	0,63	0,63	0,65	0,68	0,68	0,67	0,59	0,60	0,59	0,57	0,63	-0,07	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 27, a média da densidade da filiação ao PSB, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, cuja média foi maior do que aquela registrada nos municípios com mais de 50 e menos de 100 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PSB, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde PSB perdeu apenas 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PSB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,4% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Em sentido contrário, nos municípios com mais de 50 mil e menos de 250 mil habitantes, e naqueles com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 0,3% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 28 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,70	0,69	0,68	0,66	0,74	0,72	0,69	0,61	0,62	0,63	0,60	0,67	-0,10
AL	0,67	0,67	0,66	0,65	0,64	0,64	0,63	0,52	0,53	0,53	0,51	0,61	-0,16
AM	0,44	0,43	0,42	0,41	0,42	0,41	0,40	0,34	0,34	0,33	0,31	0,39	-0,13
AP	1,72	1,94	2,00	1,80	1,59	1,69	1,66	1,52	1,38	1,37	1,26	1,63	-0,46
BA	0,34	0,34	0,34	0,34	0,35	0,35	0,34	0,30	0,36	0,36	0,34	0,34	0,00
CE	0,48	0,45	0,43	0,40	0,39	0,39	0,39	0,38	0,41	0,41	0,40	0,41	-0,08
DF	0,20	0,22	0,21	0,24	0,24	0,25	0,27	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,04
ES	0,97	0,96	0,94	0,91	0,90	0,89	0,88	0,79	0,90	0,90	0,87	0,90	-0,10
GO	0,63	0,62	0,63	0,63	0,70	0,72	0,72	0,62	0,62	0,61	0,59	0,64	-0,04
MA	0,60	0,61	0,60	0,60	0,60	0,60	0,59	0,53	0,51	0,50	0,49	0,57	-0,12
MG	0,48	0,47	0,46	0,48	0,51	0,51	0,50	0,43	0,46	0,45	0,44	0,47	-0,04
MS	0,47	0,46	0,46	0,51	0,61	0,61	0,61	0,53	0,52	0,51	0,49	0,53	0,02
MT	0,91	0,91	0,90	0,98	1,10	1,15	1,12	1,03	1,07	1,06	1,03	1,02	0,13
PA	0,60	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,58	0,52	0,54	0,53	0,51	0,57	-0,10
PB	0,61	0,62	0,62	0,81	0,88	0,88	0,86	0,80	0,67	0,66	0,64	0,73	0,03
PE	0,72	0,71	0,69	0,70	0,69	0,69	0,68	0,60	0,67	0,67	0,64	0,68	-0,08
PI	1,18	1,17	1,15	1,12	1,10	1,10	1,07	0,96	0,86	0,85	0,80	1,03	-0,38
PR	0,55	0,54	0,54	0,57	0,61	0,60	0,60	0,52	0,58	0,57	0,55	0,57	0,00
RJ	0,54	0,52	0,51	0,52	0,53	0,53	0,53	0,48	0,46	0,45	0,44	0,50	-0,10
RN	0,93	0,92	0,91	0,85	0,79	0,79	0,78	0,71	0,74	0,72	0,69	0,80	-0,23
RO	0,64	0,63	0,63	0,70	0,81	0,81	0,81	0,73	0,76	0,75	0,73	0,73	0,09
RR	0,49	0,79	0,77	0,70	0,62	0,61	0,57	0,63	0,61	0,61	0,56	0,63	0,07
RS	0,84	0,86	0,86	0,93	0,98	0,97	0,96	0,81	0,85	0,86	0,83	0,88	-0,02
SC	0,35	0,37	0,36	0,57	0,68	0,69	0,68	0,51	0,48	0,47	0,45	0,51	0,10
SE	0,90	0,91	0,89	0,94	0,94	0,93	0,91	0,84	0,84	0,82	0,79	0,88	-0,12
SP	0,54	0,53	0,53	0,55	0,58	0,59	0,59	0,52	0,51	0,50	0,48	0,54	-0,05
TO	1,11	1,12	1,11	1,07	1,09	1,09	1,08	0,89	0,78	0,77	0,77	0,99	-0,34
Brasil	0,63	0,63	0,63	0,65	0,68	0,68	0,67	0,59	0,60	0,59	0,57	0,63	-0,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PSB obteve médias municipais acima da média nacional, de acordo com a Tabela 28, em 14 estados. O partido também registrou médias abaixo da média nacional apenas em 12 estados e no DF. Salvo no Amapá, Piauí e Mato Grosso, onde as médias do partido variaram na faixa do 1% do eleitorado local filiado, em 19 estados, elas variaram entre 0,5% e menos de 1%. Nos demais e no DF, elas ficaram abaixo de 0,5% de densidade. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Amapá e no Amazonas – o primeiro alcançou a maior média dentre os estados; no Nordeste, no Piauí e na Bahia; no Centro-Oeste, no Mato Grosso e no DF; no Sudeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais; e no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

O PSB sofreu quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 18 estados. No Paraná e na Bahia, o partido manteve-se estável e em seis estados e no DF, o partido obteve leves ganhos, sendo o maior observado no Mato Grosso, um ganho de 0,1% na densidade, aproximadamente. A maior diferença negativa foi observada no Amapá, estado da maior média do partido, onde ele perdeu quase 0,4% do eleitorado filiado, aproximadamente, a despeito das variações ao longo da série histórica.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PSB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 14. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PSB no período analisado explica 1,2% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 14 – Modelo de regressão linear do PSB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,110	β_0	0,556	0,004	142,194	0,000
R^2	0,012					
R^2 ajustado	0,012	β_1	0,150	0,006	26,375	0,000
Erro padrão da estimativa	0,677531					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PSB já possui, em média, 0,55% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que o PSB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,15% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PSB apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todos as faixas populacionais e em boa parte dos estados, embora no Mato Grosso tenha registrado o maior crescimento. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a

densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, com exceção daqueles com mais de 250 e menos 500 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,2%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PSB foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,15% à média da densidade local (0,55%) implica numa variação percentual de 26,9%, indicando que PSB adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.12 PSC

O Partido Social Cristão foi fundado em maio de 1985, ano em que o TSE o habilitou para concorrer às eleições (BRASIL. TSE. Res. nº 12.184/1985). O PSC obteve seus registros provisório e definitivo, respectivamente, em dezembro de 1986 e abril de 1988 (BRASIL. TSE. Res. nº 13.617/1987; Res. nº 14.359/1988). Em junho de 2023, o PSC foi incorporado pelo PODEMOS, atendendo aos requisitos da Lei nº 9.096/1995 e da Resolução do TSE nº 23.571/2018 (TSE..., 2023).

Tabela 29 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSC, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,69	0,68	0,68	0,69	0,71	0,70	0,70	0,48	0,50	0,49	0,47	0,62	-0,22	0,22
5 a 15 mil	0,45	0,45	0,44	0,46	0,46	0,46	0,45	0,35	0,37	0,37	0,35	0,42	-0,10	0,02
15 a 30 mil	0,37	0,37	0,36	0,38	0,39	0,39	0,38	0,32	0,35	0,34	0,33	0,36	-0,04	-0,04
30 a 50 mil	0,31	0,30	0,30	0,30	0,32	0,32	0,31	0,27	0,29	0,29	0,27	0,30	-0,03	-0,10
50 a 100 mil	0,28	0,27	0,27	0,28	0,29	0,28	0,28	0,25	0,27	0,26	0,25	0,27	-0,03	-0,13
100 a 250 mil	0,24	0,24	0,23	0,24	0,25	0,25	0,24	0,23	0,23	0,23	0,22	0,24	-0,03	-0,16
250 a 500 mil	0,19	0,19	0,18	0,18	0,19	0,18	0,18	0,17	0,18	0,18	0,17	0,18	-0,02	-0,22
Acima de 500 mil	0,19	0,19	0,19	0,19	0,20	0,19	0,19	0,17	0,18	0,17	0,16	0,18	-0,02	-0,21
Brasil	0,42	0,41	0,41	0,43	0,44	0,43	0,43	0,35	0,37	0,36	0,34	0,40	-0,07	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A média da densidade da filiação ao PSC, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente até aqueles com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PSC, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios, de acordo com a Tabela 29. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde o PSC perdeu apenas 0,2% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PSC também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,2% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 250 mil habitantes, o partido filiou 0,2% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 30 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSC, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,43	0,42	0,42	0,39	0,39	0,39	0,36	0,31	0,28	0,27	0,26	0,36	-0,18
AL	0,48	0,48	0,47	0,43	0,43	0,43	0,42	0,35	0,37	0,36	0,35	0,41	-0,13
AM	0,64	0,63	0,62	1,17	1,32	1,30	1,26	1,09	1,31	1,29	1,21	1,08	0,58
AP	0,62	0,63	0,61	0,64	0,62	0,51	0,49	0,46	0,48	0,47	0,44	0,54	-0,18
BA	0,40	0,40	0,40	0,39	0,38	0,38	0,38	0,32	0,32	0,31	0,30	0,36	-0,10
CE	0,24	0,24	0,23	0,24	0,22	0,22	0,22	0,17	0,15	0,15	0,14	0,20	-0,11
DF	0,71	0,67	0,66	0,64	0,63	0,62	0,59	0,54	0,53	0,51	0,48	0,60	-0,23
ES	0,31	0,30	0,29	0,28	0,30	0,30	0,30	0,26	0,27	0,27	0,25	0,29	-0,06
GO	0,46	0,46	0,45	0,46	0,45	0,45	0,45	0,38	0,49	0,48	0,46	0,45	0,00
MA	0,46	0,46	0,45	0,43	0,41	0,41	0,41	0,34	0,41	0,40	0,39	0,42	-0,07
MG	0,44	0,44	0,44	0,44	0,45	0,45	0,44	0,34	0,36	0,35	0,33	0,41	-0,11
MS	0,29	0,29	0,28	0,28	0,30	0,30	0,30	0,23	0,23	0,22	0,21	0,27	-0,09
MT	0,43	0,44	0,45	0,50	0,60	0,60	0,59	0,50	0,61	0,59	0,56	0,54	0,14
PA	0,48	0,49	0,49	0,52	0,56	0,56	0,56	0,53	0,63	0,62	0,59	0,55	0,11
PB	0,33	0,32	0,32	0,32	0,33	0,33	0,32	0,26	0,25	0,24	0,23	0,29	-0,10
PE	0,21	0,21	0,21	0,20	0,20	0,19	0,19	0,16	0,17	0,17	0,16	0,19	-0,06
PI	0,30	0,30	0,30	0,29	0,31	0,31	0,29	0,21	0,19	0,19	0,18	0,26	-0,12
PR	0,65	0,64	0,63	0,76	0,81	0,79	0,79	0,71	0,70	0,70	0,67	0,71	0,02
RJ	0,43	0,42	0,41	0,40	0,39	0,39	0,39	0,34	0,39	0,38	0,36	0,39	-0,06
RN	0,41	0,41	0,40	0,36	0,33	0,32	0,33	0,24	0,29	0,29	0,28	0,33	-0,13
RO	0,34	0,34	0,33	0,33	0,39	0,40	0,40	0,33	0,32	0,31	0,32	0,35	-0,02
RR	0,40	0,41	0,39	0,45	0,46	0,45	0,43	0,38	0,40	0,40	0,37	0,41	-0,03
RS	0,16	0,16	0,18	0,21	0,24	0,24	0,23	0,13	0,12	0,11	0,11	0,17	-0,06
SC	0,21	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22	0,19	0,19	0,19	0,18	0,21	-0,03
SE	0,74	0,74	0,73	0,70	0,66	0,65	0,64	0,56	0,60	0,59	0,57	0,65	-0,18
SP	0,36	0,36	0,35	0,34	0,35	0,34	0,33	0,27	0,25	0,25	0,24	0,31	-0,13
TO	0,41	0,41	0,40	0,38	0,47	0,47	0,46	0,40	0,57	0,57	0,55	0,46	0,14
Brasil	0,42	0,41	0,41	0,43	0,44	0,43	0,43	0,35	0,37	0,36	0,34	0,40	-0,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PSC obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 30, em 14 estados. O partido registrou médias acima da média nacional em 12 estados e no DF. Salvo no Amazonas, onde o partido conseguiu filiar, em média, pouco mais de 1% do eleitorado local durante o período analisado, as médias municipais variaram entre 0,5% e menos de 1% em cinco estados e no DF, e nos demais, abaixo de 0,5%. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Amazonas e em Rondônia; no Nordeste, em Sergipe e no Pernambuco; no Centro-Oeste, no DF e no Mato Grosso do Sul; no Sudeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo; e no Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

PSC sofreu quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 20 estados e no DF. Em Goiás, a despeito das oscilações ao longo do período, o partido manteve-se estável. Em cinco estados, partido obteve leves ganhos, sendo o maior observado no Amazonas, um ganho de 0,6% na densidade, aproximadamente. A maior diferença negativa foi observada no DF, onde PSC perdeu 0,2% do eleitorado filiado, sem levar em consideração as variações ao longo da série histórica.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PSC e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 15. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PSC no período analisado explica 1,9% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 15 – Modelo de regressão linear do PSC

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,136	β_0	0,339	0,003	124,025	0,000
R^2	0,019					
R^2 ajustado	0,019	β_1	0,123	0,004	30,389	0,000
Erro padrão da estimativa	0,445813					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PSC já possui, em média, 0,33% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PSC instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,12% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PSC apresentou uma tendência de queda leve na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora no Amazonas o partido tenha registrado seu maior crescimento. PSC também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, em especial aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,9%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PSC foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,12% à média da densidade local (0,33%) implica numa variação percentual de 36,2%, indicando que PSC adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.13 PSDB

O PSDB foi fundado por dissidentes do então PMDB durante a Assembleia Nacional Constituinte, obtendo seu registro provisório junto ao TSE em junho de 1988. Em maio de 1989, o partido teve seu registro definitivo deferido (BRASIL. TSE. Res. nº 14.366/1988; Res. nº 15.494/1989). O partido elegeu e reelegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994 e em 1998, disputando o segundo turno das eleições presidências contra o PT entre 2002 e 2014. Em maio de 2022, o TSE aprovou a formação de uma federação entre o PSDB e o CIDADANIA (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação PSDB CIDADANIA).

Tabela 31 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSDB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	2,49	2,49	2,46	2,49	2,44	2,45	2,44	2,11	2,06	2,04	1,95	2,31	-0,54	0,94
5 a 15 mil	1,44	1,43	1,41	1,42	1,40	1,39	1,38	1,22	1,21	1,19	1,14	1,33	-0,30	-0,04
15 a 30 mil	1,05	1,04	1,02	1,04	1,03	1,02	1,01	0,91	0,91	0,89	0,84	0,98	-0,21	-0,40
30 a 50 mil	0,88	0,86	0,85	0,86	0,86	0,86	0,84	0,76	0,76	0,75	0,71	0,82	-0,16	-0,56
50 a 100 mil	0,81	0,79	0,77	0,78	0,78	0,78	0,77	0,71	0,71	0,70	0,67	0,75	-0,14	-0,62
100 a 250 mil	0,78	0,76	0,74	0,75	0,74	0,73	0,71	0,67	0,66	0,65	0,62	0,71	-0,16	-0,66
250 a 500 mil	0,74	0,72	0,70	0,72	0,70	0,69	0,67	0,65	0,65	0,64	0,61	0,68	-0,13	-0,69
Acima de 500 mil	0,71	0,68	0,67	0,70	0,70	0,70	0,69	0,65	0,63	0,61	0,58	0,67	-0,13	-0,71
Brasil	1,48	1,47	1,45	1,47	1,45	1,44	1,43	1,27	1,25	1,23	1,18	1,37	-0,30	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 31, a média da densidade da filiação ao PSDB, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde o partido filiou 2,3% do eleitorado local – uma das maiores médias entre os partidos –, e seguiu em ordem decrescente até aqueles com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PSDB, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com até 5 mil habitantes, onde perdeu apenas 0,5% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PSDB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 5 mil habitantes. Nestes, PSDB filiou 1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 0,7% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 32 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSDB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	1,24	1,25	1,23	1,23	1,32	1,30	1,28	1,14	1,25	1,23	1,15	1,24	-0,10
AL	0,79	0,78	0,77	0,72	0,67	0,66	0,65	0,60	0,60	0,58	0,56	0,67	-0,23
AM	0,70	0,70	0,68	0,77	0,82	0,82	0,78	0,69	0,70	0,70	0,65	0,73	-0,05
AP	1,01	0,96	0,91	0,90	0,94	0,94	0,96	1,00	1,15	1,19	1,28	1,02	0,27
BA	0,61	0,61	0,61	0,62	0,62	0,63	0,62	0,54	0,53	0,52	0,50	0,58	-0,12
CE	1,38	1,35	1,32	1,28	1,22	1,20	1,19	1,02	0,97	0,95	0,89	1,16	-0,49
DF	0,75	0,73	0,72	1,18	1,25	1,23	1,19	1,13	1,02	0,80	0,76	0,98	0,02
ES	0,92	0,90	0,89	0,95	0,96	0,96	0,96	0,94	0,92	0,92	0,87	0,93	-0,05
GO	3,06	3,05	3,01	3,04	2,91	2,89	2,90	2,57	2,35	2,31	2,22	2,75	-0,84
MA	0,90	0,91	0,89	0,92	0,90	0,90	0,88	0,78	0,77	0,76	0,73	0,85	-0,18
MG	1,56	1,55	1,53	1,51	1,48	1,48	1,47	1,31	1,29	1,27	1,22	1,43	-0,34
MS	1,95	1,92	1,88	1,98	2,08	2,10	2,11	1,97	2,11	2,10	2,09	2,03	0,14
MT	1,54	1,55	1,54	1,74	1,84	1,82	1,80	1,52	1,43	1,41	1,34	1,59	-0,21
PA	0,93	0,92	0,91	0,94	0,94	0,94	0,93	0,82	0,84	0,83	0,78	0,89	-0,14
PB	1,64	1,64	1,60	1,60	1,53	1,53	1,50	1,32	1,29	1,27	1,21	1,47	-0,42
PE	0,67	0,67	0,65	0,63	0,62	0,62	0,61	0,53	0,52	0,51	0,49	0,59	-0,19
PI	1,46	1,46	1,43	1,39	1,34	1,34	1,32	1,19	1,12	1,11	1,05	1,29	-0,41
PR	1,64	1,63	1,59	1,56	1,54	1,53	1,51	1,29	1,21	1,18	1,13	1,44	-0,51
RJ	0,91	0,76	0,74	0,74	0,74	0,74	0,73	0,65	0,64	0,62	0,59	0,71	-0,32
RN	0,92	0,92	0,90	0,89	0,92	0,92	0,91	0,85	0,98	0,97	0,93	0,92	0,01
RO	1,06	1,05	1,04	1,12	1,16	1,17	1,16	1,00	0,99	0,98	0,94	1,06	-0,12
RR	1,93	2,22	2,10	1,94	1,80	1,76	1,64	1,51	1,41	1,40	1,28	1,73	-0,65
RS	1,36	1,36	1,36	1,38	1,38	1,37	1,36	1,15	1,15	1,13	1,09	1,28	-0,27
SC	2,32	2,31	2,28	2,46	2,44	2,46	2,46	2,28	2,25	2,22	2,12	2,33	-0,20
SE	1,02	1,04	1,01	1,04	0,97	0,96	0,95	0,83	0,79	0,78	0,73	0,92	-0,28
SP	1,80	1,78	1,76	1,82	1,81	1,80	1,79	1,62	1,73	1,70	1,62	1,75	-0,18
TO	2,19	2,20	2,15	2,05	1,87	1,89	1,86	1,65	1,42	1,40	1,33	1,82	-0,86
Brasil	1,48	1,47	1,45	1,47	1,45	1,44	1,43	1,27	1,25	1,23	1,18	1,37	-0,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

PSDB obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 32, em 16 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em 10 estados. Em Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, o partido conseguiu filiar, em média, pouco mais de 2% do eleitorado local durante o período analisado. Em 13 estados, as médias municipais variaram na faixa de 1% do eleitorado local filiado ao PSDB e, nos demais e no DF, elas variaram entre 0,5% e menos de 1%. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Tocantins e no Amazonas; no Nordeste, na Paraíba e na Bahia; no Centro-Oeste, em Goiás – a maior média entre os estados – e no DF; no Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e no Sul, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

PSDB sofreu quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 23 estados. Em três estados e no DF, o partido obteve leves ganhos, sendo o maior observado no Amapá, um ganho de 0,3% na densidade, aproximadamente. A maior diferença negativa foi observada no Tocantins, onde PSDB perdeu 0,8% do eleitorado filiado, a despeito das variações ao longo da série histórica.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PSDB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 16. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PSDB no período analisado explica apenas 0,8% da variação da densidade da filiação a esse partido. Esse baixo percentual pode ser explicado em virtude de que PSDB, desde o início da série histórica, já possuía um alto percentual médio de eleitores filiados nos municípios brasileiros e o manteve ao longo do período analisado.

Quadro 16 – Modelo de regressão linear do PSDB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,088	β_0	1,252	0,008	165,888	0,000
R^2	0,008					
R^2 ajustado	0,008	β_1	0,222	0,010	21,710	0,000
Erro padrão da estimativa	1,253224					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PSDB já possui, em média, 1,25% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PSDB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,22% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PSDB apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado no Amapá seu maior crescimento. PSDB também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5

mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido muito pequeno (0,8%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PSDB foi moderado, uma vez que o aumento/redução de 0,22% à média da densidade local (1,25%) implica numa variação percentual de 17,7%, indicando que PSDB, assim como Progressistas, adota outras estratégias para manter sua alta base de filiados, além da estratégia de expansão territorial de seus órgãos.

4.2.14 PSDC/DC

O atual Democracia Cristã (DC) foi criado em 1995 com o nome de Partido Democrata Cristão por membros do extinto Partido Democrata Cristão (PDC), que se fundiu com o PDS em 1993, dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR) (JORGE, s/d). Dentre os fundadores se encontra o ex-deputado federal José Maria Eymael (PDC-SP), presidente nacional do partido desde então.

O PDC alterou sua denominação para Partido Social Democrata Cristão (PSDC) em 19/04/1995, (BRASIL. TSE. Res. nº 19.333/1995). Teve seu registro definitivo deferido em agosto de 1996 (BRASIL. TSE. Res. TSE nº 19.891/1997). Em maio de 2018, o TSE aprovou a alteração do nome do PSDC para Democracia Cristã (DC) (DC, 2017).

Tabela 33 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSDC/DC, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,49	0,48	0,47	0,45	0,41	0,41	0,40	0,20	0,18	0,18	0,17	0,35	-0,32	0,14
5 a 15 mil	0,34	0,34	0,33	0,32	0,31	0,31	0,30	0,18	0,17	0,16	0,16	0,26	-0,18	0,06
15 a 30 mil	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,15	0,14	0,14	0,13	0,19	-0,10	-0,01
30 a 50 mil	0,18	0,18	0,18	0,17	0,18	0,17	0,17	0,13	0,13	0,13	0,12	0,16	-0,06	-0,05
50 a 100 mil	0,15	0,14	0,14	0,14	0,15	0,14	0,14	0,12	0,12	0,12	0,11	0,13	-0,04	-0,07
100 a 250 mil	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	-0,02	-0,08
250 a 500 mil	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,13	-0,03	-0,08
Acima de 500 mil	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	-0,01	-0,13
Brasil	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,24	0,23	0,16	0,15	0,15	0,14	0,21	-0,11	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A média da densidade da filiação ao DC, entre o início e o fim do período analisado, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente até os municípios com mais de 500 mil habitantes, conforme revela a Tabela 33.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao DC entre o início e o fim do período analisado apresenta uma leve queda em todos os tipos de municípios, ressalvadas as variações ao longo da série histórica. A maior diferença foi observada naqueles com menos de 5 mil habitantes, alcançando apenas -0,3%, aproximadamente.

DC também registrou leves desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Nos municípios com até 5 mil habitantes, DC filiou 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional nos municípios, aproximadamente. Por sua vez, naqueles com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 0,1% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 34 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSDC/DC, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,20	0,20	0,20	0,16	0,24	0,23	0,23	0,20	0,17	0,17	0,16	0,20	-0,04
AL	0,17	0,18	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,11	0,11	0,11	0,10	0,14	-0,07
AM	0,38	0,38	0,37	0,39	0,43	0,43	0,42	0,35	0,34	0,33	0,31	0,38	-0,07
AP	0,32	0,31	0,37	0,34	0,43	0,42	0,40	0,38	0,33	0,32	0,30	0,36	-0,02
BA	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,15	0,10	0,10	0,10	0,09	0,14	-0,07
CE	0,24	0,23	0,22	0,21	0,20	0,20	0,19	0,13	0,12	0,12	0,11	0,18	-0,13
DF	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,01
ES	0,19	0,18	0,18	0,18	0,19	0,18	0,18	0,14	0,15	0,15	0,14	0,17	-0,05
GO	0,38	0,38	0,37	0,38	0,37	0,37	0,36	0,26	0,24	0,24	0,23	0,32	-0,15
MA	0,35	0,34	0,34	0,32	0,32	0,32	0,31	0,26	0,24	0,24	0,23	0,30	-0,11
MG	0,27	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,24	0,15	0,14	0,14	0,13	0,21	-0,14
MS	0,14	0,14	0,13	0,14	0,13	0,13	0,13	0,08	0,07	0,08	0,07	0,11	-0,07
MT	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,21	0,20	0,11	0,14	0,14	0,16	0,19	-0,06
PA	0,17	0,16	0,16	0,16	0,18	0,18	0,18	0,13	0,12	0,12	0,12	0,15	-0,05
PB	0,32	0,32	0,31	0,29	0,28	0,28	0,28	0,18	0,16	0,16	0,15	0,25	-0,17
PE	0,21	0,20	0,20	0,19	0,19	0,19	0,19	0,15	0,14	0,14	0,14	0,18	-0,07
PI	0,15	0,14	0,14	0,17	0,19	0,19	0,18	0,10	0,09	0,09	0,08	0,14	-0,07
PR	0,25	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21	0,12	0,12	0,12	0,11	0,19	-0,13
RJ	0,25	0,25	0,24	0,24	0,25	0,24	0,24	0,21	0,22	0,22	0,21	0,23	-0,05
RN	0,27	0,27	0,27	0,25	0,25	0,25	0,24	0,18	0,16	0,16	0,15	0,22	-0,12
RO	0,60	0,60	0,59	0,59	0,57	0,57	0,56	0,44	0,40	0,40	0,38	0,52	-0,22
RR	0,51	0,54	0,53	0,56	0,52	0,51	0,48	0,48	0,43	0,42	0,38	0,49	-0,13
RS	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,03	0,03	0,04	-0,01
SC	0,04	0,04	0,04	0,07	0,07	0,07	0,07	0,04	0,04	0,04	0,03	0,05	-0,01
SE	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,18	0,17	0,13	0,12	0,12	0,11	0,16	-0,08
SP	0,24	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21	0,13	0,12	0,12	0,11	0,19	-0,13
TO	0,23	0,22	0,22	0,22	0,27	0,27	0,26	0,21	0,19	0,19	0,18	0,22	-0,04
Brasil	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,24	0,23	0,16	0,15	0,15	0,14	0,21	-0,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na maioria dos estados e no DF, DC obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 34. O partido registrou médias acima da média nacional em 11 estados. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Rondônia e o DF, onde filiou, em cada, 0,52% e 0,02% do eleitorado. Por região, DC alcançou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Rondônia e do Pará; no Nordeste, no Maranhão e no Piauí; no Centro-Oeste, em Goiás e no Mato Grosso do Sul; no Sudeste, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; e no Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul – ambos ficaram abaixo da média nacional.

Por sua vez, DC registrou pequenas quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em todos os estados, com exceção do DF. A maior diferença negativa foi registrada em Rondônia, onde alcançou -0,2%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação de DC e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 17. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local de DC no período analisado explica 1,8% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 17 – Modelo de regressão linear do PSDC/DC

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,133	β_0	0,181	0,002	112,824	0,000
R^2	0,018					
R^2 ajustado	0,018	β_1	0,085	0,004	24,166	0,000
Erro padrão da estimativa	0,257490					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, DC já possui, em média, 0,18% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que DC instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,08% de densidade local.

Assim como os outros partidos, DC apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e quase todos os estados, com exceção do DF, onde registrou um leve crescimento. DC também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,8%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao DC foi importante, uma vez que o aumento/redução de 0,08% à média da densidade local (0,18%) implica numa variação percentual de 46,9%, indicando que DC depende da estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.15 PSOL

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi fundado por dissidentes do PT, obtendo seu registro definitivo em setembro de 2005 (BRASIL. TSE. Res. nº 22.083/2005). Em maio de 2022, o TSE aprovou a formação de uma federação entre o PSOL e a Rede Sustentabilidade (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação PSOL Rede – Nacional).

Tabela 35 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSOL, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,21	0,19	0,19	0,18	0,17	0,17	0,15	0,12	0,12	0,11	0,11	0,16	-0,10	0,05
5 a 15 mil	0,15	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,11	0,10	0,10	0,10	0,13	-0,05	0,03
15 a 30 mil	0,11	0,11	0,10	0,11	0,11	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	-0,01	0,00
30 a 50 mil	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,09	0,08	0,03	-0,02
50 a 100 mil	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08	0,08	0,09	0,09	0,10	0,10	0,08	0,04	-0,03
100 a 250 mil	0,06	0,07	0,07	0,08	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12	0,12	0,09	0,06	-0,01
250 a 500 mil	0,06	0,08	0,08	0,09	0,10	0,12	0,12	0,14	0,13	0,15	0,16	0,11	0,10	0,01
Acima de 500 mil	0,05	0,06	0,06	0,08	0,08	0,10	0,10	0,12	0,12	0,16	0,15	0,10	0,10	-0,01
Brasil	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12	0,11	0,11	0,10	0,11	0,10	0,10	0,01	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 35, a média da densidade da filiação ao PSOL, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu em ordem decrescente, com exceção dos municípios com mais de 250 mil habitantes, cujas médias foram maiores do que aquelas observadas nos municípios com mais de 30 mil e menos de 250 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PSOL, entre o início e o fim do período analisado, revelou um leve crescimento em quase todos os tipos de municípios, com exceção daqueles com menos de 30 mil habitantes, onde o partido sofreu leves quedas no percentual de eleitores filiados em relação ao início da série histórica. O maior crescimento foi observado nos municípios com mais de 250 mil habitantes, onde PSOL conquistou apenas 0,1% de filiados, aproximadamente, em relação ao início do período analisado.

PSOL também registrou desvios negativos em relação à média nacional nos municípios com mais de 30 mil e menos de 250 mil habitantes. Nestes, o maior desvio negativo foi observado naqueles com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes, onde o partido filiou apenas 0,03% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, o partido registrou desvios positivos nos municípios de até 15 mil habitantes e naqueles com mais de 250 mil e menos de 500 habitantes. Nestes, o maior desvio positivo foi observado naqueles com menos de 5 mil habitantes, onde o partido filiou apenas 0,05% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por fim, a média dos municípios com mais de 15 mil e menos de 30 mil habitantes foi igual à média nacional.

Tabela 36 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSOL, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,28	0,27	0,27	0,26	0,26	0,29	0,30	0,30	0,27	0,30	0,29	0,28	0,01
AL	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,09	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10	-0,02
AM	0,20	0,17	0,17	0,20	0,18	0,21	0,18	0,13	0,13	0,12	0,12	0,17	-0,08
AP	0,63	1,04	1,09	1,16	1,00	1,32	1,27	1,36	1,25	1,28	1,52	1,17	0,89
BA	0,09	0,10	0,10	0,12	0,13	0,16	0,15	0,15	0,14	0,16	0,16	0,13	0,07
CE	0,04	0,04	0,04	0,05	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08	0,08	0,07	0,06	0,03
DF	0,09	0,12	0,11	0,13	0,13	0,15	0,15	0,18	0,18	0,22	0,20	0,15	0,11
ES	0,04	0,05	0,05	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,05	0,05	0,01
GO	0,10	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10	0,08	0,08	0,08	0,07	0,10	-0,03
MA	0,07	0,07	0,07	0,07	0,12	0,19	0,18	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,04
MG	0,10	0,10	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,06	0,05	0,05	0,05	0,07	-0,05
MS	0,09	0,08	0,08	0,09	0,10	0,10	0,11	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	-0,01
MT	0,15	0,14	0,14	0,13	0,12	0,11	0,10	0,06	0,05	0,05	0,05	0,10	-0,10
PA	0,09	0,12	0,12	0,13	0,13	0,14	0,14	0,18	0,17	0,18	0,18	0,14	0,08
PB	0,07	0,06	0,05	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	-0,01
PE	0,07	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,03
PI	0,13	0,12	0,11	0,13	0,12	0,11	0,10	0,08	0,08	0,08	0,08	0,10	-0,05
PR	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,05	0,05	0,06	0,06	0,05	0,01
RJ	0,12	0,14	0,15	0,16	0,16	0,18	0,18	0,19	0,19	0,19	0,18	0,17	0,07
RN	0,06	0,06	0,06	0,10	0,12	0,12	0,11	0,17	0,18	0,20	0,19	0,12	0,13
RO	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,06	0,06	0,06	0,05	0,08	-0,05
RR	0,08	0,09	0,09	0,08	0,13	0,13	0,13	0,12	0,11	0,12	0,12	0,11	0,04
RS	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,07	0,06	0,03
SC	0,09	0,07	0,07	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,05	0,04	0,06	-0,05
SE	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,07	0,06	0,07	0,07	0,08	0,09	0,08	0,00
SP	0,08	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,01
TO	0,12	0,11	0,11	0,10	0,12	0,12	0,11	0,08	0,08	0,08	0,07	0,10	-0,05
Brasil	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12	0,11	0,11	0,10	0,11	0,10	0,10	0,01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PSOL obteve médias municipais acima da média nacional, de acordo com a Tabela 36, em 15 estados e no DF. O partido registrou médias abaixo da média nacional em 11 estados. Salvo no Amapá, onde conseguiu filiar, em média, pouco mais de 1% do eleitorado local durante o período analisado, em 14 estados e no DF, as médias variaram entre 0,1% e 0,2%. Nos demais, as médias variaram abaixo de 0,1%. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Amapá e em Rondônia; no Nordeste, na Bahia e no Ceará; no Centro-Oeste, no DF e no Mato Grosso do Sul; no Sudeste, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; e no Sul, no Rio Grande do Sul e no Paraná – ambos abaixo da média nacional.

PSOL registrou leves ganhos na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 14 estados e no DF. Em Sergipe, apesar das variações ao longo

do período, o partido manteve-se estável na diferença. Em 11 estados, o partido sofreu leves quedas na diferença. O maior crescimento foi observado no Amapá, onde o partido ganhou 0,9% do eleitorado, aproximadamente. Por outro lado, a maior queda foi registrada no Mato Grosso, onde PSOL perdeu 0,1% do eleitorado local, a despeito das variações ao longo do período.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PSOL e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 18. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PSOL no período analisado explica 4,8% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 18 – Modelo de regressão linear do PSOL

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,219	β_0	0,080	0,001	61,481	0,000
R^2	0,048					
R^2 ajustado	0,048	β_1	0,100	0,003	37,366	0,000
Erro padrão da estimativa	0,190249					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PSOL já possui, em média, 0,08% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PSOL instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,1% de densidade local.

Ao contrário de outros partidos, PSOL apresentou uma tendência de crescimento na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais, embora tenha sofrido retração nos municípios com menos de 30 mil habitantes. O partido também registrou crescimento em quase todos os estados, em especial no Amapá, onde registrou o mais elevado crescimento. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, especialmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios. A exceção foi observada naqueles com mais

de 250 mil habitantes, onde sua densidade foi maior do que nos centros urbanos de médio porte.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (4,8%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PSOL foi fundamental, uma vez que o aumento/redução de 0,1% à média da densidade local (0,08%) implica numa variação percentual de 125%, indicando que a estratégia de expansão territorial de seus órgãos é de extrema importância para ampliar ainda mais sua base de filiados.

4.2.16 PSTU

O atual Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado teve seu registro provisório deferido pelo TSE em dezembro de 1992, ainda sob a denominação de Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) (BRASIL. TSE. Res. nº 19.135/1993). Em julho do ano seguinte, teve sua alteração de nome aprovada pelo TSE. Em junho de 1995, o mesmo tribunal deferiu seu registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 19.420/1995).

Tabela 37 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PSTU, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,26	0,23	0,22	0,21	0,19	0,20	0,19	0,11	0,10	0,10	0,09	0,17	-0,17	0,12
5 a 15 mil	0,17	0,15	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,07	0,07	0,07	0,06	0,11	-0,11	0,06
15 a 30 mil	0,09	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,04	0,03	0,03	0,05	-0,06	0,00
30 a 50 mil	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,03	-0,02
50 a 100 mil	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	-0,02	-0,03
100 a 250 mil	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,01	-0,04
250 a 500 mil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	-0,04
Acima de 500 mil	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	-0,04
Brasil	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,04	0,04	0,03	0,05	-0,05	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 37, a média da densidade da filiação ao PSTU, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes até aqueles com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PSTU, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em quase todos os tipos de municípios, salvo naqueles com mais de 500 mil habitantes, onde o partido permaneceu estável, a despeito das pequenas variações ao longo do período. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com menos de 15 mil habitantes, onde PSTU perdeu apenas 0,1% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PSTU também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com menos de 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, PSTU filiou 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,04% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado. Por fim, a média dos municípios com mais de 15 mil e menos de 30 mil habitantes foi igual à média nacional.

Tabela 38 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PSTU, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,07	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,07	0,06	0,05	0,05	0,05	0,07	-0,02
AL	0,07	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-0,05
AM	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01
AP	0,06	0,05	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,03	0,05	-0,02
BA	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
CE	0,14	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,08	0,07	0,07	0,07	0,10	-0,07
DF	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-0,01
ES	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,09	0,08	0,08	0,07	0,13	-0,09
GO	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
MA	0,03	0,03	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,02
MG	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-0,01
MS	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,08	0,08	0,08	0,07	0,11	-0,08
MT	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,02
PA	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
PB	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
PE	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
PI	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,00
PR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01
RJ	0,12	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,06	0,06	0,06	0,06	0,09	-0,06
RN	0,22	0,21	0,19	0,18	0,17	0,17	0,17	0,12	0,12	0,12	0,11	0,16	-0,11
RO	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,06	0,06	0,05	0,05	0,08	-0,04
RR	-	0,00*	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
RS	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,01
SC	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
SE	0,19	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,11	0,11	0,10	0,10	0,13	-0,09
SP	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	-0,01
TO	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,04	0,04	0,03	0,05	-0,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

*Em Roraima, entre 2013 e 2014, a proporção de eleitores filiados foi tão baixa que não pontuou

**No Tocantins, a partir de 2018, a proporção de eleitores filiados foi tão baixa que não pontuou

PSTU obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 38, em 17 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em apenas nove estados. Em cinco estados, o partido conseguiu filiar, em média, pouco mais de 0,1% do eleitorado local durante o período analisado. Nos demais, as médias variaram abaixo de 0,1%. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, em Rondônia e no Tocantins; no Nordeste, no Rio Grande do Norte – a maior média entre os estados – e no Pernambuco; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e em Goiás; no Sudeste, no Espírito Santo e em São Paulo; e no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – ambos abaixo da média nacional.

PSTU registrou leves quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 21 estados e no DF. No Piauí e em Santa Catarina, o partido manteve-se estável. Apenas no Amazonas, na Paraíba e em Roraima, o partido alcançou um crescimento ínfimo, de apenas 0,01%. Por outro lado, a maior queda foi registrada no Rio Grande do Norte, onde PSTU perdeu 0,1% do eleitorado local, a despeito das variações ao longo do período.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PSTU e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 19. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PSTU no período analisado explica 0,4% da variação da densidade da filiação a esse partido. Ao contrário dos grandes partidos cujos modelos apresentaram baixo percentual explicativo, PSTU, assim como PCB, vinha, desde o início da série histórica, sofrendo reduções no percentual de eleitores filiados.

Quadro 19 – Modelo de regressão linear do PSTU

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,066	β_0	0,054	0,001	49,667	0,000
R^2	0,004					
R^2 ajustado	0,004	β_1	-0,023	0,004	-6,372	0,000
Erro padrão da estimativa	0,099794					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PSTU já possui, em média, 0,05% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PSTU instalou ou não instalou um órgão local, ele perderia -0,23% de densidade local.

Assim como PCB, PSTU apresentou um declínio estrutural na densidade da filiação, embora tenha se mantido estável nos municípios com mais de 500 mil habitantes. O partido também sofreu retração em quase todos os estados, embora tenha registrado leves crescimentos no Amazonas, Paraíba e Roraima. PSTU também

concentrou sua filiação nos pequenos municípios, especialmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios. Todavia, assim como PCB, manteve-se estável nos grandes centros urbanos.

A análise estatística apontou que, apesar da fraca correlação positiva, a criação de órgãos partidários locais teve um papel ínfimo na variação da densidade da filiação e, como consequência, o impacto anual da estrutura partidária local no percentual de eleitores filiados foi negativo.

4.2.17 PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) obteve seu registro provisório em outubro de 1980. O partido chegou ao segundo turno de todas as eleições presidências desde 1989, elegendo e reelegendo os presidentes Luís Inácio Lula da Silva em 2002, 2006 e 2022, e Dilma Rousseff, em 2010 e 2014. Em novembro do ano seguinte, o TSE deferiu seu registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 10.965/1980; Res. nº 11.165/1981). E em maio de 2022, o TSE aprovou a formação da Federação Brasil da Esperança (FE BRASIL) entre PT, PCdoB e PV (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação Brasil da Esperança).

Tabela 39 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PT, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1,86	1,88	1,86	1,82	1,70	1,69	1,68	1,45	1,47	1,48	1,44	1,67	-0,43	0,55
5 a 15 mil	1,24	1,24	1,22	1,20	1,13	1,12	1,11	0,99	1,01	1,02	0,98	1,11	-0,26	-0,01
15 a 30 mil	0,93	0,93	0,91	0,90	0,86	0,85	0,83	0,76	0,79	0,79	0,76	0,85	-0,17	-0,28
30 a 50 mil	0,82	0,82	0,80	0,79	0,76	0,75	0,74	0,68	0,72	0,72	0,69	0,76	-0,13	-0,37
50 a 100 mil	0,78	0,78	0,76	0,76	0,74	0,72	0,70	0,66	0,69	0,70	0,68	0,72	-0,10	-0,40
100 a 250 mil	0,84	0,84	0,82	0,81	0,78	0,76	0,75	0,71	0,73	0,75	0,73	0,78	-0,12	-0,35
250 a 500 mil	1,01	1,00	0,98	0,98	0,97	0,94	0,93	0,86	0,88	0,94	0,91	0,94	-0,10	-0,18
Acima de 500 mil	1,01	1,02	1,00	0,98	0,96	0,94	0,93	0,85	0,86	0,92	0,89	0,94	-0,12	-0,18
Brasil	1,24	1,25	1,23	1,20	1,14	1,13	1,12	0,99	1,02	1,03	0,99	1,12	-0,25	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 39, a média da densidade da filiação ao PT, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até os municípios com menos de 100 mil habitantes, pois as médias dos municípios com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes foi maior do que aquela observada naqueles com mais de 30 mil e menos de 50 mil habitantes, e as médias daqueles com mais de 250 mil habitantes ficou acima daquela observada nos municípios com mais de 15 mil e menos de 30 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PT, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde o PT perdeu apenas 0,4% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PT também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com menos de 5 mil habitantes. Nestes, filiou 0,5% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,4% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 40 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PT, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	1,91	2,03	2,00	2,10	2,32	2,28	2,19	1,88	1,80	1,77	1,65	1,99	-0,27
AL	0,55	0,55	0,54	0,52	0,50	0,50	0,49	0,43	0,43	0,43	0,41	0,49	-0,14
AM	0,98	0,99	0,96	0,94	0,91	0,91	0,88	0,80	0,89	0,90	0,87	0,91	-0,11
AP	1,41	1,42	1,38	1,32	1,17	1,13	1,10	1,04	0,99	1,05	0,99	1,18	-0,42
BA	0,77	0,78	0,76	0,75	0,71	0,71	0,70	0,63	0,70	0,69	0,67	0,72	-0,11
CE	1,16	1,18	1,17	1,21	1,18	1,17	1,16	1,07	1,19	1,18	1,14	1,16	-0,03
DF	0,43	0,62	0,65	0,63	0,62	0,85	1,00	1,21	1,28	1,26	1,26	0,89	0,84
ES	0,94	0,96	0,94	0,92	0,87	0,87	0,85	0,77	0,78	0,86	0,82	0,87	-0,12
GO	1,32	1,32	1,29	1,23	1,10	1,09	1,08	0,94	0,93	0,92	0,89	1,10	-0,43
MA	0,68	0,69	0,68	0,68	0,64	0,64	0,63	0,58	0,62	0,62	0,59	0,64	-0,09
MG	1,32	1,34	1,31	1,29	1,22	1,21	1,19	1,08	1,09	1,07	1,03	1,20	-0,30
MS	1,99	2,07	2,06	1,97	1,83	1,82	1,81	1,56	1,53	1,50	1,44	1,78	-0,55
MT	1,30	1,31	1,30	1,22	1,11	1,11	1,11	0,92	0,90	0,90	0,88	1,10	-0,43
PA	1,07	1,09	1,07	1,08	1,02	1,01	1,01	0,91	0,96	0,95	0,91	1,01	-0,17
PB	0,91	0,92	0,89	0,86	0,82	0,82	0,80	0,72	0,70	0,69	0,67	0,80	-0,25
PE	0,79	0,79	0,77	0,75	0,72	0,71	0,70	0,63	0,65	0,87	0,84	0,75	0,06
PI	1,13	1,15	1,12	1,16	1,12	1,11	1,09	1,01	1,21	1,20	1,15	1,13	0,02
PR	1,29	1,28	1,26	1,19	1,12	1,10	1,09	0,95	0,99	0,98	0,94	1,11	-0,35
RJ	0,78	0,79	0,77	0,74	0,69	0,69	0,69	0,64	0,63	0,62	0,59	0,69	-0,18
RN	0,64	0,65	0,63	0,60	0,57	0,57	0,56	0,49	0,57	0,57	0,55	0,58	-0,10
RO	1,52	1,52	1,50	1,47	1,43	1,43	1,39	1,20	1,18	1,20	1,15	1,36	-0,37
RR	0,54	0,57	0,54	0,54	0,51	0,49	0,48	0,44	0,44	0,42	0,39	0,49	-0,15
RS	2,01	2,03	2,01	2,00	1,96	1,93	1,92	1,71	1,72	1,70	1,63	1,87	-0,38
SC	1,90	1,91	1,87	1,88	1,79	1,77	1,76	1,58	1,63	1,62	1,63	1,76	-0,27
SE	1,21	1,20	1,16	1,09	1,10	1,09	1,07	0,96	0,98	0,96	0,92	1,07	-0,29
SP	1,17	1,16	1,14	1,08	0,99	0,98	0,96	0,85	0,82	0,81	0,77	0,97	-0,39
TO	1,62	1,61	1,59	1,67	1,55	1,55	1,52	1,29	1,27	1,61	1,60	1,53	-0,02
Brasil	1,24	1,25	1,23	1,20	1,14	1,13	1,12	0,99	1,02	1,03	0,99	1,12	-0,25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PT obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 40, em 16 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em 10 estados. No Acre, conseguiu alcançar, em média, 2% do eleitorado filiado, aproximadamente, durante o período analisado. A menor média foi observada em Roraima, onde o partido filiou 0,5% do eleitorado local, aproximadamente. Em 14 estados, as médias variaram na faixa de 1%. E em 11 estados e no DF, elas variaram entre 0,5% e menos de 1% do eleitorado local filiado ao PT. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Acre e em Roraima; no Nordeste, no Ceará e em Alagoas; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no DF; no Sudeste, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Rio Grande do Sul e no Paraná.

PT registrou leves quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 24 estados. Apenas no DF, Pernambuco e Piauí, o partido obteve um leve crescimento, sendo o maior observado no primeiro, de 0,8%. Por outro lado, a maior queda foi registrada no Mato Grosso do Sul, onde perdeu 0,5% do eleitorado local, a despeito das variações ao longo do período.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PT e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2013 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 20. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PT no período analisado explica 1,3% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 20 – Modelo de regressão linear do PT

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,114	β_0	0,933	0,008	122,312	0,000
R^2	0,013					
R^2 ajustado	0,013	β_1	0,243	0,009	27,088	0,000
Erro padrão da estimativa	0,942865					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PT já possui, em média, 0,93% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que o PT instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,24% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PT apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado no Distrito Federal seu maior crescimento. PT também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, especialmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios apenas até os municípios com menos de 100 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,3%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PT foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,24% à média da densidade local (0,93%) implica numa variação percentual de 26%, indicando que PT adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.18 PTB

O atual Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é fruto de uma tentativa de recriar o PTB varguista da Quarta República (1946-1944). Obteve seu registro provisório junto ao TSE em março de 1980 e, em fevereiro do ano seguinte, o registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 10.843/1980; Res. nº 11.120/1981). Em setembro de 2023, o TSE aprovou a fusão entre o PTB e o PATRIOTA, que resultou na criação do Partido Renovação Democrática (PRD) (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Partido Renovação Democrática (PRD) – Nacional).

Tabela 41 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTB, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	1,83	1,84	1,83	1,81	1,76	1,76	1,75	1,47	1,46	1,44	1,38	1,67	-0,45	0,62
5 a 15 mil	1,15	1,15	1,13	1,11	1,07	1,06	1,06	0,90	0,90	0,89	0,85	1,02	-0,31	-0,03
15 a 30 mil	0,87	0,86	0,84	0,83	0,80	0,80	0,78	0,68	0,70	0,68	0,65	0,77	-0,22	-0,28
30 a 50 mil	0,79	0,78	0,76	0,75	0,73	0,72	0,71	0,62	0,63	0,62	0,59	0,70	-0,21	-0,35
50 a 100 mil	0,76	0,75	0,73	0,72	0,70	0,69	0,68	0,60	0,61	0,59	0,56	0,67	-0,20	-0,38
100 a 250 mil	0,76	0,75	0,73	0,71	0,70	0,68	0,66	0,59	0,60	0,58	0,55	0,66	-0,21	-0,39
250 a 500 mil	0,70	0,69	0,67	0,65	0,64	0,63	0,61	0,55	0,55	0,54	0,51	0,61	-0,19	-0,44
Acima de 500 mil	0,53	0,52	0,50	0,49	0,48	0,48	0,47	0,42	0,42	0,41	0,39	0,46	-0,13	-0,59
Brasil	1,17	1,17	1,15	1,13	1,10	1,09	1,08	0,93	0,93	0,92	0,87	1,05	-0,30	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 41, a média da densidade da filiação ao PTB, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até os municípios com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PTB, entre o início e o fim do período analisado, revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde o PTB perdeu apenas 0,4% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PTB também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com menos de 5 mil habitantes. Nestes, filiou 0,6% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,6% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 42 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PTB, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,27	0,27	0,26	0,24	0,24	0,24	0,23	0,21	0,23	0,23	0,22	0,24	-0,05
AL	0,79	0,77	0,74	0,70	0,60	0,60	0,59	0,53	0,66	0,65	0,62	0,66	-0,17
AM	0,98	0,96	0,93	0,87	0,83	0,82	0,79	0,67	0,68	0,66	0,62	0,80	-0,36
AP	0,66	0,66	0,64	0,73	0,69	0,68	0,65	0,57	0,52	0,51	0,48	0,62	-0,18
BA	0,72	0,72	0,71	0,70	0,67	0,67	0,66	0,55	0,53	0,52	0,50	0,63	-0,22
CE	0,70	0,70	0,68	0,67	0,63	0,62	0,62	0,53	0,53	0,53	0,50	0,61	-0,21
DF	0,21	0,24	0,23	0,23	0,24	0,23	0,23	0,27	0,28	0,29	0,31	0,25	0,10
ES	0,88	0,87	0,85	0,83	0,79	0,78	0,77	0,65	0,66	0,66	0,61	0,76	-0,26
GO	1,38	1,36	1,35	1,30	1,22	1,21	1,20	1,02	0,97	0,95	0,91	1,17	-0,47
MA	1,14	1,15	1,13	1,08	1,00	1,00	0,98	0,84	0,89	0,87	0,83	0,99	-0,32
MG	1,30	1,29	1,27	1,25	1,21	1,21	1,20	1,02	1,02	1,01	0,97	1,16	-0,33
MS	1,23	1,23	1,20	1,23	1,28	1,27	1,27	1,06	1,09	1,09	1,05	1,18	-0,19
MT	0,93	0,93	0,92	0,89	0,88	0,87	0,86	0,72	0,71	0,70	0,67	0,83	-0,26
PA	0,66	0,65	0,64	0,62	0,60	0,60	0,58	0,51	0,54	0,54	0,51	0,59	-0,15
PB	1,06	1,06	1,03	1,01	1,00	1,00	0,98	0,86	0,82	0,81	0,78	0,95	-0,29
PE	0,59	0,59	0,58	0,55	0,56	0,56	0,55	0,48	0,46	0,46	0,43	0,53	-0,16
PI	1,66	1,65	1,61	1,54	1,46	1,45	1,43	1,26	1,24	1,23	1,17	1,43	-0,49
PR	1,26	1,25	1,22	1,20	1,17	1,16	1,15	0,95	0,94	0,92	0,87	1,10	-0,38
RJ	0,71	0,69	0,68	0,67	0,66	0,65	0,63	0,53	0,52	0,50	0,48	0,61	-0,22
RN	0,82	0,82	0,81	0,77	0,74	0,74	0,73	0,62	0,58	0,57	0,54	0,70	-0,29
RO	1,15	1,13	1,12	1,11	1,11	1,11	1,10	1,00	0,94	0,93	0,89	1,06	-0,27
RR	1,24	1,27	1,20	1,13	1,04	1,59	1,52	1,43	1,37	1,36	1,25	1,31	0,01
RS	1,82	1,84	1,83	1,86	1,87	1,85	1,83	1,63	1,65	1,62	1,55	1,76	-0,27
SC	0,51	0,50	0,49	0,47	0,45	0,44	0,44	0,35	0,33	0,33	0,32	0,42	-0,18
SE	0,81	0,81	0,79	0,74	0,70	0,69	0,68	0,59	0,57	0,56	0,54	0,68	-0,28
SP	1,59	1,59	1,56	1,56	1,52	1,51	1,50	1,30	1,32	1,29	1,22	1,45	-0,37
TO	1,16	1,20	1,20	1,20	1,16	1,16	1,17	1,00	1,20	1,18	1,14	1,16	-0,02
Brasil	1,17	1,17	1,15	1,13	1,10	1,09	1,08	0,93	0,93	0,92	0,87	1,05	-0,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PTB obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 42, em 16 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em 10 estados. A maior e a menor médias foram observadas, respectivamente, no Rio Grande do Sul e no Acre, onde filiou, em média, 1,7% e 0,2% do eleitorado local. Além do Rio Grande do Sul, as médias variaram na faixa de 1% em mais nove estados. Em 14 estados elas variaram entre 0,5% e menos de 1%; e em Santa Catarina, Acre e DF, elas variaram abaixo de 0,5% do eleitorado local filiado ao PTB.

Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, em Roraima e no Acre; no Nordeste, no Piauí

e Pernambuco; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no DF; no Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

PTB registrou leves quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 26 estados. Apenas no DF e em Roraima, o partido obteve um leve crescimento, sendo o maior observado no primeiro, de 0,1%. Por outro lado, a maior queda foi registrada no Piauí, onde o PTB perdeu 0,5% do eleitorado local, aproximadamente, a despeito das variações ao longo do período.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PTB e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 21. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PTB no período analisado explica 2,6% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 21 – Modelo de regressão linear do PTB

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,163	β_0	0,902	0,005	167,769	0,000
R^2	0,026					
R^2 ajustado	0,026	β_1	0,326	0,008	40,494	0,000
Erro padrão da estimativa	0,982763					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PTB já possui, em média, 0,9% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PTB instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,32% de densidade local.

Assim como os outros partidos, PTB apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, embora tenha registrado no Distrito Federal seu maior crescimento. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, com destaque para aqueles com

menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (2,6%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PTB foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,32% à média da densidade local (0,9%) implica numa variação percentual de 36,1%, indicando que PTB adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.19 PTC/AGIR

O atual AGIR teve sua habilitação para concorrer às eleições deferida pelo TSE em junho de 1985, sob a sigla Partido da Juventude (PJ) (BRASIL. TSE. Res. nº 12.209/1985). Fundado por Daniel Tourinho, que o preside até os dias atuais, o PJ teve seu registro provisório deferido em setembro de 1987, alterando sua denominação para Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em março de 1989, quando da filiação do então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que concorreria às eleições presidenciais realizadas no mesmo ano (BRASIL. TSE. Res. nº 13.992/1987; Res. nº 15.244/1989). No ano seguinte, teve seu registro definitivo aprovado (BRASIL. TSE. Res. nº 16.281/1990). Em 2000, mudou a denominação para Partido Trabalhista Cristão (PTC); e em 2021, tornou-se o AGIR.

Tabela 43 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTC/AGIR, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,38	0,38	0,37	0,39	0,40	0,40	0,40	0,26	0,24	0,24	0,22	0,33	-0,16	0,12
5 a 15 mil	0,29	0,29	0,29	0,28	0,29	0,29	0,28	0,20	0,20	0,19	0,18	0,25	-0,11	0,04
15 a 30 mil	0,22	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,16	0,16	0,16	0,15	0,19	-0,07	-0,02
30 a 50 mil	0,17	0,17	0,16	0,17	0,17	0,17	0,16	0,13	0,13	0,13	0,12	0,15	-0,04	-0,06
50 a 100 mil	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,12	0,13	0,12	0,12	0,13	-0,03	-0,08
100 a 250 mil	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,13	0,13	0,12	0,13	0,12	0,12	0,13	-0,02	-0,09
250 a 500 mil	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,10	-0,03	-0,11
Acima de 500 mil	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,08	0,09	0,09	0,08	0,01	-0,13
Brasil	0,24	0,24	0,23	0,23	0,24	0,24	0,24	0,18	0,18	0,17	0,16	0,21	-0,07	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

De acordo com a Tabela 43, no Brasil, a média municipal da densidade da filiação do AGIR concentrou-se nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até os municípios que possuíam mais de 500 mil habitantes.

A despeito da trajetória da densidade ao longo dos anos, de modo geral, a diferença da média municipal da densidade da filiação do AGIR pelo tamanho dos municípios, entre o início e o fim da série histórica, revelou uma leve queda em todos os tipos de cidades, com exceção daquelas com mais de 500 mil habitantes.

AGIR também registrou leves desvios negativos, ou seja, percentuais de eleitores filiados abaixo da média nacional dos municípios em quase todos os tipos de municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Nos municípios com até 5 mil habitantes, filiou 0,1% a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou 0,1% de eleitores, aproximadamente, a menos do que a média nacional – o maior desvio negativo.

Tabela 44 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PTC/AGIR, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,16	0,16	0,16	0,15	0,16	0,15	0,15	0,12	0,11	0,11	0,12	0,14	-0,04
AL	0,17	0,16	0,16	0,14	0,15	0,15	0,17	0,15	0,13	0,13	0,12	0,15	-0,05
AM	0,35	0,34	0,33	0,31	0,38	0,38	0,36	0,32	0,32	0,32	0,29	0,34	-0,06
AP	0,12	0,13	0,13	0,11	0,11	0,11	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,10	-0,05
BA	0,30	0,30	0,29	0,29	0,29	0,29	0,29	0,23	0,21	0,21	0,20	0,26	-0,10
CE	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,07	0,08	0,07	0,07	0,09	-0,04
DF	0,01	0,10	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,12	0,20	0,10	0,19
ES	0,23	0,22	0,22	0,23	0,24	0,24	0,23	0,20	0,19	0,19	0,18	0,21	-0,05
GO	0,36	0,36	0,35	0,39	0,43	0,42	0,42	0,35	0,36	0,36	0,34	0,38	-0,02
MA	0,29	0,29	0,29	0,30	0,29	0,29	0,28	0,22	0,23	0,23	0,22	0,27	-0,07
MG	0,34	0,34	0,33	0,34	0,35	0,35	0,35	0,25	0,24	0,24	0,23	0,31	-0,12
MS	0,18	0,18	0,17	0,17	0,19	0,18	0,18	0,14	0,13	0,13	0,12	0,16	-0,06
MT	0,06	0,06	0,05	0,05	0,07	0,07	0,06	0,05	0,04	0,05	0,04	0,05	-0,01
PA	0,12	0,12	0,11	0,12	0,13	0,13	0,12	0,10	0,11	0,11	0,11	0,12	-0,01
PB	0,18	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,16	0,11	0,10	0,10	0,09	0,14	-0,09
PE	0,21	0,21	0,20	0,21	0,21	0,21	0,21	0,17	0,19	0,18	0,17	0,20	-0,03
PI	0,28	0,29	0,28	0,25	0,28	0,28	0,28	0,20	0,16	0,16	0,15	0,24	-0,12
PR	0,20	0,20	0,19	0,19	0,19	0,18	0,18	0,12	0,17	0,17	0,15	0,18	-0,05
RJ	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,14	0,16	0,15	0,15	0,16	-0,03
RN	0,15	0,15	0,15	0,15	0,16	0,15	0,14	0,11	0,09	0,09	0,09	0,13	-0,07
RO	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,12	0,11	0,11	0,11	0,15	-0,08
RR	0,16	0,16	0,15	0,19	0,23	0,22	0,20	0,18	0,17	0,16	0,15	0,18	-0,01
RS	0,07	0,07	0,07	0,07	0,09	0,09	0,09	0,06	0,05	0,05	0,04	0,07	-0,03
SC	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,16	0,15	0,15	0,13	0,19	-0,09
SE	0,31	0,31	0,30	0,30	0,30	0,30	0,29	0,25	0,22	0,22	0,20	0,27	-0,11
SP	0,14	0,14	0,13	0,13	0,14	0,14	0,13	0,09	0,09	0,09	0,09	0,12	-0,05
TO	0,31	0,30	0,29	0,28	0,26	0,26	0,25	0,20	0,18	0,18	0,17	0,24	-0,14
Brasil	0,24	0,24	0,23	0,23	0,24	0,24	0,24	0,18	0,18	0,17	0,16	0,21	-0,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A Tabela 44 apresenta a evolução da média dos eleitores filiados ao AGIR entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022 em todos os municípios de cada um dos 26 Estados, além do Distrito Federal. Em nove estados, o partido alcançou médias municipais acima da média nacional. Os estados com a maior e a menor média nacional foram, respectivamente, Goiás e Mato Grosso, onde AGIR possuiu, em cada um, 0,38% e 0,05% dos eleitorados goiano e mato-grossense. Em 17 estados e no Distrito Federal, as médias obtidas pelo partido ficaram abaixo da média nacional. Por região, AGIR registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Amazonas e do Amapá; no Nordeste, em

Sergipe e no Ceará; no Centro-Oeste, em Goiás e Mato Grosso; no Sudeste, em Minas Gerais e São Paulo; e no Sul, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Além do mais, o partido registrou leves quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em todos os estados. Porém, foi no DF onde AGIR obteve um leve crescimento de 0,2%, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do AGIR e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 22. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do AGIR no período analisado explica 1,3% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 22 – Modelo de regressão linear do PTC/AGIR

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,115	β_0	0,190	0,002	108,806	0,000
R^2	0,013					
R^2 ajustado	0,013	β_1	0,080	0,003	22,895	0,000
Erro padrão da estimativa	0,2992184					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, AGIR já possui, em média, 0,19% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que AGIR instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,08% de densidade local.

Assim como os outros partidos, AGIR apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais, com exceção dos municípios com mais de 500 mil habitantes, onde o partido registrou crescimento. AGIR também sofreu retração em todos os estados, mas foi no DF onde registrou crescimento. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, especialmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência

inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1,3%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao AGIR foi muito importante, uma vez que o aumento/redução de 0,08% à média da densidade local (0,19%) implica numa variação percentual de 42,1%, indicando que AGIR depende a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.20 PTdoB/AVANTE

O atual AVANTE foi criado em 1989 sob a sigla Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), a partir da união de dissidentes paulistas e fluminenses do PTB, da direção do PASART e de filiados do Partido Democrata Cristão do Brasil (PDCdoB) (PINTO, s/d). Nesse mesmo ano, obteve seu registro provisório junto ao TSE. Em 1990, tentou uma fusão com o Partido do Povo Brasileiro (PPB) e o PDCdoB, posteriormente indeferida pelo TSE, assim como seu pedido de prorrogação de registro provisório. Em 1991, obteve seu registro provisório, que se tornou definitivo em 1994 (BRASIL. TSE. Res. nº 15.986/1989; Res. nº 16.382/1990; Res. nº 17.178/1990; Res. nº 17.729/1991; Res. nº 244/1994).

Tabela 45 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTdoB/AVANTE, 2012-2022)

Tamanho	Ano										Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
Até 5 mil	0,46	0,41	0,39	0,41	0,4	0,4	0,37	0,26	0,37	0,37	0,35	0,38	0,17
5 a 15 mil	0,28	0,26	0,25	0,26	0,25	0,25	0,24	0,18	0,22	0,22	0,21	0,24	0,03
15 a 30 mil	0,22	0,21	0,2	0,2	0,2	0,2	0,19	0,15	0,18	0,18	0,17	0,19	-0,02
30 a 50 mil	0,18	0,17	0,16	0,16	0,17	0,16	0,16	0,13	0,15	0,15	0,14	0,16	-0,05
50 a 100 mil	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,11	0,13	0,13	0,12	0,13	-0,08
100 a 250 mil	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13	-0,08
250 a 500 mil	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,09	0,09	-0,12
Acima de 500 mil	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	-0,12
Brasil	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,16	0,21	0,21	0,2	0,21	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A evolução da média municipal da densidade da filiação do AVANTE/PTdoB, entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, apresentada na Tabela 45, revela que ela esteve concentrada nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, com exceção dos municípios que possuíam mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, cuja média foi menor que a registrada naqueles com mais de 500 mil habitantes.

Sem levar em consideração as variações ao longo da série histórica, a diferença da média municipal de eleitores filiados ao AVANTE entre o início e o fim do período analisado revelou uma leve queda em quase todos os municípios, com exceção daqueles com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, onde a média permaneceu estável.

AVANTE também registrou leves desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. O maior desvio positivo foi observado nos municípios com até 5 mil habitantes, onde filiou apenas 0,1% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 250 mil habitantes, o partido filiou 0,1% de eleitores, aproximadamente, a menos do que a média nacional – o maior desvio negativo.

Tabela 46 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PTdoB/AVANTE, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,17	0,17	0,16	0,13	0,12	0,11	0,11	0,07	0,08	0,08	0,07	0,12	-0,10
AL	0,27	0,27	0,26	0,25	0,27	0,27	0,26	0,22	0,21	0,20	0,19	0,24	-0,08
AM	0,28	0,28	0,27	0,30	0,30	0,29	0,28	0,24	0,39	0,39	0,36	0,31	0,08
AP	0,52	0,53	0,54	0,61	0,57	0,56	0,55	0,46	0,48	0,47	0,45	0,52	-0,07
BA	0,29	0,29	0,29	0,28	0,27	0,27	0,26	0,20	0,22	0,21	0,20	0,25	-0,09
CE	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,08	0,08	0,08	0,07	0,09	-0,03
DF	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,10	-0,03
ES	0,24	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,22	0,19	0,22	0,23	0,21	0,22	-0,02
GO	0,31	0,31	0,31	0,28	0,26	0,25	0,25	0,16	0,17	0,16	0,16	0,24	-0,16
MA	0,30	0,30	0,30	0,29	0,28	0,28	0,27	0,21	0,26	0,26	0,25	0,27	-0,06
MG	0,24	0,20	0,20	0,22	0,24	0,24	0,23	0,22	0,36	0,36	0,35	0,26	0,10
MS	0,29	0,28	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,22	0,22	0,21	0,20	0,25	-0,08
MT	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,10	0,10	0,05	0,05	0,05	0,04	0,08	-0,04
PA	0,16	0,17	0,16	0,16	0,17	0,17	0,17	0,13	0,16	0,15	0,15	0,16	-0,02
PB	0,29	0,28	0,28	0,31	0,32	0,31	0,30	0,26	0,32	0,32	0,30	0,30	0,02
PE	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,10	0,16	0,15	0,14	0,15	-0,03
PI	0,25	0,25	0,24	0,24	0,21	0,21	0,21	0,13	0,11	0,11	0,10	0,19	-0,15
PR	0,17	0,17	0,17	0,16	0,18	0,17	0,16	0,10	0,11	0,11	0,10	0,15	-0,07
RJ	0,31	0,30	0,30	0,31	0,32	0,32	0,32	0,28	0,30	0,30	0,28	0,30	-0,03
RN	0,17	0,17	0,16	0,18	0,19	0,19	0,18	0,14	0,13	0,13	0,12	0,16	-0,05
RO	0,17	0,17	0,17	0,16	0,14	0,14	0,13	0,11	0,12	0,12	0,12	0,14	-0,05
RR	0,15	0,18	0,16	0,19	0,19	0,18	0,17	0,16	0,17	0,17	0,16	0,17	0,01
RS	0,09	0,07	0,07	0,10	0,09	0,09	0,09	0,06	0,06	0,06	0,05	0,08	-0,03
SC	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,08	0,09	0,08	0,05	0,04
SE	0,34	0,33	0,32	0,31	0,30	0,30	0,30	0,26	0,25	0,25	0,23	0,29	-0,11
SP	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,09	0,12	0,13	0,13	0,12	0,00
TO	0,19	0,18	0,18	0,16	0,13	0,14	0,11	0,08	0,22	0,22	0,22	0,17	0,03
Brasil	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,16	0,21	0,21	0,20	0,21	-0,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

De acordo com a Tabela 46, AVANTE alcançou médias municipais acima da média nacional em 12 estados. Por outro lado, as médias do partido ficaram abaixo da média nacional na maioria dos estados e no DF. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, o Amapá e Santa Catarina, onde AVANTE possuiu, em cada, 0,5% e 0,05% dos eleitorados amapaense e catarinense. Por região, registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados do Amapá e do Acre; no Nordeste, na Paraíba e no Ceará; no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso; no Sudeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo; e no Sul, no Paraná e em Santa Catarina – ambos abaixo da média nacional.

Ademais, o partido registrou leves quedas na diferença entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados e no DF. A maior média foi registrada em Goiás, onde chegou a apenas 0,16%. Entretanto, AVANTE obteve um leve crescimento em seis estados. O maior crescimento foi observado em Minas Gerais, onde alcançou apenas 0,1%.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do AVANTE e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 23. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do AVANTE no período analisado explica 2,2% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 23 – Modelo de regressão linear do PTdoB/AVANTE

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,148	β_0	0,174	0,002	91,363	0,000
R^2	0,022					
R^2 ajustado	0,022	β_1	0,087	0,003	28,275	0,000
Erro padrão da estimativa	0,2824013					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, AVANTE já possui, em média, 0,17% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. Já o coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que AVANTE instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder, respectivamente, 0,08% de densidade local.

Assim como os outros partidos, AVANTE apresentou uma tendência de queda na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais, embora tenha permanecido estável nos municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes. AVANTE também sofreu retração em quase todos os estados, embora tenha registrado um leve crescimento em Minas Gerais. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, principalmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da

filiação e a dimensão populacional dos municípios, salvo nos municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (2,2%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao AVANTE foi muito importante, uma vez que o aumento/redução de 0,08% à média da densidade local (0,17%) implica numa variação percentual de 50%, indicando que AVANTE depende da estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.21 PTN/PODEMOS

O atual PODEMOS obteve sua habilitação para disputar eleições em junho de 1985 (BRASIL. TSE. Res. nº 12.192/1985), sob a denominação de Partido Tancredista Nacional (PTN). Fundado pelo produtor musical Carlos Imperial logo após seu rompimento com o PDT fluminense, o partido alterou sua denominação em julho de 1986 para Partido Trabalhista Nacional (PTN-2, s/d), mantendo a sigla PTN (BRASIL. TSE. Res. nº 12.853-A/1986). O partido teve seu registro provisório deferido em julho de 1987, sendo renovado em 1989 e 1995 (BRASIL. TSE. Res. nº 14.367/1988; Res. nº 15.475/1989; Res. nº 19.984/1997). Em outubro de 1996, obteve seu registro definitivo. Em maio de 2017, o TSE aprovou a alteração da denominação de PTN para PODEMOS (PODEMOS, 2017).

Tabela 47 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PTN/PODEMOS, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,52	0,52	0,50	0,48	0,48	0,48	0,46	0,42	0,49	0,49	0,47	0,48	-0,05	0,22
5 a 15 mil	0,30	0,30	0,29	0,29	0,30	0,29	0,28	0,34	0,38	0,38	0,36	0,32	0,05	0,05
15 a 30 mil	0,20	0,20	0,19	0,19	0,20	0,19	0,19	0,28	0,30	0,30	0,29	0,23	0,09	-0,04
30 a 50 mil	0,14	0,14	0,13	0,14	0,15	0,14	0,14	0,24	0,28	0,27	0,26	0,19	0,12	-0,08
50 a 100 mil	0,13	0,13	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,23	0,26	0,25	0,24	0,17	0,11	-0,10
100 a 250 mil	0,12	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11	0,11	0,22	0,24	0,24	0,23	0,16	0,12	-0,11
250 a 500 mil	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,17	0,19	0,19	0,18	0,11	0,11	-0,15
Acima de 500 mil	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,15	0,15	0,15	0,14	0,10	0,08	-0,17
Brasil	0,23	0,23	0,22	0,22	0,24	0,23	0,23	0,31	0,35	0,35	0,34	0,27	0,11	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e do IBGE

A Tabela 47 revela que a média da densidade da filiação ao PODEMOS, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, até os municípios com mais de 500 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PODEMOS, entre o início e o fim do período analisado, revelou um leve crescimento em quase todos os tipos de municípios, com exceção daqueles com menos de 5 mil habitantes, onde o partido perdeu apenas 0,05% de seus quadros. O maior crescimento foi observado nos municípios com mais de 30 mil e menos de 500 mil habitantes, onde PODEMOS ganhou apenas 0,1% de filiados, aproximadamente, em relação ao início da série histórica.

PODEMOS também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com até 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou apenas 0,2% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por sua vez, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,2% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 48 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PTN/PODEMOS, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,17	0,16	0,16	0,23	0,23	0,22	0,21	0,33	0,34	0,33	0,31	0,25	0,14
AL	0,20	0,20	0,20	0,19	0,19	0,19	0,18	0,31	0,28	0,28	0,26	0,23	0,06
AM	0,33	0,32	0,32	0,38	0,39	0,39	0,38	0,66	0,66	0,65	0,61	0,46	0,28
AP	0,22	0,22	0,21	0,20	0,23	0,23	0,22	0,34	0,54	0,53	0,50	0,31	0,28
BA	0,23	0,23	0,22	0,22	0,23	0,23	0,23	0,31	0,33	0,33	0,31	0,26	0,09
CE	0,20	0,20	0,20	0,19	0,19	0,18	0,18	0,27	0,27	0,27	0,25	0,22	0,05
DF	0,01	0,01	0,03	0,04	0,04	0,03	0,05	0,17	0,17	0,17	0,17	0,08	0,16
ES	0,16	0,15	0,15	0,15	0,19	0,19	0,19	0,31	0,38	0,38	0,36	0,24	0,21
GO	0,32	0,32	0,31	0,29	0,36	0,35	0,35	0,50	0,63	0,62	0,60	0,42	0,28
MA	0,22	0,22	0,21	0,20	0,22	0,22	0,22	0,39	0,37	0,37	0,35	0,27	0,14
MG	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,23	0,22	0,36	0,36	0,35	0,34	0,28	0,09
MS	0,16	0,16	0,16	0,15	0,16	0,16	0,15	0,21	0,34	0,34	0,34	0,21	0,18
MT	0,18	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16	0,14	0,21	0,37	0,37	0,33	0,22	0,14
PA	0,10	0,10	0,09	0,10	0,11	0,11	0,11	0,19	0,25	0,25	0,23	0,15	0,14
PB	0,37	0,37	0,36	0,33	0,29	0,29	0,28	0,25	0,27	0,26	0,25	0,30	-0,12
PE	0,12	0,12	0,12	0,11	0,12	0,12	0,12	0,19	0,20	0,20	0,19	0,15	0,07
PI	0,27	0,27	0,27	0,23	0,25	0,25	0,23	0,22	0,19	0,19	0,18	0,23	-0,09
PR	0,24	0,24	0,23	0,27	0,26	0,25	0,25	0,32	0,42	0,41	0,40	0,30	0,15
RJ	0,18	0,17	0,17	0,16	0,19	0,18	0,18	0,35	0,35	0,35	0,33	0,24	0,15
RN	0,23	0,23	0,23	0,20	0,27	0,27	0,27	0,44	0,39	0,39	0,37	0,30	0,14
RO	0,40	0,40	0,39	0,39	0,38	0,39	0,39	0,46	0,58	0,57	0,55	0,44	0,15
RR	0,26	0,26	0,25	0,27	0,48	0,51	0,56	0,87	0,79	0,79	0,73	0,52	0,48
RS	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,15	0,16	0,15	0,17	0,10	0,11
SC	0,10	0,10	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,08	0,27	0,29	0,27	0,13	0,17
SE	0,23	0,22	0,22	0,31	0,32	0,32	0,31	0,52	0,55	0,54	0,51	0,37	0,29
SP	0,18	0,18	0,17	0,19	0,23	0,22	0,22	0,28	0,37	0,36	0,35	0,25	0,17
TO	0,36	0,37	0,36	0,40	0,34	0,33	0,32	0,42	0,46	0,46	0,44	0,39	0,08
Brasil	0,23	0,23	0,22	0,22	0,24	0,23	0,23	0,31	0,35	0,35	0,34	0,27	0,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PODEMOS obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 48, em 14 estados e no DF. No entanto, o partido registrou médias acima da média nacional em 12 estados. Salvo em Roraima, as médias variaram abaixo de 0,5% do eleitorado filiado ao PODEMOS em todos os estados e no DF. Aqueles com a maior e a menor médias foram, respectivamente, Roraima e DF, onde PODEMOS filiou, em cada, 0,5% e 0,08% do eleitorado, aproximadamente. Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, nos estados de Roraima e do Pará; no Nordeste, em Sergipe e no Pernambuco; no Centro-Oeste, em Goiás e no DF; no Sudeste, em Minas e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Ao contrário dos partidos vistos até agora, PODEMOS obteve leves ganhos na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em quase todos os estados, com exceção do Piauí e da Paraíba, onde o partido sofreu leves quedas, respectivamente, de -0,09% e -0,12%. O maior ganho do partido foi observado em Roraima, onde ele aumentou 0,5% na densidade, aproximadamente.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PODEMOS e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 24. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PODEMOS no período analisado explica 1% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 24 – Modelo de regressão linear do PTN/PODEMOS

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		B		Erro padrão		
R	0,099	β_0	0,251	0,003	99,837	0,000
R^2	0,010					
R^2 ajustado	0,010	β_1	0,074	0,004	19,457	0,000
Erro padrão da estimativa	0,370841					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PODEMOS já possui, em média, 0,25% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que o PODEMOS instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,07% de densidade local.

Ao contrário dos outros partidos, PODEMOS apresentou uma tendência de crescimento na densidade da filiação em quase todas as faixas populacionais e em quase todos os estados, mas sofreu retração nos municípios com menos de 5 mil habitantes e nos estados da Paraíba e Piauí. O maior crescimento do partido foi registrado em Roraima. PODEMOS também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, principalmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (1%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PODEMOS foi relevante, uma vez que o aumento/redução de 0,07% à média da densidade local (0,25%) implica numa variação percentual de 29,4%, indicando que PODEMOS adota a estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.2.22 PV

O PV teve dois pedidos de registro provisório deferidos em dezembro de 1987 e abril de 1989 (BRASIL. TSE. Res. nº 14.136/1988; Res. nº 15.299/1989). Porém, em abril de 1990, o TSE indeferiu o registro provisório do PV (BRASIL. TSE. Res. nº 16.518/1990). O registro provisório do PV foi novamente deferido apenas em novembro de 1991 (BRASIL. TSE. Res. nº 17.578/1991). Em outubro do ano seguinte, o TSE aprovou o registro definitivo (BRASIL. TSE. Res. nº 243/1993). Dessa maneira, considerou-se que o partido foi fundado após a promulgação da Constituição de 1988. Em maio de 2022, o TSE aprovou a formação da Federação Brasil da Esperança (FE BRASIL) entre o PV, o PCdoB e o PT (BRASIL. TSE. Acórdão. Requerente: Federação Brasil da Esperança).

Tabela 49 – Densidade da filiação partidária por tamanho do município (PV, 2012-2022)

Tamanho	Ano											Média	Diferença	Desvio
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Até 5 mil	0,85	0,85	0,84	0,86	0,86	0,86	0,85	0,58	0,57	0,56	0,54	0,75	-0,31	0,34
5 a 15 mil	0,49	0,49	0,48	0,49	0,49	0,48	0,48	0,37	0,36	0,36	0,34	0,44	-0,15	0,03
15 a 30 mil	0,34	0,34	0,33	0,33	0,34	0,34	0,33	0,28	0,28	0,27	0,26	0,31	-0,09	-0,10
30 a 50 mil	0,30	0,30	0,29	0,29	0,30	0,29	0,29	0,25	0,25	0,25	0,24	0,28	-0,07	-0,13
50 a 100 mil	0,24	0,24	0,23	0,24	0,25	0,24	0,24	0,22	0,22	0,21	0,20	0,23	-0,04	-0,18
100 a 250 mil	0,26	0,26	0,25	0,25	0,25	0,25	0,24	0,23	0,23	0,22	0,21	0,24	-0,05	-0,17
250 a 500 mil	0,21	0,21	0,20	0,20	0,21	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,19	0,20	-0,02	-0,21
Acima de 500 mil	0,13	0,13	0,12	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	-0,01	-0,28
Brasil	0,44	0,44	0,43	0,44	0,45	0,45	0,44	0,36	0,35	0,35	0,33	0,41	-0,11	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE e IBGE

De acordo com a Tabela 49, a média da densidade da filiação ao PV, entre o início e o fim da série histórica, também se concentrou nos municípios com menos de 5 mil habitantes e seguiu, em ordem decrescente, com exceção daqueles com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes, cuja média foi minimamente maior do que aquela observada nos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes.

A diferença da média municipal de eleitores filiados ao PV, entre o início e o fim do período analisado, também revelou uma leve queda em todos os tipos de municípios. A maior diferença negativa foi observada nos municípios com menos de 5 mil habitantes, onde perdeu apenas 0,3% de filiados, aproximadamente.

PV também registrou desvios negativos em relação à média nacional em quase todos os municípios, salvo naqueles com menos de 15 mil habitantes. Naqueles com menos de 5 mil habitantes, filiou 0,3% de eleitores a mais do que a média nacional, aproximadamente. Por outro lado, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, o partido filiou apenas 0,3% de eleitores a menos do que a média nacional, aproximadamente – o maior desvio negativo observado.

Tabela 50 – Densidade da filiação nos municípios por estado (PV, 2012-2022)

UF	Ano											Média	Dif.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
AC	0,40	0,48	0,47	0,54	0,46	0,46	0,44	0,40	0,35	0,34	0,33	0,42	-0,07
AL	0,28	0,28	0,28	0,27	0,26	0,26	0,25	0,20	0,19	0,19	0,18	0,24	-0,11
AM	0,36	0,35	0,35	0,35	0,38	0,38	0,37	0,31	0,32	0,31	0,30	0,34	-0,06
AP	0,67	0,69	0,66	0,64	0,59	0,55	0,52	0,50	0,46	0,45	0,43	0,56	-0,24
BA	0,24	0,24	0,24	0,23	0,24	0,23	0,23	0,20	0,19	0,18	0,18	0,22	-0,07
CE	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,26	0,26	0,22	0,22	0,21	0,20	0,25	-0,08
DF	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,01
ES	0,41	0,40	0,40	0,42	0,43	0,43	0,42	0,39	0,40	0,40	0,38	0,41	-0,02
GO	0,33	0,32	0,31	0,32	0,32	0,32	0,32	0,22	0,20	0,20	0,19	0,28	-0,13
MA	0,66	0,66	0,64	0,63	0,61	0,61	0,60	0,52	0,48	0,48	0,45	0,58	-0,21
MG	0,49	0,48	0,48	0,48	0,47	0,47	0,47	0,38	0,39	0,39	0,37	0,44	-0,12
MS	0,42	0,41	0,40	0,41	0,40	0,40	0,40	0,33	0,30	0,29	0,28	0,37	-0,14
MT	0,45	0,45	0,45	0,51	0,59	0,58	0,56	0,43	0,41	0,40	0,39	0,47	-0,07
PA	0,25	0,25	0,24	0,23	0,24	0,24	0,24	0,21	0,20	0,20	0,19	0,23	-0,06
PB	0,34	0,35	0,35	0,35	0,33	0,33	0,32	0,24	0,23	0,23	0,22	0,30	-0,12
PE	0,21	0,21	0,21	0,21	0,23	0,23	0,22	0,20	0,19	0,19	0,18	0,21	-0,03
PI	0,39	0,39	0,39	0,42	0,41	0,41	0,40	0,32	0,29	0,29	0,28	0,36	-0,11
PR	0,47	0,47	0,47	0,49	0,52	0,51	0,50	0,40	0,41	0,40	0,39	0,46	-0,09
RJ	0,41	0,40	0,39	0,39	0,39	0,38	0,37	0,32	0,32	0,31	0,30	0,36	-0,10
RN	0,42	0,42	0,41	0,39	0,37	0,37	0,36	0,29	0,28	0,27	0,26	0,35	-0,15
RO	0,40	0,41	0,40	0,46	0,50	0,49	0,49	0,41	0,42	0,41	0,39	0,44	-0,01
RR	0,42	0,41	0,39	0,43	0,48	0,47	0,45	0,41	0,47	0,48	0,44	0,44	0,02
RS	0,14	0,14	0,13	0,15	0,16	0,16	0,15	0,09	0,09	0,09	0,08	0,13	-0,06
SC	0,19	0,19	0,18	0,18	0,17	0,17	0,16	0,10	0,10	0,10	0,09	0,15	-0,10
SE	0,41	0,41	0,40	0,42	0,41	0,41	0,40	0,38	0,37	0,37	0,35	0,39	-0,05
SP	0,72	0,71	0,70	0,71	0,75	0,74	0,73	0,63	0,63	0,62	0,59	0,69	-0,13
TO	0,63	0,63	0,62	0,80	0,83	0,84	0,82	0,73	0,76	0,76	0,72	0,74	0,09
Brasil	0,44	0,44	0,43	0,44	0,45	0,45	0,44	0,36	0,35	0,35	0,33	0,41	-0,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

PV obteve médias municipais abaixo da média nacional, de acordo com a Tabela 50, em 15 estados e no DF. O partido registrou médias acima da média nacional em 11 estados. A maior e a menor médias foram observadas, respectivamente, no Tocantins e no DF, onde filiou, em média, 0,7% e 0,05% do eleitorado local – a única localidade onde a média variou abaixo de 0,1%. Além do Tocantins, as médias variaram acima de 0,5% em São Paulo, Maranhão e Amapá. Em 22 estados, elas variaram entre 0,1% e menos de 0,5% do eleitorado local filiado ao PV.

Por região, o partido registrou, respectivamente, as maiores e menores médias nos seguintes estados: na região Norte, no Tocantins e no Pará; no Nordeste, no

Maranhão e Pernambuco; no Centro-Oeste, no Mato Grosso e no DF; no Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e no Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

PV registrou leves quedas na diferença da densidade entre o início e o fim da série histórica em 24 estados. Apenas no Tocantins, Roraima e DF, o partido obteve um leve crescimento, sendo o maior observado no primeiro, de apenas 0,09%. Por outro lado, a maior queda foi registrada no Amapá, onde PV perdeu 0,2% do eleitorado local, aproximadamente, a despeito das variações ao longo do período.

Para verificar a relação entre a densidade da filiação do PV e a instalação de seus órgãos locais nos municípios brasileiros entre os meses de outubro de 2012 e outubro de 2022, realizou-se um teste de regressão linear, que se revelou estatisticamente significativo. O modelo apresentou uma correlação positiva entre as duas variáveis, como indica o coeficiente de correlação de Pearson (R), no Quadro 25. Quando ajustado, o coeficiente de determinação (R^2) indica que a presença/ausência de um órgão local do PV no período analisado explica 2,4% da variação da densidade da filiação a esse partido.

Quadro 25 – Modelo de regressão linear do PV

Resumo do modelo		Coeficientes não padronizados			T	Sig.
		β		Erro padrão		
R	0,156	β_0	0,349	0,003	127,111	0,000
R^2	0,024					
R^2 ajustado	0,024	β_1	0,165	0,005	35,157	0,000
Erro padrão da estimativa	0,494402					

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o intercepto (β_0), percebe-se que, independentemente da variável explicativa, PV já possui, em média, 0,34% de eleitores filiados nos municípios brasileiros durante o período. O coeficiente angular (β_1) indica que, para cada ano em que PV instalou ou não instalou um órgão local, ele consegue acrescentar ou perder 0,16% de densidade local.

Ao contrário de outros partidos, PV apresentou uma tendência de crescimento na densidade da filiação em algumas faixas populacionais, com exceção dos municípios com menos de 5 mil habitantes. Por outro lado, o partido sofreu retração em quase todos os estados, embora tenha registrado seu maior crescimento no Tocantins. O partido também concentrou sua filiação nos pequenos municípios, principalmente naqueles com menos de 5 mil habitantes, seguindo a tendência

inversamente proporcional entre a densidade da filiação e a dimensão populacional dos municípios, salvo naqueles com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes.

Ainda que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno (2,4%), a análise estatística apontou que o impacto anual da presença de um órgão partidário no percentual de eleitores filiados ao PV foi importante, uma vez que o aumento/redução de 0,16% à média da densidade local (0,34%) implica numa variação percentual de 47,2%, indicando que PV depende da estratégia de expansão territorial de seus órgãos para ampliar sua base de filiados.

4.3 Considerações parciais

Como visto no capítulo anterior, a densidade da filiação partidária no Brasil é alta quando comparada com países da Europa e da América Latina. Porém, a grande maioria dos partidos apresentou uma tendência de queda leve na densidade de filiação ao longo do período analisado. Essa queda foi observada em municípios de diversas faixas populacionais e estados, principalmente nos pequenos municípios. As exceções foram: PODEMOS, PSOL, PV e REPUBLICANOS, que registraram tendência de crescimento em quase todas as faixas populacionais e estados, apesar de algumas variações negativas pontuais durante a série histórica. Dentre estes, apenas PV não apresentou tendência de crescimento a partir da perspectiva nacional, conforme visto no capítulo anterior. Ademais, partidos como AVANTE, PCdoB e PRTB, cujas tendências de crescimento nacional foram observadas no capítulo anterior, não apresentaram o mesmo desempenho quando a evolução da densidade foi segmentada pela faixa populacional dos municípios.

Todos os partidos analisados registraram um maior percentual de filiação nos pequenos municípios, principalmente aqueles com menos de 5 mil habitantes, que, como visto no capítulo anterior, possuem, em média, a maior densidade da filiação em relação às outras faixas populacionais.

As análises estatísticas realizadas em cada partido demonstraram que, mesmo que o poder preditivo da variável independente tenha sido pequeno, a criação de órgãos partidários locais teve um papel relevante na variação da densidade de filiação na maioria dos partidos, com exceção de PCB e PSTU, cujo efeito dos órgãos partidários foi quase nulo. Os impactos anuais desses órgãos foram relevantes na maioria dos partidos, e foram fundamentais para AGIR, AVANTE, DC, MDB,

MOBILIZA, PCdoB, PRTB e PV. O caso do PSOL é digno de destaque, pois a criação de órgãos locais impacta numa variação percentual de mais de 120% na densidade da filiação.

Enfim, a maioria dos partidos parece adotar, em maior ou menor grau, a estratégia territorial de criação de unidades locais nos municípios brasileiros para manutenção da densidade de filiação. Logo, há outros fatores que devem explicar a maior parte da variação da densidade da filiação local, uma vez que a variável independente teve pouco valor preditivo. Partidos como PCB e PSTU fogem à regra, pois a instalação de seus órgãos parece não refletiram nem na manutenção de sua base de filiados.

Os grandes partidos, como MDB e PT, demonstraram que adotam a estratégia de expansão para manter um alto percentual de eleitores filiados nos municípios. Outros grandes partidos, como Progressistas e PSDB, apesar de possuírem alto percentual de eleitores filiados, mostraram que, pelo menos no período analisado, a criação de seus órgãos teve um papel moderado na ampliação de sua base de filiados. Por outro lado, partidos menores como AGIR, AVANTE, DC, PCdoB, MOBILIZA, PRTB, PSOL e PV revelaram que, apesar do baixo percentual de eleitores filiados, eles dependem muito da criação de órgãos para manter sua base de filiados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão conceitual presente na literatura sobre partidos políticos e filiação partidária realizada envolveu diferentes perspectivas teóricas, tanto norte-americanas quanto europeias, destacando a relevância de compreender os partidos como organizações complexas que competem eleitoralmente para conquistar o governo, seja isoladamente ou por meio de alianças, embora Panebianco (2005) questione a atribuição de objetivos fixos aos partidos. Já a filiação partidária pode ser compreendida como um vínculo formal entre cidadãos e partidos, pautado por direitos e deveres internos (SCARROW, 1994; HEIDAR, 2006). No Brasil, a filiação partidária está vinculada ao direito fundamental de associação, reconhecido desde a Constituição de 1891, e foi elevada pela Constituição de 1988 à condição de elegibilidade (art. 14, § 3º).

Ao longo da história brasileira, a regulamentação da filiação partidária evoluiu conforme as transformações políticas do país. Inicialmente mencionada de forma indireta na Lei Agamenon (1945), a filiação passou a ser expressamente regulada pelas Leis Orgânicas dos Partidos Políticos de 1965 e 1971, que também estabeleceram normas para a organização dos diretórios e comissões partidárias. Estas foram revogadas pela Lei nº 9.096/1995, que garantiu autonomia aos partidos, permitindo que os próprios estatutos definissem seus critérios organizacionais e de admissão. A autonomia concedida às organizações partidárias fortaleceu o pluralismo político, mas também criou desafios para que os partidos abrigassem os anseios dos cidadãos e promovessem a participação política frente às constantes regulamentações institucionais.

Durante boa parte do século XX, mudanças sociais e institucionais afetaram a estrutura e o funcionamento dos partidos europeus, com alguns autores enfatizando a influência da modernização na formação de novos modelos partidários (MICHELS, 1982; NEUMANN, 1956; DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 2012), enquanto outros destacaram o papel das instituições e a crescente aproximação dos partidos com o Estado (KATZ; MAIR, 1995). A industrialização europeia favoreceu o surgimento dos partidos de massa, que contavam com ampla filiação, estrutura local extensa e uma forte burocratização interna, mas a transição para sociedades pós-industriais levou à redução dos incentivos à filiação massiva e à adoção de novas estratégias eleitorais, fomentando o debate sobre o suposto “declínio dos partidos”.

Diante da queda nas taxas de filiação dos partidos europeus, a literatura se dividiu entre os estudiosos que enxergam esse fenômeno como um enfraquecimento dos partidos (WIESENDAHL, 2020) e os que argumentam que eles estão apenas se adaptando a novas realidades políticas (SCARROW, 2015). A discussão teórica também abordou as diferenças entre as variações da filiação partidária na Europa e na América Latina, ressaltando, dentre outras possíveis explicações, a importância da consolidação da expansão territorial das unidades partidárias na manutenção da filiação em massa nos países pós-comunistas e latino-americanos, com o objetivo de disputar eleições (TAVITS, 2013; DOŠEK, 2016).

Em países com sistema federativo e descentralização administrativa, como é o caso do Brasil, a literatura observou uma alta taxa de filiação. Embora a literatura discuta a distribuição geográfica das unidades partidárias em modelos teóricos e estudos empíricos, no Brasil ainda há uma lacuna nos estudos que buscam compreender a filiação partidária a partir da expansão da estrutura organizativa dos partidos (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2013). Por isso, questionou-se: a criação de órgãos partidários locais impacta na variação do percentual de eleitores filiados aos partidos?

A hipótese da tese é que o número de órgãos (diretórios e comissões provisórias) criados e mantidos pelos partidos nos municípios brasileiros impacta positivamente na densidade da filiação local. Portanto, foram selecionados 22 partidos que já possuíam registro no TSE em 2009, devido a critérios de disponibilidade de dados referentes aos órgãos partidários a partir dessa data. Assim, foi traçada uma série histórica entre os meses de outubro de 2012 e 2022, mês referente à data das eleições no país.

A análise revelou que, de forma geral, a densidade da filiação partidária no Brasil é alta em comparação com a Europa e a América Latina, conforme já havia sido observado por Speck (2013) e Cervi, Terron e Soares (2020), mas a maioria dos partidos que foram selecionados apresentou uma leve queda na densidade da filiação tanto a nível nacional quanto por faixas populacionais dos municípios ao longo do período analisado, especialmente nos pequenos municípios (de até 5 mil habitantes), onde esses partidos concentram sua filiação. Isso não foi previsto por estes autores, que mediram a filiação partidária apenas pelo número absoluto de eleitores filiados, sem levar em consideração a relação entre o total de membros partidários e o eleitorado dos municípios. Constatou-se, também, salvo poucas exceções, uma

relação inversamente proporcional entre a densidade da filiação partidária e a dimensão populacional dos municípios.

A análise da tese também relevou uma queda geral no número de órgãos partidários, com poucos partidos crescendo simultaneamente em termos de densidade e rede de unidades locais. Enquanto alguns ampliaram sua presença nos municípios, outros perderam espaço.

MDB, PCdoB, PSDB, PSOL, PSTU e PT se destacaram por priorizar a criação de diretórios em vez de comissões provisórias, indicando uma estratégia de atuação contínua junto ao eleitorado. Entre eles, MDB e PT se consolidaram com cerca de 1% do eleitorado filiado. Já PSDB, PP, PDT e PL também tiveram presença relevante (entre 0,5% e 1%), com crescimento expressivo de órgãos partidários ao longo do tempo.

Por outro lado, partidos como AVANTE, PCdoB, PODEMOS, PRTB, PSOL e REPUBLICANOS apresentaram crescimento na densidade da filiação, enquanto AGIR, PSC e PSB tiveram trajetórias instáveis. PRTB, MOBILIZA e PV foram os que mais perderam órgãos locais. PCB e PSTU registraram uma queda constante tanto na filiação quanto nos órgãos partidários, mantendo a menor densidade entre os partidos analisados.

Salvo nos casos de PCB e PSTU, cuja retração na densidade e no número de órgãos partidários foi estrutural, a hipótese geral da tese foi confirmada, pois se observa que, de modo geral, a criação de órgãos partidários teve impacto, ainda que limitado, na variação da densidade de filiação durante o período analisado. Ficou evidente que a maioria dos partidos utilizou a criação de unidades locais para manter a densidade de filiação, embora sua relevância não alcance as expectativas levantadas pela literatura, como preconizavam Tavits (2013) e Došek (2016). Todavia, deve haver outros fatores que explicam a outra parte da variação da densidade da filiação local

Enfim, a maioria dos partidos parece adotar, em maior ou menor grau, a estratégia territorial de criação de unidades locais nos municípios brasileiros para manutenção da densidade de filiação. Logo, há outros fatores que devem explicar a maior parte da variação da densidade da filiação local, uma vez que a variável independente teve pouco valor preditivo. Partidos como PCB e PSTU fogem à regra, pois a instalação de seus órgãos parece não refletiram nem na manutenção de sua base de filiados.

Os grandes partidos, como MDB e PT, demonstraram que adotam a estratégia de expansão para manter um alto percentual de eleitores filiados nos municípios. Outros grandes partidos, como Progressistas e PSDB, apesar de possuírem alto percentual de eleitores filiados, mostraram que, pelo menos no período analisado, a criação de seus órgãos teve um papel moderado na ampliação de sua base de filiados. Por outro lado, partidos menores como AGIR, AVANTE, DC, PCdoB, MOBILIZA, PRTB, PSOL e PV revelaram que, apesar do baixo percentual de eleitores filiados, eles dependem muito da criação de órgãos para manter sua base de filiados

Em suma, esta pesquisa contribui para o debate sobre o papel da organização partidária na dinâmica política brasileira, considerando os desafios enfrentados pelos partidos devido às mudanças institucionais e a uma multiplicidade de contextos locais marcados pela alta fragmentação partidária e consequente alta concorrência no mercado eleitoral.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ARAÚJO, Simone Cuber; JORGE, Vladimyr Lombardo. Partido Liberal (PL). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-pl>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BARTOLINI, S. The membership of mass parties: The social democratic experience, 1889-1978. In: DAALDER, H.; MAIR, P. H. (eds.). **Western European party system: continuity and change**. Beverly Hills: Sage, 1983. p. 177-220.

BRAGA, M. S. S. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95

BRAGA, M. S. S.; RODRIGUES-SILVERIA, R.; BORGES, T. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. **América Latina Hoy**, n. 62, p. 15-45, 2013.

BRASIL. Ato Complementar nº 04, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a organização dos partidos políticos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 nov. 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-004-65.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº 02, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 out. 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. **CLBR**, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. **CLBR**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1945. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Altera dispositivos da Constituição de 1967 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/Emc_anterior88/emc01-69.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1950. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1164.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 1965. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4740.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5682.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.782, de 06 de junho de 1972. Fixa prazo para filiação partidária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 1972. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5782.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.817, de 05 de setembro de 1980. Dispõe sobre a organização dos diretórios municipais dos Partidos Políticos em formação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 set. 1980. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L6817.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 set. 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2022** – População e domicílios – Primeiros resultados do universo. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em: 25 jun. 2024

BRASIL. STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.230**. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5774369>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Federação Brasil da Esperança**. Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos. Brasília, 24 de maio de 2022. RFP nº 0600228-48.2022.6.00.000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 107, 10/06/2022, p. 29-30

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Federação PSDB CIDADANIA**. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, 26 de maio de 2022. Registro de Federação Partidária nº 0600291-73.2022.6.00.0000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 109, 13/06/2022, p. 105-109.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Federação PSOL Rede – Nacional.** Rel. Min. Carlos Horbach. Brasília, 26 de maio de 2022. Registro de Federação Partidária nº 600345-39.2022.6.00.000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 103, 06/06/2022.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Movimento Democrático Brasileiro.** Rel. Min. Admar Gonzaga. Brasília, 15 de maio de 2018. Petição nº 0001286-49.1996.6.00.0000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 118, 18/05/2018, p. 71.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Partido da República (PR) – Nacional.** Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. Brasília, 7 de maio de 2019. Registro de Partido nº 305 (29782-39.2006.6.00.0000). *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 105, 05 jun. 2019, p. 65.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Partido Popular Socialista – Nacional.** Rel. Min. Og Fernandes. Brasília, 18 de setembro de 2019. Pet. nº 0001782-78.1996.6.00.0000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 210, 29 out. 29/10/2019, p. 18-19.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: Partido Renovação Democrática (PRD) – Nacional.** Rel. Min. Cármen Lúcia Fernandes. Brasília, 09 de novembro de 2023. Registro de Partido Político nº 0601913-90.2022.6.00.0000. *Diário da Justiça Eletrônico*, nº 239, 04/12/2023, p. 123-139.

BRASIL. TSE. **Acórdão. Requerente: REPUBLICANOS – Nacional.** Rel. Min. Luís Felipe Salomão. Brasília, 27 de agosto de 2020. Registro de Partido Político nº 0025929-56.2005.6.00.0000. *Diário da Justiça Eletrônico* nº 191, 24/09/2020, p. 02-09.

BRASIL. TSE. **Eleitorado mensal.** Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/eleitores?session=10125809136248>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. TSE. **Filiação partidária da eleição.** Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/home?session=10657301900645>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. TSE. **Órgãos partidários.** Disponível em: <https://cdn.tse.jus.br/estatistica/sead/odsele/orgao_partidario/orgao_partidario.zip>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 324/1945.** Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 1.841/1947.** Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 10.841/1980**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 10.843/1980**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 10.899/1980**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 10.965/1980**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 11.042/1981**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 11.120/1981**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 11.123/1981**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 11.165/1981**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.177/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.180/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.184/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.186/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.192/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.195/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.209/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.217/1985**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 12.853-A/1986**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 13.597/1987**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 13.609/1987**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 13.617/1987**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 13.992/1987**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.026/1987**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.064/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.074/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.136/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.323/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.359/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.366/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 14.367/1988**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 15.244/1989**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 15.299/1989**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 15.475/1989**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 15.494/1989**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 15.986/1989**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 16.281/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 16.285/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 16.382/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 16.518/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 17.021/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 17.178/1990**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 17.578/1991**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 17.729/1991**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.135/1993**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 243/1993**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 252/1993**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 244/1994**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.222/1995**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.333/1995**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.386/1995**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.420/1995**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.550/1996**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.891/1997**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.891/1997**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 19.984/1997**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 20.031/1997**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 21.374/2003**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 22.072/2005**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 22.083/2005**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 22.167/2005**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 22.504/2006**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. TSE. **Resolução nº 22.523/2007**. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos/@@download/file/TSE-requerimentos-criacao-partidos-politicos.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2023.

CELSON BRANT. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-teixeira-brant>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CERVI, E. U.; TERRON, S.; SOARES, G. A. D. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 494-521, 2020.

CLARK, P.; WILSON, J. Q. Incentive systems: A theory of organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 6, p. 219-266, 1961.

CROTTY, W. J. A perspective for the comparative analysis of political parties. **Comparative Political Studies**, v. 3, n. 3, p. 267-296, 1970.

DAALDER, H. The comparative study of European parties and party systems: an overview. In: DAALDER, H.; MAIR, P. H. (eds.). **Western European party system: continuity and change**. Beverly Hills: Sage, 1983. p. 1-27.

DC (DEMOCRACIA CRISTÃ). **Estatuto de 27/06/2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-social-democrata-cristao>>. Acesso em 12 set. 2023.

DOŠEK, T. Party membership in Latin America: party strategies and the role of party members. **Taiwan Journal of Democracy**, v. 12, n. 1, p. 169-198, 2016.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELIASSEN, K. A.; SVÅSAND, L. The formation of mass political organizations: an analytical framework. **Scandinavian Political Studies**, v. 10, p. 95-121, 1975.

EPSTEIN, L. D. **Political parties in Western democracies**. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1980.

FAETI, F. V. **Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT): um estudo exploratório**. 2019. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2019.

GAUJA, A. Party organization. In: CARTER, N.; KEITH, D.; SINDRE, G. M.; VASSILOPOULOU, S. (Eds.) **The Routledge handbook of political parties**. London: Routledge, 2023, p. 45-55.

GAUJA, A. The construction of party membership. **European Journal of Political Research**, v. 54, n. 2, p. 232-248, 2015.

GAUJA, A.; KOSIARA-PEDERSEN, K. The comparative study of political party organization: changing perspectives and prospects. **Ephemera**, v. 21, n. 2, p. 19-52, 2021.

GUANABARA, Ricardo. Partido Democrático Trabalhista (PDT). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

HARMEL, R.; JANDA, K. An integrated theory of party goals and party change. **Journal of Theoretical Politics**, v. 6, n. 3, p. 259-287, 1994.

HEIDAR, K. Party membership and participation. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (ed.). **Handbook of party politics**. London: Sage., 2006, p. 301-315.

HEIDAR, K. The polymorphic nature of party membership. **European Journal of Political Research**, v. 25, p. 61-86, 1994.

JORGE, Vladimyr Lombardo. Partido Social Democrata Cristão (PSDC). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democrata-cristao-psdc>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KATZ, R. S. Party as linkage: a vestigial function? **European Journal of Political Research**, v. 18, p. 143-161, 1990.

KATZ, R. S. *et al.* The membership of political parties in European democracies, 1960-1990. **European Journal of Political Research**, v. 22, p. 329-345, 1992.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n.1, p. 5-28, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Party Organizations: from civil society to the state. In: KATZ, R. S.; MAIR, P. (eds.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London: Sage, 1994, p. 1-22.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. **The American Review of Politics**, v. 14, p. 593-617, 1993.

KEY JUNIOR, V. O. **Politics, parties and pressure groups**. 5.ed. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1964.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LA PALOMBARA, J. G. **A política no interior das nações**. Brasília: UnB, 1982.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. XXXVIII, n. 167, p. 277-293, 2003.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. **Party Politics**, v. 7, n. 1, p. 5-22, 2001.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MINGARDI, L. M. **O ciclo da filiação partidária no contexto brasileiro**. 2019. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

NEUMANN, S. **Modern political parties**: approaches to comparative politics. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2015.

OSTROGORSKI, M. **Democracy and organization of political parties**. V. I. London: MacMillan, 1902.

OSTROGORSKI, M. **De l'organisation des partis politiques aux États-Unis**. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière, 1889.

OSTROGORSKI, M. The introduction of the caucus into England. **Political Science Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 287-316, 1893.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PCdoB (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PLENÁRIO decide que PMN só pode manter uma entidade de direito privado destinada à pesquisa. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 5 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/plenario-decide-que-pmn-so-pode-manter-uma-entidade-de-direito-privado-destinada-a-pesquisa>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PINTO, Simone Cuber Araújo. Partido Trabalhista do Brasil (1989). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-do-brasil-1989>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

PPS (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-socialista-pps>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PODEMOS. **Estatuto de 23/02/2017**. 2017. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-trabalhista-nacional>>. Acesso em: 12 set. 2023.

PROGRESSISTAS. **Estatuto de 06/04/2017**. 2017. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-progressista>>. Acesso em: 12 set. 2023.

PRTB (PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA NACIONAL). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-renovador-trabalhista-brasileiro-prtb>>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PTN-2 (PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn-2>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

RIBEIRO, P. F. Realismo e utopia em Robert Michels. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 31-46, 2012.

RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. Party members and high-intensity participation: evidence from Brazil. **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, v. 39, n. 3, p. 489-515, 2019.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro; Brasília: Zahar; UnB 1982.

SCARROW, S. E. **Beyond party members**: changing approaches to partisan mobilization, Oxford: Oxford University Press, 2015.

SCARROW, S. E. Parties without members? In. RUSSELL, D.; WATTENBERG, M. (eds.). **Parties without partisans**: political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCARROW, S. E. **Parties and their members**: organizing for victory in Britain and Germany. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SCARROW, S. E. The “paradox of enrollment”: Assessing the costs and benefits of party membership’. **European Journal of Political Research**, v. 25, p. 41-60, 1994.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government**: American government in action. New York: Farrar and Rinehart, 1942.

SCHLESINGER, J. A. On the theory of party organization. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 2, p. 369-400, 1984.

SELLE, P.; SVÅSAND, L. The local party organization and its members: between randomness and rationality. **Scandinavian Political Studies**, v. 6, n. 3, p. 211-229, 1983.

SPECK, B. W. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 37-60, 2013.

SUNDBERG, J. Demassified mass parties or overloaded cadre parties? The impact of parties on electoral outcome in Finland. **Scandinavian Political Studies**, v. 8, p. 299-318, 1985.

SUNDBERG, J. Exploring the basis of declining party membership in Denmark: A Scandinavian comparison. **Scandinavian Political Studies**, v. 10, n. 1, p. 17-36, 1987.

TAVITS, M. **Post-communist democracies and party organization**. St. Louis: Washington University; Cambridge University Press, 2013.

TSE aprova incorporação do Partido Social Cristão pelo PODEMOS. TSE, 16 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/tse-aprova-incorporacao-do-partido-social-cristao-pelo-podemos>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, p. 24-56, 2012.

VAN HAUTE, E.; GAUJA, A. Introduction. Party membership and activism. In: VAN HAUTE, E.; GAUJA, A. **Party members and activists**. London: Routledge, 2015, p. 3-16.

VON BEYME, K. **Los partidos políticos en las democracias occidentales**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo XXI, 1986.

WARE, A. **Partidos políticos y sistema de partidos**. Madrid: Istmos, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. V. 2. Brasília; São Paulo: UnB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WHITELEY, P. F.; SEYD, P. *High-intensity participation*: the dynamics of party activism in Britain. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

WIESENDAHL, E. Ainda atual? A pesquisa sobre partidos políticos e as profundas transformações da modernidade. In: KRÜPER, J.; MERTEN, H.; POGUNTKE, T.

(Org.). **Partidos políticos: um enfoque transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 165-186.

WOLINETZ, S. B. The transformation of Western European party systems revisited. **West European Politics**, v. 2, n. 1, p. 4-28, 1979.